Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

João Marcos Chapinel Borges

Anchieta:
um sítio histórico urbano em evidência

Rio de Janeiro

2012

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

João Marcos Chapinel Borges

Anchieta:
um sítio histórico urbano em evidência

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Prof. Ms. Lia Motta
Supervisora: Arq. Aline Barroso Miceli

Rio de Janeiro
2012

O objeto de estudo dessa Dissertação foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Espírito Santo.

B732a Borges, João Marcos Chapinel.
Anchieta: um sítio histórico urbano em evidência. Vitória – ES / João Marcos Chapinel Borges – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

143 f.: il.

Orientadora: Lia Motta

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

1. Patrimônio Cultural. 2. IPHAN. 3. Cidade-documento. I. Motta, Lia. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JOÃO MARCOS CHARPINEL BORGES

Anchieta:
um sítio histórico urbano em evidência

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção de título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2012.

Banca examinadora

_____
Professora MsC Lia Motta (orientadora)

_____
Arquiteta Urbanista Aline Barroso Miceli (supervisora)
Superintendência do IPHAN no Espírito Santo

_____
Professor MsC Luciano dos Santos Teixeira - IPHAN

_____
Professor Dr Cristovão Fernandes Duarte - UFRJ

AGRADECIMENTOS

Ao IPHAN, pela proposta do Programa de Especialização em Patrimônio – Mestrado Profissional;

À COPEDOC, pelo apoio pedagógico e administrativo;

À Superintendência do IPHAN no Espírito Santo, sobretudo a equipe da Divitec, pela excelente acolhida, pela inserção na rotina de trabalho e pelo compartilhamento de reflexões sobre o patrimônio cultural;

À Prefeitura Municipal de Anchieta, sobretudo à Gerência Estratégica de Cultura e Patrimônio Histórico, por intermediar contatos com pessoas importantes em Anchieta-ES;

À Fundação Darcy Ribeiro pela bolsa de estudos;

À Lia Motta, pela competência na orientação e na condução do processo de desenvolvimento do Programa;

À Carol Abreu pelo acolhimento imediato da proposta de trabalho; à Diva Figueiredo, pelo apoio na continuidade da pesquisa; à Aline Miceli pela supervisão e pela confiança;

Aos colegas de turma pelas boas conversas e pelos momentos inesquecíveis vivenciados no Rio de Janeiro e em Vassouras.

Ao Cristian Arza e à Paula Cardoso pelo apoio em situações que contribuíram para o amadurecimento do processo de reflexão e de crescimento pessoal.

A minha família, em especial minha mãe, Mírian, pela dedicação, pelos estímulos fornecidos e pela compreensão nos momentos de ausência.

RESUMO

Como tema central, discute-se a atribuição de valor patrimonial ao sítio urbano de Anchieta-ES, onde se situa o conjunto arquitetônico jesuítico, tombado pelo IPHAN em 1943, com inscrição no Livro do Tombo Histórico (LH). Duas noções são relevantes na discussão: o sítio, e não apenas do conjunto arquitetônico, como testemunho da ocupação jesuítica no território brasileiro; e agregação de elementos arquitetônicos e urbanísticos que, apesar de representativos de períodos posteriores à ocupação do sítio pelos jesuítas, representam a continuidade do processo de ocupação e domínio do território iniciado no século XVI. Faz-se uma periodização a fim de situar as alterações nos contextos sócio-econômico e urbano local. Em seguida, analisa-se o discurso comum do IPHAN na época do tombamento buscando-se evidenciar dados associados à valorização do monumento tombado. Cotejam-se duas perspectivas historiográficas distintas (a História Cientificista do século XIX e a Nova História, do século XX) adotando-se a mais atual ao contexto em questão. A partir daí defende-se um entendimento mais amplo de valor histórico. Discutem-se meios de instrumentalização de práticas de preservação frente aos valores atribuídos.

Palavras-chave: Anchieta – ES; Cidade-documento; Sítio Histórico Urbano.

ABSTRACT

This work's main discussion is the attribution of patrimonial value to the urban site of Anchieta (ES), where there is the Jesuit architectonic ensemble, legally protected by IPHAN in 1943 and inscribed in the Brazilian "Livro do Tombo Histórico". There are two main matters to the discussion: the site, and not only the architectonic ensemble, as testimony of the Jesuit occupation in Brazilian territory; and aggregation of architectonic and urbanistic elements which, despite representative of periods later than the Jesuit occupation in the site, stand for events that followed the occupation process and the territorial domination that begun in the XVI century. A periodization is made in order to place local changes in the socioeconomic and urban contexts. After that, the IPHAN's common speech to the time of the "tombamento" is put in focus, attempting to bring out the attributes associated to a "tombado" monument value. Two distinct historiographical points of view (XIX century's Scientific History and the New History of the XX century) are confronted, adopting the most updated one to this work's matter. In sequence a wider understanding of historical value is defended and ways to instrument the preservation practices are discussed taking in consideration the general patrimony attributed values.

Key words: Anchieta – ES; Document City; Urban Historic Site.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 8

CAPÍTULO 1 – Histórico e evolução urbana de Anchieta-ES 16

CAPÍTULO 2 – O Contexto do Tombamento 31

2.1 - Os modernistas na construção de um discurso de preservação 32
2.2 - A noção de perda como inerente ao discurso de preservação 35
2.3 - O patrimônio jesuítico na concepção do SPHAN 38
2.4 - Reflexões sobre o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência anexa 41

CAPÍTULO 3 – Atribuição de valor patrimonial ao sítio urbano histórico de Anchieta 45

3.1 - o sítio urbano histórico como documento 45
3.2 - a permanência do documento frente a suas reapropriações 50
3.2.1 – Reconhecimento de Aspectos Subjetivos na Pesquisa Empírica 55
3.2.2 – Reconhecimento de Aspectos Objetivos na Pesquisa Empírica 70
3.3 – Reflexões possíveis 84

CAPÍTULO 4 – Instrumentalização dos conceitos para a prática institucional 90

4.1 – Tombamento e Entorno 90
4.2- Delimitação do sítio 100
4.3 – Diretrizes preliminares para gestão 106
4.3.1 – Entorno 106
4.3.2 – Setorização 110

CONSIDERAÇÕES FINAIS 120

BIBLIOGRAFIA 122

APÊNDICE 1 125

APÊNDICE 2 127

ANEXO 140

APRESENTAÇÃO

.

O presente trabalho consiste numa investigação sobre o sítio urbano em que se situa o monumento denominado Conjunto Arquitetônico Jesuítico de Anchieta-ES, tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1943. Discutimos o fato de o monumento ter sido tombado de modo exclusivo, em detrimento de seu sítio de implantação, ao qual atribuímos valor de documento enquanto registro de uma ocupação do território nacional a partir da chegada da Companhia de Jesus no século XVI e dos sucessivos processos urbanos desencadeados após essa ocupação inicial. Nesse sentido, defendemos uma perspectiva de atribuição de valor que não se foca exclusivamente no monumento, mas se difunde em outros elementos ampliando as possibilidades de leitura do documento: formas urbanas (traçado viário, parcelamento do solo, elementos construtivos etc.), elementos naturais e práticas sociais.

Essa proposta de trabalho surgiu em decorrência de uma preocupação inicial de oferecer parâmetros de ocupação para o que se denominava previamente de "entorno do monumento arquitetônico tombado", a fim de proteger aspectos de sua visibilidade que conservassem seu predomínio na paisagem. Em outras palavras, buscávamos uma maneira de regular o adensamento construtivo na vizinhança do monumento de modo a evitar seu amesquinhamento pelas ocupações que a cada dia surgem estabelecendo com ele novas relações visuais de concorrência. Assim, nosso objetivo inicial era estudar essas relações, visando delimitar uma "poligonal de entorno" e estabelecer parâmetros de intervenção urbanística e arquitetônica em seu interior.

Entretanto, embora essa preocupação inicial seja legítima, no sentido de estar de acordo com o que se espera da gestão de áreas vizinhas a monumentos tombados, acreditamos que seja também um modo demasiadamente restrito de se entender aquela realidade. Tal restrição provém da concepção que toma como dado absoluto, no caso de Anchieta-ES, a relação entre o que é entendido como bem cultural e aquilo que está "*intorno*" [1], a sua volta. Ora, essa concepção pressupõe, em nosso entendimento, uma hierarquia de valor que estabelece um

[1] Termo italiano para designar aquilo que está "em volta de". O termo traduzido "entorno", como foi traduzido para o português, tem sido usado na prática institucional como sinônimo de "vizinhança de coisa tombada". Assim, embora a noção de vizinhança tinha se associado ao qualificativo de ambiência, a idéia original era de proteção da visibilidade do monumento, esta entendida num sentido amplo, equivalente à valorização da percepção das visuais que confiram caráter artístico de enquadramento do monumento em determinado cenário urbano.

foco no monumento, relegando os outros elementos em redor à categoria de meros guardiões de sua posição como referencial paisagístico.

Em contrapartida, ao nos lançarmos sobre o objeto de pesquisa em questão, percebemos que, para além de uma perspectiva estética, que visa atribuir significado artístico a uma paisagem por meio da regulamentação de eixos visuais, outro valor pode ser atribuído àquele território a partir de sua compreensão como suporte físico de processos urbanos históricos iniciados com a chegada dos jesuítas e estendidos aos dias atuais. É desse modo que chegamos à noção de "documento". O território em questão se caracteriza por manter uma relação de complementariedade com o monumento que abriga, sendo ambos indissociáveis no sentido do valor histórico sobre o qual informam. Nesse sentido, o valor atribuído ao sítio não está em posição hierárquica secundária em relação ao valor atribuído ao monumento tombado. Ao invés disso, o monumento pode ser entendido como parte do sítio, cujos componentes se associam a determinadas camadas do tempo, das quais o somatório evidencia um processo de apropriação e reapropriação contínua dos espaços urbanos pelos grupos que nele se instalaram imprimindo suas marcas e construindo uma identidade.

Evidentemente, os efeitos visuais sobre a paisagem circundante ao monumento não devem, nessa perspectiva, ser descartados. Ao contrário, a perspectiva estética constitui-se em mais um elemento de leitura do documento. Desse modo, o valor paisagístico é, também, componente do valor histórico atribuído ao sítio.

Desse modo, o trabalho que segue parte da necessidade de compreensão de componentes do valor histórico atribuído ao sítio urbano de Anchieta em face de um cotejamento do discurso institucional inicial que levou ao tombamento do monumento arquitetônico relegando ao sítio a categoria de entorno.

INTRODUÇÃO

O crescimento urbano das cidades ao longo do século XX suscita questões relevantes do a respeito do patrimônio cultural, haja vista a necessidade de se compatibilizar os valores próprios do presente, surgidos a partir do caráter inovador inerente aos processos de mudança, com os valores tradicionais. Nesse sentido, o município de Anchieta, no Espírito Santo, se depara atualmente com essas questões, as quais remetem não só à dicotomia entre continuidade e ruptura, mas também a sua própria inserção no contexto nacional, enquanto cidade originária de processo histórico cujas origens remontam às primeiras ocupações lusitanas e ao seu domínio do território brasileiro. Desse modo, podemos vislumbrar o relevante papel atribuído ao conjunto arquitetônico jesuítico sito em seu território, o qual, por sua representatividade dentre os elementos fundacionais da cidade, torna-se lhe uma referência memorial cultivada ao longo de várias gerações.

A inscrição do referido conjunto no Livro do Tombo Histórico em 1943, apenas seis anos após a instituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), constitui-se no reconhecimento pelo Estado brasileiro de que essa função memorial extrapola os limites da comunidade local para atingir uma amplitude nacional. Essa situação ocorreu a muitos outros bens dispersos pelo território brasileiro, tombados na mesma época. Era necessário identificar aquilo que, assim como o conjunto arquitetônico jesuítico de Anchieta, tivesse um valor memorial transcendido da comunidade local para um contexto nacional. Com isso, elementos materiais constituiriam o suporte físico dessas memórias, as quais, em seu somatório dariam "cara" a uma nação civilizada. O discurso de que a nação estava representada em seu patrimônio foi o que motivou as ações de proteção a partir das primeiras décadas do século XX.

José Reginaldo Santos Gonçalves (2002) nos informa de como a urgência de proteger os bens materiais a fim de salvar da destruição a memória nacional foi o que motivou o tombamento de grande número de bens durante os primeiros anos do SPHAN. Esse momento foi demarcado por Márcia Regina Romeiro Chuva (2009) como "o da gênese e da consagração da noção de 'patrimônio nacional' no Brasil, considerando, dentre outros aspectos, que o SPHAN, de 1937 a 1946, protegeu legalmente mais de 40% de todo o patrimônio tombado até o começo do século XXI." (CHUVA, 2009, p. 31) Aline Bezerra de Menezes (2008, p. 25, 26 e 27) mostra que, somente de origem jesuítica, no mesmo período de 1937 a 1946, foram tombados 26 bens, enquanto até o ano de 2005 esse número chega a 42. Ou seja, em relação

aos tombamentos realizados pelo SPHAN durante o Estado Novo e no ano subseqüente, podemos afirmar que a média do patrimônio jesuítico tombado (aproximadamente 60%) é superior (cerca de uma vez e meia) à média geral. Isso nos leva a entender que a ação de proteção ao patrimônio jesuítico era uma prioridade do SPHAN nos primeiros anos e que a noção de que esses bens enquanto representantes significativos de uma memória nacional era evidente.

Nesse sentido, o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Anchieta-ES e sua Residência anexa insere-se num momento da trajetória do IPHAN[2] no qual o caráter emergencial do ato traduzia-se no grande número de tombamentos feitos e na perspectiva de se salvar da perda o maior número possível de bens.

De fato, essa perspectiva poupou da possibilidade de destruição diversos monumentos arquitetônicos. Entretanto, a urgência de se tombar, associada ao entendimento do SPHAN na época, segundo o qual os valores protegidos eram evidentes, intrínsecos aos bens e, portanto, prescindíveis de demonstração, acabou por estabelecer a proteção estritamente da arquitetura. Não foram, portanto, reconhecidos os vínculos que esta mantinha com o contexto urbano em que se inseria e com a ambiência que estabelecia com os espaços circundantes. Desse modo, os aspectos paisagísticos relacionados à implantação do monumento no sítio ficaram resguardados apenas pela letra do artigo 18 do Decreto-Lei 25/1937, o qual estabelece:

> Art. 18. Sem a prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na **vizinhança da coisa tombada**, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se nesse caso a multa de cinqüenta por cento do valor do mesmo objeto.[3]

Em contrapartida, com a falta de uma delimitação do que seria a "vizinhança da coisa tombada", inicia-se, durante o processo de gestão do bem, após seu tombamento, uma preocupação relacionada às alterações urbanísticas desencadeadas por novas ocupações nas décadas subseqüentes. Ou seja, à medida que o crescimento urbano se acentuava, tornavam-se evidentes os problemas decorrentes dessa indefinição da área de "vizinhança" do monumento.

---

[2] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. ao longo do texto, quando nos referirmos aos primeiros anos de atuação do IPHAN sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade, usaremos a sigla SPHAN. Nos períodos subseqüentes, embora a instituição tenha adotado outros nomes adotaremos a sigla IPHAN.

[3] Grifo nosso.

É o que podemos perceber no texto de um ofício contido no processo de tombamento (INFORMAÇÃO n° 75), em que o arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles se dirige ao diretor do SPHAN, em 23/ 03/ 1965, afirmando:

> A despeito das várias edificações, de muito mau gosto, localizadas à frente e à esquerda do monumento tombado, que não impedem, no entanto, que o monumento jesuítico ainda domine a paisagem local, junto à foz do rio Barravento [sic], é tal o valor histórico e arquitetônico do mesmo, que julgo convir a extensão de seu tombamento a todo o outeiro em que se encontra localizado. (TELLES, 1965)

Essa questão de Silva Telles sobre a preservação da ambiência do sítio circundante torna-se relevante se considerarmos que as evidências do modo de implantação dos conjuntos jesuíticos no Brasil (quase sempre localizados em cima de um morro, com predominância visual na paisagem e com acessos ao rio e ao mar[4]) são importantes para sua compreensão e de sua posição como marco de formação das cidades originadas por ocupação jesuítica. Nesse aspecto, o sítio de implantação do conjunto arquitetônico jesuítico tombado constitui-se no fundamento para compreensão da própria história daquele monumento e seu contexto de implantação, tornando-se ambos indissociáveis. Assim, o sítio pode ser entendido como um documento da ocupação jesuítica do território nacional.

Mas, além disso, outra questão relevante são as transformações pelas quais o sítio passou ao longo dos anos, originárias das distintas apropriações que as gerações que nele se instalaram fizeram. Desse modo, entender essas transformações significa nos lançarmos na busca por elos que imprimem singularidades ao local e que ilustram o processo de conquista e de adaptação do território nacional.

Podemos entender o desenvolvimento do sítio urbano de Anchieta primeiramente a através da manutenção da memória representada nas marcas das primeiras ocupações e da atuação dos jesuítas no "novo mundo", a qual simboliza o marco inicial do desenvolvimento de uma comunidade. Em seguida, as outras memórias contidas no sítio, agregadas posteriormente à saída dos jesuítas, são o produto das novas relações que o meio desenvolveu consigo e com o exterior. Ou seja, inserem-se numa trajetória de desenvolvimento daquela porção do território nacional em que os novos significados atribuídos aos espaços urbanos do sítio foram

[4] CARVALHO, José Antônio. *Colégios e residências jesuíticas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1982. Outros conjuntos jesuíticos do Espírito Santo também apresentam essa mesma forma de implantação. São eles: São Tiago, em Vitória, e Reis Magos, em Nova Almeida, Serra.

primordiais para a manutenção de sua vivência até a atualidade e para compreensão do processo evolutivo de uma cidade brasileira cujas origens situam-se na origem da própria nacionalidade.

Desse modo, um olhar sobre o histórico da evolução urbana de Anchieta-ES evidencia modos distintos de apropriação de seus espaços e de configuração de sua paisagem. Assim, podemos vislumbrar formas distintas de apreensão da localidade em diferentes momentos a partir da compreensão da morfologia de seu sítio e dos referenciais paisagísticos, dos adensamentos construtivos, dos fluxos principais e das visuais predominantes. A disposição de tais elementos no sítio, além de evidenciar aspectos funcionais, constitui-se também em indicativo das imagens que as gerações foram construindo acerca da localidade.

Essa reflexão leva-nos a um questionamento das razões que levaram o SPHAN a tombar exclusivamente a arquitetura jesuítica deixando seu sítio de implantação sob a categoria de "vizinhança da coisa tombada" a despeito dos valores culturais que lhe podem ser atribuídos. Isso nos conduz à necessidade de compreender o discurso institucional da época do tombamento, a fim de percebermos seus limites e a medida em que pode ser ampliado.

Desse modo, voltando o olhar para o tombamento do conjunto jesuítico e considerando a perspectiva de "documento", podemos formular questões a serem trabalhadas e que evidenciam lacunas em dois aspectos: (1) a eleição da arquitetura como único representante de um momento histórico específico da construção da nação brasileira, desconsiderando o sítio e os aspectos urbanos de implantação do conjunto jesuítico, bem como sua relação com o aldeamento; e (2) a eleição do momento da presença jesuítica no local (do século XVI ao XVIII) como único representante da constituição da nacionalidade brasileira e, por conseqüência, desconsideração dos processos urbanos subseqüentes, que determinaram a construção de uma identidade coletiva gerada com a transformação do aldeamento em vila e, posteriormente, em cidade.

O primeiro aspecto relaciona-se à questão, segundo a qual a necessidade de se tombar estava diretamente vinculada ao discurso da perda. Ou seja, o medo da perda da arquitetura (ícone da representação da identidade nacional nos primeiros anos da ação política do SPHAN), que requeria urgência de atos protecionistas, era maior do que a preocupação com a possibilidade de adensamento construtivo, que só ocorreu em décadas posteriores e que foi responsável pelas primeiras inquietações institucionais sobre sua prática de preservação e pela incorporação de conceitos como o de ambiência do elemento arquitetônico salvaguardado. Associadamente, a visão historiográfica adotada pelo SPHAN atribuía muito mais valor à

monumentalização dos fatos políticos do que à documentação de contextos sócio-econômicos e culturais.

O segundo aspecto relaciona-se a uma visão da cidade como um objeto artístico acabado e cuja expressão máxima está na representação de uma imagem imutável. Nesse sentido, atribui maior significado ao produto de um momento específico do que ao processo de transformação ocasionado com o transcorrer do tempo.

> A noção de sincronia absoluta e momentânea (...) que permitia a Croce imaginar que o acontecimento notável (e, para a história da arte, o monumento) condensava a totalidade de processos até aquele momento subterrâneos, em si inacessíveis, além de não garantir o rigor da reconstrução dos segundos a partir dos dados contidos no primeiro, tendia, inexoravelmente, à visão determinista em que o presente é reduzido a resultado absolutamente necessário, fim da sucessão mecânica de fatos isolados que se comunicam através do deserto de períodos em que, aparentemente, os homens não fizeram história. (Franco, 1995)

A partir disso, propomos uma reflexão sobre o discurso de tombamento da década de 1940, em face a conceitos atuais de patrimônio, afirmando que nem a arquitetura desvinculada de um contexto fisiográfico e urbano é suficiente para representar um momento específico vinculado a uma memória geradora de identidade nacional, nem esse momento específico tomado isoladamente é suficiente para remeter a aspectos coletivos de uma memória local associada.

Desse modo, acreditamos que a revisão das medidas de proteção do conjunto arquitetônico e jesuítico de Anchieta-ES deva se pautar numa ampliação do entendimento adotado pelo SPHAN em 1943 a fim de contemplar também os aspectos processuais da dinâmica urbana do território, tendo em vista as noções identitárias que dizem respeito, não só à presença de determinados elementos exponenciais de uma época, mas também aos aspectos singelos inseridos em outros momentos.

> Teremos nós a veleidade de compreender esses homens se os estudamos apenas nas suas reações perante as circunstâncias peculiares a um momento? Mesmo a respeito daquilo que nesse momento eles são a experiência será insuficiente. Muitas virtualidades provisoriamente pouco aparentes, mas que, a cada instante se podem revelar, muitos motores, mais ou menos inconscientes, das atitudes individuais ou coletivas, ficarão na sombra. Uma experiência única é sempre impotente para discriminar os seus próprios

> fatores; impotente, por conseguinte, para propiciar a sua própria interpretação. (BLOCH, s/d., p. 42)

Assim, estruturamos o trabalho da seguinte forma: no capítulo I apresentamos um histórico do município associando-o às alterações urbanas pelas quais passou; no capítulo II analisamos o contexto institucional da época do tombamento em 1943 a fim de entender as noções adotadas pelo SPHAN nesse período; no capítulo III cotejamos o discurso da época com noções atuais de patrimônio a fim de visualizar as diferenças discursivas e elucidar novas possibilidades de atribuição de valor; no capítulo IV discutimos instrumentos que podem ser utilizados na proteção do patrimônio frente aos contextos urbanos atuais.

CAPÍTULO 1 – Histórico e evolução urbana de Anchieta-ES

Anchieta é um município cujas origens remontam a atuação dos jesuítas no litoral capixaba nos séculos XVI, XVII e XVIII. Embora a data de sua fundação como aldeia seja incerta, podendo ter ocorrido nos anos de 1565, 1567, ou 1579 (SANTOS NEVES, *apud.* CAMPOS JÚNIOR, BUFFON, CAÇADOR, HOFFMAN, s/d.), trata-se de uma das ocupações mais antigas do Espírito Santo, iniciada com a vinda dos primeiros jesuítas para o Brasil.



Imagem 01: vista de Anchieta em 1910. Destaque para o conjunto arquitetônico jesuítico no alto do morro e a cidade à esquerda, ao nível do mar
Fonte:www.culturamaratimba.blogspot.com

Do ponto de vista de seu desenvolvimento sócio-econômico, sua fundação como aldeamento, no século XVI, até a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, constitui o período em que a localidade teve uma atuação reconhecida no panorama da constituição da nação brasileira, sobretudo no que diz respeito à conquista do território, ao domínio sobre a população indígena e à difusão dos ideais cristãos na colônia. “A catequese, ao mesmo tempo que convertia o índio ao mundo cristão, amortecia possíveis conflitos que a ocupação territorial poderia ocasionar. Apesar de não produzir em escalas como nas fazendas, o aldeamento tinha um papel importante na sua viabilização”. (CAMPOS JÚNIOR, BUFFON, CAÇADOR, HOFFMAN, s/d, p. 7)

Nesse sentido, pode-se afirmar que os membros da Companhia de Jesus desempenharam exímio papel em "domesticar" os índios a fim de se estabelecer uma estrutura econômica basicamente agrária e exportadora, que atendia aos interesses da metrópole.

> A colônia viria alimentar o processo de acumulação centrado na metrópole. Primeiro extraíam-se as riquezas naturais disponíveis e em seguida estabelecia-se uma estrutura de produção agrícola. Nesse sentido, justifica-se a ocupação que se verificou nesse período, fundamentalmente litorânea e voltada para fora. (CAMPOS JÚNIOR, BUFFON, CAÇADOR, HOFFMAN, s/d, p. 6)

A partir disso, podemos entender que, embora não se possa chamar de nação brasileira a população residente nas missões jesuíticas das primeiras décadas da colonização, estavam sendo lançadas, durante o processo de conquista do território, as bases para sua constituição, dado, sobretudo, por meio da "domesticação" do indígena e da subserviência aos padrões europeus de civilização.

Anchieta teve papel relevante nessa empreitada jesuítica, contendo o aldeamento indígena de Iriritiba ou Reritiba, o mais importante das margens do rio Benevente, entre os povoados de Guarapari e Itapemirim, na capitania do Espírito Santo.

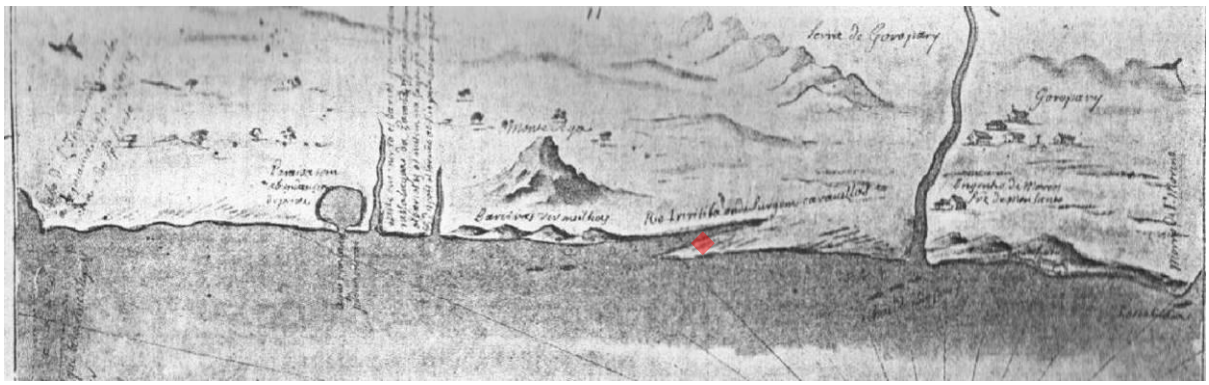


Imagem 02: litoral da capitania do Espírito Santo, 1642. Em vermelho, a localização do aldeamento jesuítico entre o mar e o rio Iriritiba (atual Benevente). Logo acima, encontra-se a inscrição "Rio Iriritiba – de onde surgem as caravelas"; evidenciando a vocação desse rio (atual Benevente) para a navegação desde o início da colonização.
Fonte: www.culturamaratimba.blogspot.com

O aldeamento era constituído basicamente por uma igreja ladeada por colégio e residência dos jesuítas, todos localizados "na rampa de um morro, do lado norte do rio Ririticba ou Reritigba" (MARQUES, apud. CARVALHO, 1982, p. 79) cujos acessos ligavam ao mar e ao rio.

Auguste de Saint-Hilaire, ao passar pelo aldeamento no século XIX, informa:

"O terreno eleva-se, formando um declive rápido onde a rocha se mostra nua. Esse declive termina numa plataforma muito larga que domina não apenas a campina, como ainda o mar; e lá se acham o antigo convento dos jesuítas e a sua igreja". (SAINT- HILAIRE, apud. TIMBÓ, In: ABREU, 1998)



Imagem 03: Conjunto jesuítico de Anchieta-ES: Igreja, colégio e residência situados no alto da campina entre o rio Benevente e o mar. Foto de 1910.
Fonte: www.culturamaratimba.blogspot.com

Percebemos, com essas descrições, um aspecto a respeito da implantação dos conjuntos jesuíticos no Brasil presente no aldeamento de Reritiba: seu posicionamento em cota de nível acima do restante do território, entre o mar e a floresta, a fim de proporcionar maior controle visual e garantir a defesa do núcleo. Além disso, era importante que os aldeamentos estivessem em local propício ao desenvolvimento de núcleos populacionais maiores, objetivando centralidade do conjunto jesuítico no contexto urbano. A exemplo, verificamos que conjuntos jesuíticos como o de São Tiago, em Vitória e o de Reis Magos, em Nova Almeida, receberam a mesma configuração espacial que o de Reritiba no que diz respeito a suas implantações nos sítios correlatos[5].

> Assim, o local das construções jesuíticas no Brasil era quase sempre em elevações, com bela vista sobre o mar e próximo a algum rio. A proximidade de um e outro garantia aos jesuítas a locomoção fácil: um pela costa, para comunicação com os outros centros de catequização e conversão; e outro, para o interior, em busca de índios e da fixação de novos aldeamentos. E a elevação facilitava a defesa, sendo que o próprio edifício, por si só, se apresentava como uma fortaleza. (MAGALHÃES, 1982, p. 25)

[5] Com relação à disposição das residências indígenas no aldeamento de Reritiba, não foram encontrados dados alusivos que constem de cartografia específica.



Imagem 04: foto aérea atual de Anchieta ilustrando o local de implantação do conjunto arquitetônico jesuítico, este em destaque de azul. Observam-se três acessos: a sudeste (mar), a noroeste (rio Benevente) e a sudoeste (aglomerado urbano da parte baixa).
Fonte: www.geobases.es.gov.br

Após a expulsão dos jesuítas em 1759, Reritiba já havia se tornado a Vila Nova do Benevente, passando, juntamente com toda a parte litorânea da capitania, por um longo período de estagnação econômica gerado, sobretudo, pela descoberta de jazidas minerais na parte interiorana. Assim, com a proibição pela coroa portuguesa de se construir qualquer caminho que pudesse conduzir às minas gerais, toda a faixa litorânea atualmente compreendida pelo Estado do Espírito Santo tornou-se marginal à dinâmica econômica do interior da capitania, servindo como barreira verde de proteção às regiões auríferas. A população local, que antes pode ter chegado a 9000 habitantes (NAJJAR, 1998, p, 77) também diminui: "Depois da expulsão dos jesuítas, o aldeamento de Reritiba, já denominado Vila de Benevente desde 1716, encontrava-se esvaziado, com apenas duzentos e cinqüenta famílias (...)." (TIMBÓ, 1998, p. 28)

Durante esse período a ocupação da parte baixa do sítio ocorre, sobretudo, na parte sul e leste, circundando a campina do conjunto jesuítico, na região atualmente conhecida como Porto de Cima, com edificações aos moldes coloniais. Esse setor, além de se constituir no principal foco da vida urbana local, é, também, o local mais enobrecido, conforme relato de Dom Pedro II que por ali passou em 1860: "As ruas da vila são regulares e há casas de sobrado, não as vendo cobertas de palhas senão no morro em que está o convento" (ROCHA, 2008, p.220).



Imagem 05: Rua Costa Pereira no início do século XX. Uma das principais vias. A localidade ainda guardava a feição colonial do modo como descreve Dom Pedro II no século XIX.
Fonte: www.culturamaratimba.blogspot.com

Somente a partir do século XIX, com o declínio da mineração e a ascensão da economia cafeeira, é que a capitania, já com território desmembrado das minas gerais e com *status* alterado para província do Espírito Santo, após a independência do Brasil, retoma a participação na economia brasileira. Nesse período, famílias emigradas dos territórios mineiro e fluminense, povoam suas porções territoriais interioranas e constituem grandes propriedades escravocratas baseadas nos moldes praticados em suas províncias de origem. Além disso, a província recebe, a partir de 1845, imigrantes europeus (primeiramente alemães, seguidos italianos), que irão constituir colônias de povoamento, sobretudo na região serrana da província.

Entretanto, a Vila de Benevente não participa desse processo de modo instantâneo como ocorreu com Vitória, Itapemirim e São Mateus, três localidades provincianas que polarizavam a economia do Espírito Santo (SIQUEIRA, 1995) na época. Somente a partir do último quartel do século XIX, com a chegada dos imigrantes italianos que subiram o rio Benevente para ocupar as terras férteis da região de Alfredo Chaves, é que a cultura cafeeira se desenvolve na Vila de Benevente tendo naquele rio o principal elemento de ligação das pequenas propriedades de cultivo com o mar. Assim, o porto de Benevente torna-se saída para exportação de café de toda a região que atualmente compreende os municípios de Alfredo

Chaves, Piúma e Iconha. O novo dinamismo comercial traduziu-se em desenvolvimento econômico, e a Vila de Benevente torna-se cidade em 1883, com o nome de Anchieta.



Imagem 06: Vista de Anchieta-ES no início do século XX. A presença de embarcações, bem como de armazéns voltados para o mar evidenciam a vocação local para a navegação.
Fonte: www.culturamaratimba.blogspot.com

Passado esse período de revivescência econômica, Anchieta se depara, ao fim da década de 1910, com uma nova etapa de crise dada pela perda da centralidade no escoamento da produção cafeeira da região. Tal situação foi originada por modificações na estrutura logística do transporte de mercadorias no território do Espírito Santo a partir da última década do século XIX, as quais foram propostas pela administração do governo de Muniz Freire (1892-1896) e visavam centralizar o escoamento da produção cafeeira em Vitória, com fins de se evitar a perda do produto para o Rio de Janeiro[6].

[6] Conforme citado anteriormente, três regiões polarizavam o território do Espírito Santo: Vitória, ao centro, Itapemirim, a sul, e São Mateus, a norte. Considerando o fato de que as ligações entre esses pólos eram precárias e a política centralista do Rio de Janeiro, estabelecia-se uma logística na qual toda produção de café do sul do Espírito Santo era escoada por entreposto localizado em Cachoeiro de Itapemirim, seguindo para o território carioca para ser exportado, como se nele tivesse origem, o que gerava prejuízo de receita para os cofres

Foram, então, construídas estradas de ferro cujos ramais se ligavam à região sul e oeste do estado, capturando o café produzido nas localidades onde se implantavam, bem como parte da produção mineira. A partir disso, o rio Benevente deixa de ser o principal meio de escoamento da produção da região de Alfredo Chaves e o porto de Anchieta decai em atividade.

Outros fatores também foram determinantes para o declínio da economia de Anchieta nesse período. Primeiro, o desmembramento de Piúma-ES, por meio do qual passou a dividir as receitas oriundas do café. Também a construção da BR-101, paralelamente à estrada pré-existente de ligação entre Vitória e Rio de Janeiro e que passava por Anchieta, contribuiu para seu isolamento ao tornar extinta sua condição de entreposto de passagem obrigatória, reduzinho ainda mais o movimento na cidade.

Desse modo, tornou-se importante para o município investir em outros setores a fim de dinamizar sua economia. Sendo assim, a história econômica e a vida do município de Anchieta após o período cafeeiro encontram apoio na vida cultural e religiosa. Nesse aspecto, relações políticas entre os líderes religiosos e os governos estaduais contribuíram para a realização de melhorias públicas no município. Do mesmo modo, a criação de instituições tradicionais, como o Colégio Maria Mattos, fundado em 1932, um dos primeiros do estado a formar professoras, contribuiu para sua reestruturação econômica e para sua inserção no sistema de cidades do Espírito Santo.

A economia de Anchieta segue num certo ritmo até a década de 1970, quando a crise na economia cafeeira, que desencadeou a política nacional de erradicação dos cafezais na década anterior e que foi responsável pelo êxodo rural, juntamente com o processo de industrialização das cidades brasileiras nessa época, força uma busca por novas alternativas para o desenvolvimento do campo. É a partir de então que Anchieta ressurge, com expansão da pecuária, marcada, sobretudo, pela concentração fundiária.[7]

A política nacional de industrialização pautada no II Plano Nacional de Desenvolvimento, na década de 1970, também atinge Anchieta, quando da implantação dos grandes projetos

---

capixabas. Eram necessárias, para o estado do Espírito Santo, modificações nos fluxos de mercadorias que pudessem evitar perdas de taxas para o estado vizinho.

[7] "Aumentou a área no extrato que concentra as propriedades com mais de 500 hectares: no intervalo de 100 a 500 hectares o aumento foi de 1.525 para 4.479 hectares e no de mais de 1.000 hectares passou de 1.000 para 4.172 hectares entre 1970 e 1975, respectivamente. As propriedades com até 100 hectares, em 1970, correspondiam a 52,58% da área dos estabelecimentos agropecuários de Anchieta, enquanto em 1975 essa participação passou para 41,04%, apresentando uma redução significativa das pequenas e médias propriedades." (CAMPOS JÚNIOR, BUFFON, CAÇADOR, HOFFMAN, s/d, p. 15)

ligados à siderurgia e à celulose no Espírito Santo. Nesse momento, implanta-se a empresa Samarco, que atualmente tem a maior participação no PIB do município.

Novas perspectivas se abrem atualmente no ramo da mineração e siderurgia, com a previsão de implantação de pólo industrial e de serviços de grande porte no território do município. Essa situação é responsável por especulações e preocupações a respeito da dinâmica populacional do município e seu desenvolvimento urbano nos próximos anos. Nesse sentido, tornam-se relevantes questões cujos focos estejam na identidade urbana local, construída ao longo de sua história, e no modo como essa identidade se relaciona com valores ainda em construção no presente.

Gráfico 2: Projeção do crescimento populacional de Anchieta

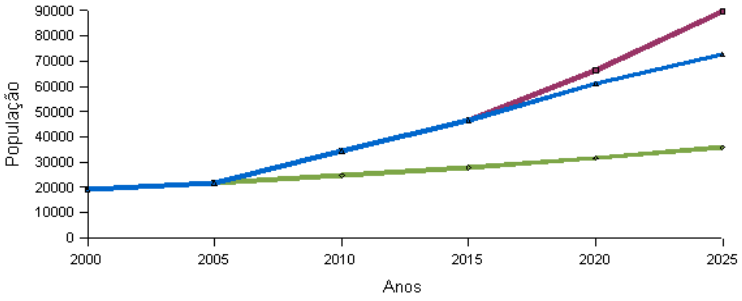


Gráfico: três projeções para o crescimento populacional de Anchieta até 2025. Em verde, sem novos investimentos. Em azul e magenta, com novos investimentos nos setor de mineração e siderurgia.
Fonte: (CAMPOS JÚNIOR, BUFFON, CAÇADOR, HOFFMAN, s/d, p. 73)

Considerando o histórico apresentado podemos destacar quatro situações importantes para Anchieta-ES, que se relacionam a sua dinâmica populacional e econômica e que se refletiram em profundas alterações em sua constituição urbana e cultural ao longo de seus quase cinco séculos de ocupação.

Franco (1995) aponta para os processos de modificação na estrutura urbana das cidades como sendo marcados por rupturas e reapropriações (desníveis) segundo as quais a história se move:

> (...) o surgimento de uma estrutura [urbana] nova não determina, necessariamente, o desaparecimento simultâneo daquela que lhe deu origem. Vale só assinalar que a incompatibilidade da nova estrutura com relação à pré-existente, manifesta na destruição de tantos centros históricos, confirma o surto de uma estrutura inédita, fruto de descontinuidade, não de passagem, do mesmo modo, por exemplo, que a cidade antiga não foi, historicamente, fruto de crescimento exagerado da aldeia neolítica. (FRANCO, 1995)

Nesse sentido compreendemos que esses desníveis marcam, no caso de Anchieta, fases (camadas) pelas quais a localidade passou e imprimem diferentes marcas em seu território. A primeira camada (primeira fase) caracteriza-se pela ação jesuítica no território, a qual é

marcada pelo conjunto de Nossa Senhora da Assunção e sua implantação no alto de uma colina, com vias de acesso ao mar e ao rio Benevente. A chegada dos jesuítas no século XVI constitui-se o marco inicial dessa primeira fase, que representa também a primeira fase do processo de ocupação do território brasileiro e de formação de uma nacionalidade. Essa fase significou a transformação de um sítio natural em espaço modificado pela ação humana. O sucesso dessa empreitada é marcado pela transformação desse sítio em aldeamento e, posteriormente em vila. Podemos definir o ano de 1756, ano da expulsão dos jesuítas do Brasil, como o marco cronológico de encerramento dessa fase.

A segunda camada (segunda fase), caracterizada pela permanência das atividades na vila a despeito da ausência dos padres da Companhia de Jesus, significou um período de estagnação econômica marcado por um esvaziamento populacional e pela ocupação principal dada nas margens do rio Benevente, ao pé da colina da Igreja de Nossa Senhora da Assunção. Esse local constitui-se como foco da vida urbana tanto nesta fase quanto na seguinte.

A terceira camada (terceira fase) é caracterizada por uma revivescência econômica do município. A esse respeito podemos tomar como marco inicial dessa fase o ano de 1870, ano da chegada dos imigrantes italianos no Porto de Benevente, os quais imprimiram novo dinamismo à vida urbana da localidade. Essa fase é marcada por dois momentos estruturantes: (1) o sucesso da atividade portuária associado ao cultivo do café na região de Alfredo Chaves no fim do século XIX e (2) a atuação política dos líderes religiosos da localidade no momento de crise do sistema portuário do início do século XX. Nessa fase, sobretudo a partir do segundo momento, incrementado pelo retorno dos padres jesuítas, os espaços e a paisagem local são modificados consideravelmente, tanto pela introdução da arquitetura eclética em substituição ao tradicional método colonial, quanto pela mudança no eixo de implantação de edifícios de atividades institucionais, direcionando-se para as proximidades do conjunto arquitetônico jesuítico no alto do morro. Desse modo, identificamos no segundo momento dessa fase, uma tendência de revalorização do santuário jesuítico.

A quarta camada (quarta fase) é iniciada com a chegada da indústria, em 1970, ocorrendo uma expansão da malha urbana principalmente a leste, fato que não ocorre dissociado de um aumento populacional que ocasionou novo dinamismo na vida urbana local. Esse processo ocorre em conjunto com alterações no modo de se construir, tornando visíveis no território as distinções entre as edificações dessa fase das das fases precedentes que ainda restaram.

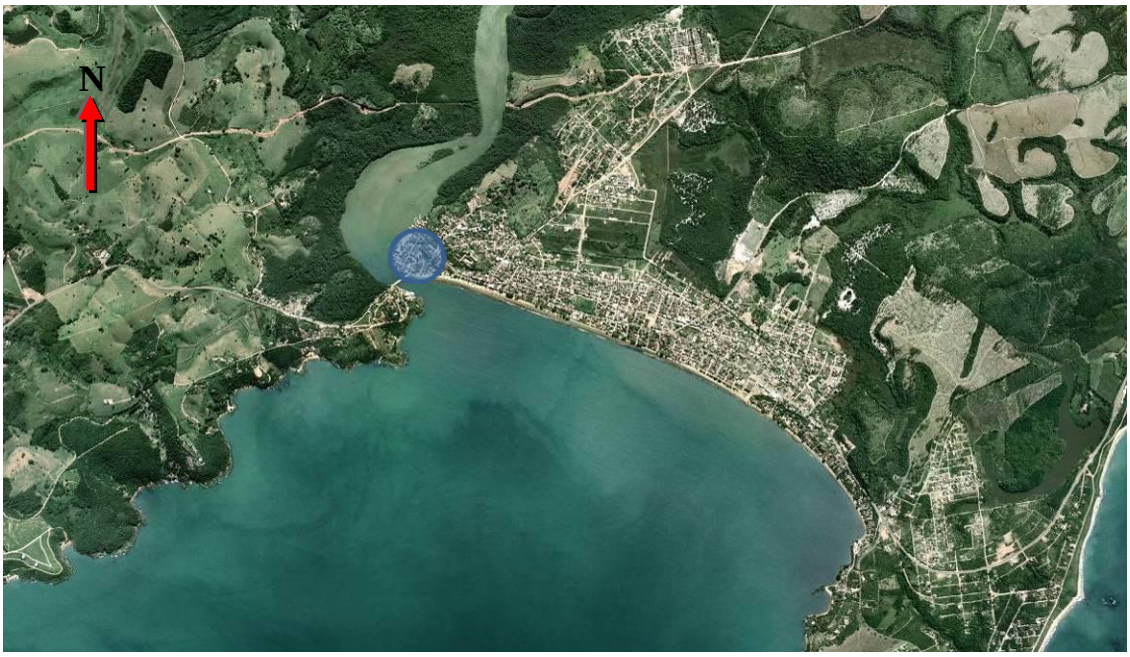


Imagem 07: Distrito sede do atual município de Anchieta-ES. Marcado em azul, porção territorial original tratada neste trabalho. Podemos notar o avanço da malha urbana a leste após a década de 1960.
Fonte: www.geobases.es.gov.br

A imagem 7 evidencia a malha urbana atual do distrito sede do município de Anchieta, destacando a porção territorial correspondente ao núcleo de sua ocupação original. Embora a cidade tenha expandido sua malha urbana para leste, esse núcleo, atualmente conformado pela região do Centro e Porto de Cima, permanece como um local de apropriação e de reconhecimento de valores tradicionais, conforme demonstramos no capítulo 3. Nesse sentido, o dinamismo ocupacional caracterizado pela construção de novas edificações, ou seja, pela renovação construtiva, pode ser entendido como indício de que a região mantém-se valorizada como integrante da vida urbana atual. Isso também pode ser observado na presença de usos importantes para a cidade, dos quais destacamos, além do uso residencial predominante, a existência de instituições como a tradicional Igreja Matriz, os colégios Maria Mattos e Coronel Gomes de Oliveira, os tradicionais mercado de peixe e colônia de pescadores situados à beira-rio, escritórios, hospital, instituições públicas, mercados, entre outros. Assim, essa região é entendida não apenas como partícipe da vida urbana atual, mas como detentora de caráter identitário da cidade. O próprio poder público local reconhece isso ao classificar a região, em seu Plano Diretor Municipal (lei 13/2006), como Área Especial de Interesse Cultural (AEIC 1 - imagem 8), associando significado cultural a valores tradicionais correlatos.



Art. 74 - As Áreas de Especial Interesse de Preservação Cultural - AEIC compreendem as porções do território que necessitam de tratamento especial para a efetiva proteção, recuperação e manutenção do patrimônio histórico do Município, são expressões arquitetônicas ou históricas do patrimônio cultural edificado, compostas por conjuntos de edificações e edificações isoladas e constituem suporte físico de manifestações culturais e de tradições populares do Município, especialmente as festas religiosas, o folclore, a culinária e o artesanato.

A seguir, algumas imagens de Anchieta-ES durante período marcante de sua constituição urbana:



Imagem 08: Vista da beira-mar em direção à bifurcação na qual consta a rua Costa Pereira e o espaço onde atualmente é a rua Francisco Lacerda. Foto de 1910. A edificação em primeiro plano ainda existe no local.
Fonte: www.culturamaratimba.blogspot.com



Imagem 09: vista parcial do morro do conjunto jesuítico e da parte baixa. À frente, Hotel Anchieta. Conjunto jesuítico ao final da perspectiva da Avenida Anchieta e edificações à beira-mar, com frente para a Rua Costa Pereira.
Fonte: www.culturamaratimba.blogspot.com

As imagens mostradas ilustram vários aspectos da configuração urbana local do início à metade do século XX. Em primeiro lugar, a edificação que aparece nas duas fotos ainda existente no local, marca o início da Rua Costa Pereira, a qual, como se pode notar, inicia-se ao pé do morro que conduz ao conjunto arquitetônico jesuítico. Como se pode notar principalmente na imagem 08, a densidade ocupacional é maior ao longo da Rua Costa Pereira, onde vemos um edifício com mais de um pavimento.

A imagem 09 ilustra a mudança ocorrida nos espaços da localidade valorizando a frente da igreja. Tanto a Avenida Anchieta (acesso sudeste) quanto o Hotel Anchieta marcam essa mudança.

Ainda é possível perceber a baixa densidade de ocupação nesse local. Trata-se, portanto, de uma atitude deliberada de conferir nova fisionomia à localidade por meio da valorização de espaços que anteriormente não eram foco da vida urbana.

A imagem 10, a seguir, ilustra a baixa densidade construtiva nessa parte da cidade no referido período. Percebemos a presença marcante na paisagem, além do conjunto arquitetônico jesuítico, dos colégios Coronel Gomes de Oliveira e Maria Mattos e do Hotel Anchieta, implantados anteriormente a um processo mais intenso de ocupação da área, que somente se dá na segunda metade do século XX.

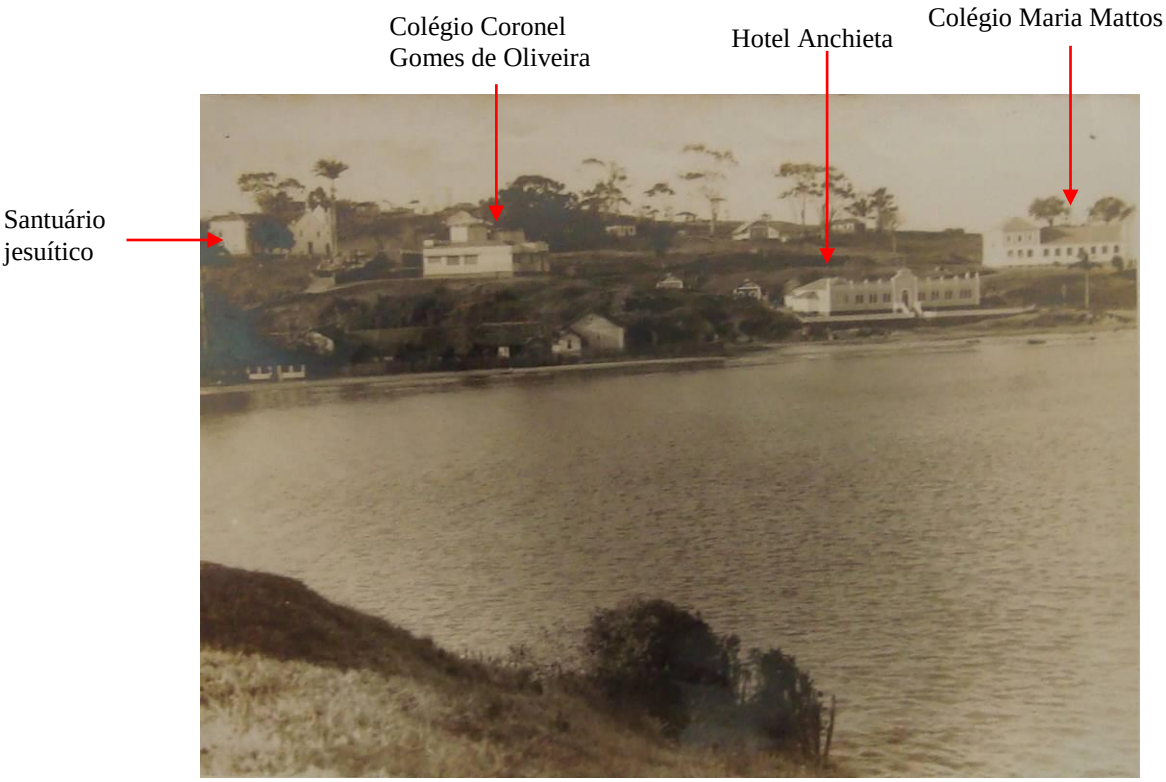


Imagem 10: vista parcial de Anchieta-ES ilustrando a parte menos adensada e que passa a ter relevância na paisagem e nos espaços da cidade a partir do retorno dos jesuítas para a cidade.
Fonte: Arquivo Central do IPHAN-RJ/Série Inventário, cx. 97.



Imagem 11: Rua Costa Pereira a partir do largo do santuário jesuítico na década de 1960. Ao fundo, ponte sobre o rio Benevente, construída em 1952.
Fonte: Arquivo Central do IPHAN-RJ/ Série Obras.

Comparando com as fotos anteriores, percebemos uma densidade construtiva maior nesta imagem. Do ponto de vista das arquiteturas, notamos o convívio entre arquiteturas mais antigas, com beirais remetendo a padrões coloniais, e outra com platibanda e ornatos ecléticos. A diferença de nível provocada pela topografia do terreno, proporciona boa visibilidade tanto do aglomerado urbano quanto do rio Benevente, o que nos remete ao aspecto fundamental da escolha do sítio de implantação de um conjunto jesuítico. A escadaria que aparece em primeiro plano, reformada em 1946, quando a balaustrada que lhe havia sido colocada é retirada sendo construída uma mureta em seu lugar, atravessa todo o acesso sudoeste do santuário.



Imagem 12: Acesso noroeste ao santuário jesuítico. Aos fundos Rio Benevente. Ao fim da escada encontra-se o início da rua Presidente Vargas, transversal à Rua Costa Pereira com a qual compõe um traçado estruturante da antiga Vila de Benevente do século XIX. Foto de 1946.
Fonte: Arquivo Central do IPHAN-RJ/ série obras.

A imagem a seguir é um postal antigo que ilustra de, modo esquemático, aspectos característicos da localidade por volta da metade do século XX. Vemos nesse desenho um esforço por uma síntese dos aspectos elucidados anteriormente. Assim, embora não seja um desenho realista, é possível percebermos elementos interessantes sobre a imagem que se queria transmitir da localidade na época: o aglomerado urbano na porção oeste do território, o qual é transpassado pela linha férrea e tangenciado pelas embarcações do rio Benevente; a presença imponente do colégio Maria Mattos e, em certa medida, do colégio Coronel Gomes de oliveira, os quais em cima do morro disputam espaço com o antigo santuário jesuítico.

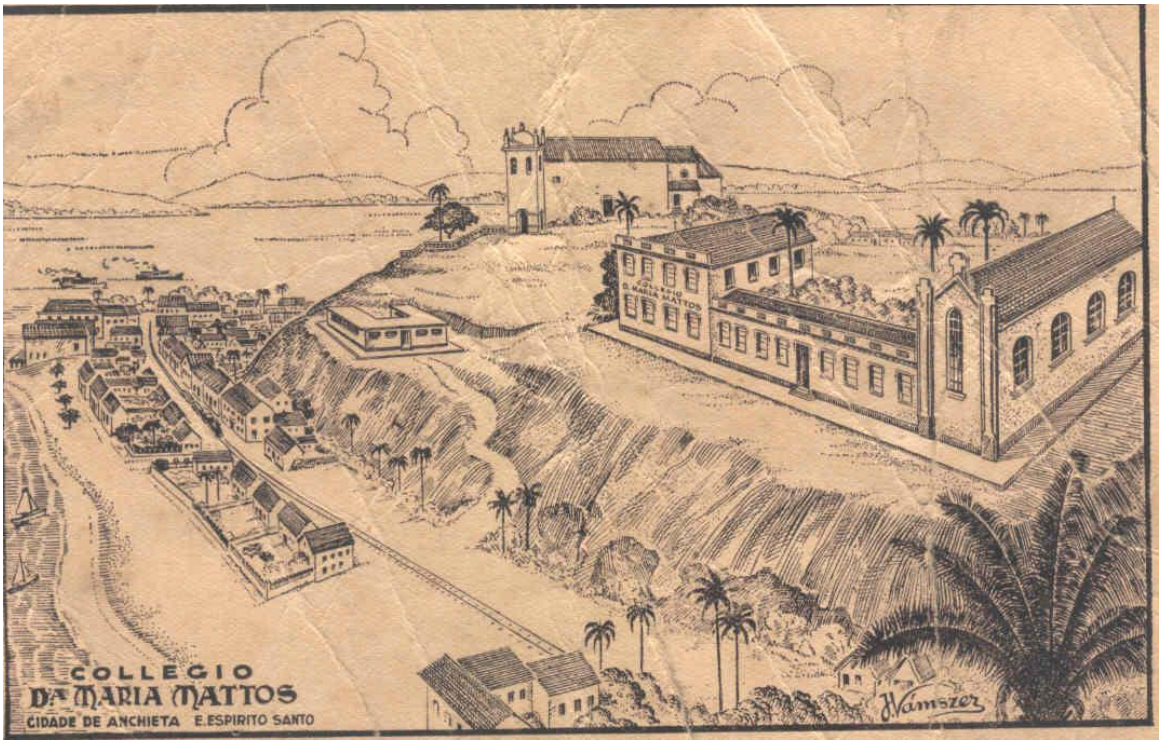


Imagem 13: Cartão postal de Anchieta-ES na primeira metade do século XX.
Fonte: Acervo Municipal de Anchieta

O histórico apresentado ilustra de modo geral a situação de Anchieta com relação aos aspectos de sua constituição urbana, estando esses sempre vinculados aos fatos que de alguma maneira se relacionam à dinâmica econômica e cultural do município. As quatro fases definidas anteriormente, baseadas nos distintos capítulos pelos quais passou a economia local e o modo como atuaram as lideranças religiosas, tornaram-se fundamentais para a compreensão da maneira como as porções territoriais vão se transformando em espaços apropriados, adquirindo novos significados e configurando novas imagens.

Esses aspectos constituem dados essenciais para a compreensão dos lugares enquanto locais dinâmicos de vivência coletiva, aos quais as modificações são inerentes. O esforço por compreender essas modificações é um esforço pela busca dos valores que se foram agregando ao longo do tempo e que constituem parte de um sistema cultural específico conformado a partir de uma realidade anterior.

Desse modo, o olhar sobre determinada realidade deve pressupor sempre uma busca pelo entendimento dos processos distintos que a conformaram e outros que ela desencadeou. Trata-se de uma busca por referências que indiquem continuidades e rupturas, permanências e inovações, num limiar contínuo de adaptação do espírito humano.

CAPÍTULO 2 – O Contexto do Tombamento

O conjunto jesuítico de Anchieta (Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência anexa) foi tombado em 1943, pelo processo 0229-T-40. Conjuntamente foram tombados em processos distintos outros dois bens arquitetônicos de ordem religiosa no Espírito Santo tais como o Conjunto Jesuítico de Reis Magos, localizado no distrito de Nova Almeida, município da Serra, e o Convento da Penha, no município de Vila Velha.

Nessa época, apenas seis anos após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), as políticas de preservação eram orientadas por um discurso fundamentado no pensamento modernista vigente, o qual atribuía à arquitetura, sobretudo religiosa, grande carga simbólica no sentido de representar a nação brasileira (FONSECA, 2005). Associadamente, a necessidade de se firmar como nação civilizada e se projetar internacionalmente surge no sentido de afirmação da própria identidade brasileira. Nesse sentido, a destruição dos bens arquitetônicos era entendida, conforme demonstrou Gonçalves (2002), como uma ameaça.

Tal situação instituía uma urgência em medidas de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, a fim que se assegurasse uma materialidade, sem a qual a nação não poderia se inserir na grande rede universal composta pelas nações civilizadas. Essas medidas foram tomadas pelos técnicos da instituição do patrimônio, os quais se situavam em posição de árbitros na eleição dos bens a serem considerados patrimônio histórico e artístico nacional.

Entretanto, conforme nos informa Sérgio Barra (2008), 20 dos 27 bens tombados na primeira década de atuação do órgão (entre os quais se situam os citados anteriormente), têm pouca documentação nos processos que aponte para os valores a eles atribuídos. Barra sugere duas explicações para esse fato:

> "por um lado, essa era uma prática institucional desses primeiros tempos, que não se aplica apenas aos bens de origem jesuítica. (...) os bens do período colonial foram tombados em regime de urgência devido ao risco da perda. Por outro, os técnicos do SPHAN, nesse primeiro momento, a meu ver, não viam muita necessidade de justificar o tombamento dos bens, porque para eles esses bens tinham um "valor intrínseco" que não precisava ser explicado." (BARRA, 2008, p. 63)

A partir disso, visando compreender as razões que podem estar associadas ao tombamento do conjunto arquitetônico jesuítico de Anchieta-ES, buscamos compreender o discurso geral da

instituição do patrimônio nos primeiros anos de sua atuação, a fim de elucidar os possíveis vínculos que esse discurso mantém com os valores atribuídos ao conjunto e que não se encontram explicitados no processo de tombamento.

2.1 - Os modernistas na construção de um discurso de preservação

No Brasil, diferentemente do que ocorreu nos países europeus, as práticas de preservação foram iniciadas por intelectuais ligados aos ideais de modernidade vigentes no fim do século XIX e início do XX. Tal situação, aparentemente paradoxal, encontra suas origens nos sentimentos que buscavam, sobretudo, fortalecer o caráter identitário da nação brasileira.

Assim, havia, na época, um entendimento de que o passado deveria ser valorizado enquanto substrato estruturante de uma identidade moderna, a partir da qual a nação seguiria seu curso natural.

A esse respeito Faria (1995) vislumbra dois tipos de nacionalismos: o nacionalismo retórico, literário, iniciado a partir de 1900 e caracterizado basicamente pelo ufanismo em relação à pátria e pela idéia de pertencimento; e o nacionalismo como política de Estado, marcado pelo surgimento de instituições e normas de controle do espaço e das pessoas, característico do Estado Novo. O autor defende que o primeiro, marcado pelo movimento modernista da Semana de 1922, constituiu uma etapa de agitação, que iria subsidiar uma política estadista de construção de identidade após 1930, e o segundo, traduz-se na consolidação dessa política, sobretudo a partir de 1937, quando da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O Estado Novo apoiou os intelectuais responsáveis pela criação do SPHAN objetivando difusão de idéias nacionalistas tanto através da pesquisa de valores históricos constituintes da sociedade brasileira quanto por meio do prestígio que esses intelectuais possuíam junto à opinião pública (FONSECA, 2005). Assim, Getúlio Vargas inicia, juntamente com esses intelectuais, a construção de um projeto que busca fortalecer o passado como estruturante e delineador dos rumos da nação.

Nesse período, uma perspectiva particularista (FONSECA, 2005, p. 99) vislumbrada por Mário de Andrade propunha a elucidação da diversidade cultural existente no território nacional. Para Mário, era preciso um olhar para dentro do território e construir um discurso de valorização das culturas populares, as quais se constituíam em fundamento da nação brasileira e de sua inserção no mundo moderno. A partir da construção dessa brasilidade, pautada,

sobretudo, em ideais de diversidade, encontrava-se a representação do que seria a autêntica identidade nacional.

Em outra corrente situavam-se Carlos Drummond de Andrade e Lúcio Costa, os quais, numa perspectiva universalista, entendiam que a nação deveria inserir-se num processo civilizatório linear desencadeado pelas nações européias. Desse modo, a entrada do Brasil no mundo civilizado estaria condicionado a sua representatividade frente aos processos pelos quais passaram aquelas nações (CHUVA, 2003).

É nesse sentido que Lúcio Costa formula um discurso de valorização do barroco no Brasil, o qual seria o representante legítimo da nacionalidade brasileira por sintetizar todo o panorama ocidental da arquitetura. O arquiteto divide o barroco brasileiro nas seguintes fases: (1) classicismo barroco, fins do século XVI e primeira metade do XVII; (2) romanicismo barroco, de meados da segunda metade do século XVII e princípios do XVIII; (3) goticismo barroco, da primeira metade e meados do século XVIII; (4) renascimento barroco, da segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX. O que se pretendia era a instauração de um tempo propriamente brasileiro que colocava a nação em sincronia com os processos evolucionistas "universais" da arquitetura do mundo "civilizado".

> Essa cronologia comportava, em não mais de 250 anos (...) as fases do processo civilizatório do mundo europeu ocidental: o *clássico* grego, o *românico*, o *gótico*; e o *renascentista*. Todas essas fases estavam reunidas por uma adjetivação comum a todas elas no Brasil – o barroco -, que colocava as origens da nação brasileira sincronizadas com a história do mundo civilizado. Aparentemente queimando etapas, essa cronologia sintetizava experiências e tirava-lhes o sumo essencial de forma a atualizar a nova nação que, num curto espaço de tempo, alcançava o tempo do velho mundo. Estavam sendo forjadas uma ancestralidade e uma herança, que permitiriam à nação prosseguir acompanhando, sincronicamente, a partir de então, a evolução da arte universal. (CHUVA, 2003, p. 326)

Desse modo, o panorama estilístico da arquitetura européia (portuguesa) encontra-se referendado na arquitetura produzida em território brasileiro, a qual, com seus "*maneirismos preciosos*" (COSTA, 1937), estava dotada de autenticidade e significava a inserção do Brasil no mundo civilizado.

Em ambas as perspectivas (particularista e universalista) estava presente a idéia de que o passado continha os elementos dos quais a nação deveria se apropriar a fim de se projetar como tal.

É dessa forma que o modernismo da época penetra no discurso intelectual objetivando um reconhecimento e uma apropriação do passado como fundamento do processo de constituição da nação civilizada e ao mesmo tempo uma ruptura com a tradição, a fim de se encontrar um caminho autêntico que projetasse a nação em vias expressivas das redes universais compostas pelas nações "civilizadas". Em outras palavras, e seguindo o raciocínio de Lúcio Costa, a tradição foi importante para alcançar o ritmo das nações civilizadas e colocar Brasil num nível de igualdade a partir do qual se pode vislumbrar a constituição de um caráter nacional próprio orientado pelas perspectivas de futuro trazidas pelo movimento moderno.

Numa visão internalista, idéias de rompimento com a tradição como as de Emílio Moura, um dos integrantes do grupo modernista mineiro Estrela, enfatizam que um projeto de nação é conquista do mundo moderno, que abre espaço à construção de identidades próprias (apud. BOMENY, 1994). Nesse contexto a brasilidade modernista buscava a construção do Brasil dentro do Brasil de modo que o rompimento com a visão *evolucionista unilinear da cultura*[8] significava a busca por uma autonomia nacional. Moura declara:

> A nossa sensibilidade vai-se afastando, com pesar é verdade, dessas almas estranhas. Porque nacionalismo no nosso momento é sinônimo de sacrifício. Renunciar a uma paisagem civilizada e polida, a um ambiente de estilizações, onde a cultura adoça o veneno de uma arte de decadência; trocar toda essa visão harmoniosa por um habitat bravio e num estado admirável de primitivismo é um heroísmo que exige forças pouco comuns. (Apud. BOMENY, 1994, 77)

Para Moura, cuja declaração acima aproxima-se mais dos ideais defendidos por Mário de Andrade, a brasilidade significava buscar o original, a essência do que tenha sido criação exclusiva dos filhos da nação, retirada a influência estrangeira. Reconhecendo que a história do Estado brasileiro seja recente em relação à dos países "civilizados", propõe que essa jovialidade institui um relativo estado de primitivismo, substrato do qual o modernismo brasileiro deveria se apropriar.

Todo esse conteúdo discursivo bastante debatido durante a década de 1920 (etapa de agitação, segundo FARIA, 1995) e manifesto em política de Estado nas décadas subseqüentes orientou a eleição de bens patrimoniais pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a partir de 1937. Tornou-se evidente a inclinação do SPHAN pela corrente universalista

[8] A esse respeito *cf.* LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico.* Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005.

defendida por Lúcio Costa e Drummond. Desse modo, ideais de unidade e autenticidade nacionais e de inserção do Brasil no mundo civilizado estabeleceram um repúdio ao Ecletismo, estética que se pautava na importação acrítica de estilos que vigoraram na Europa, em face de um vislumbre pela busca de um passado autêntico brasileiro, expresso, sobretudo, como o proposto por Lúcio Costa, nas arquiteturas do barroco mineiro (FONSECA, 2005).

Do mesmo modo, e pelas razões explicitadas a arquitetura modernista criada no Brasil tornou-se representante principal da identidade brasileira que estava sendo forjada pelo Estado Novo. A nação, inserida num panorama universal da história da arte, era agora materializada por uma nova arquitetura cujos princípios situavam-se em ideais de "racionalização", "verdade", "autenticidade" e "legitimidade" (CHUVA, 2003).

A partir disso, o elo entre moderno e tradição foi estabelecido e o Brasil poderia projetar-se internacionalmente como nação civilizada, partícipe das redes internacionais de trocas simbólicas, cujos valores almejados situavam-se na afirmação da nacionalidade como projeto de construção do futuro.

2.2 - A noção de perda como inerente ao discurso de preservação

As primeiras décadas de atuação do SPHAN foram marcadas por um período caracterizado, sobretudo, pela urgência de se salvaguardar o patrimônio que estava em vias de desaparecimento (GONÇALVES, 2002). Esse período, conhecido como *fase heróica* (FONSECA, 2005), foi de agitação e exigiu grande esforço da instituição em se afirmar publicamente como o órgão responsável pela defesa de um ideal nacionalista. Tal esforço traduziu-se na realização de um grande número de tombamentos, a fim de circunscrever sob proteção jurídica o máximo possível de bens.

Rodrigo Mello Franco de Andrade (apud. GONÇALVES, 2002), diretor da instituição nesse período, ao designar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional como uma "causa" à qual mantinha sua devoção pessoal, atribui à instituição a missão de revelar a tradição e a civilização brasileiras. Ou seja, proteger da ameaça de destruição os bens patrimoniais significa, para Rodrigo, honrar um compromisso com a nação brasileira. Calmon (*apud.* GONÇALVES, 2002, p. 64) traz uma citação de um amigo de Rodrigo após sua morte, em que o descreve como "o homem que ajudou o Brasil a lembrar-se de si mesmo".

Toda narrativa de Rodrigo sobre o patrimônio constitui-se sobre um discurso no qual a proteção pelo Estado, em seu caráter de urgência, significava o livramento de uma destruição progressiva a que estavam submetidos os bens materiais. Afirma:

> O que o projeto governamental tem em vista é poupar à Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio. Grande parte das obras de arte mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a coletividade brasileira era depositeia, tem desaparecido ou se arruinado irremediavelmente, em conseqüência da inércia dos poderes públicos e da ignorância, da negligência e da cobiça dos particulares. A subsistência dessas mesmas circunstâncias ameaça, pois, gravemente o que ainda resta de nossas riquezas artísticas e históricas. (Rodrigo M. F. de Andrade, apud. GONÇALVES, 2002, p. 87)

Assim, para Rodrigo, a perda da cultura nacional é evidenciada na destruição de imóveis urbanos, no comércio estrangeiro de antigüidades e, principalmente, na indiferença da população em relação ao patrimônio histórico nacional. Esse processo de perda constitui ainda uma "ameaça à própria nação brasileira enquanto portadora de uma 'tradição' e partícipe de uma 'civilização' " (GONÇALVES, 2002, p. 94).

O discurso de Rodrigo, segundo Gonçalves (2002), é marcado pela objetificação[9] de uma realidade original, entendida como íntegra e coesa, frente aos contínuos processos históricos destruidores daquela situação inicial. Ou seja, a imagem dessa perda é utilizada como estratégia discursiva para se justificar a objetificação de uma cultura nacional em vias de desaparecimento.

O autor aponta o pensamento de Susan Stewart, que sugere que o distanciamento no tempo ou no espaço é o que torna os objetos simples em objetos do desejo e que, portanto, a extinção do significado – o passado, o popular, o primitivo, o exótico, o autêntico - é condição

[9] Gonçalves define *narrativa nacional* e *objetificação cultural*. O primeiro caracteriza-se por constitui-se numa modalidade discursiva de construção de uma identidade e de uma memória nacional e o segundo, por contribuir para os processos de invenção de culturas e tradições. O autor enfatiza o caráter inventivo do objeto estudado pela ciência (o qual é entendido como artefato produzido pelo homem) a despeito de uma imanência própria de uma entidade existente em si mesma. Desse modo, afirma que os historiadores, em seu discurso narrativo, contam os fatos não na forma aleatória como eles acontecem, mas encadeiam-nos, interconectando-os, de tal modo a constituírem um enredo coerente e íntegro. Da mesma forma os antropólogos o fazem com a cultura e os elementos que a constitui. Ao situarem os fatos numa perspectiva narrativa, os discursos da preservação trazem consigo a idéia de apropriação de certos elementos considerados como espelhos de uma realidade sócio-cultural também coerente e íntegra, os quais farão parte da construção de uma cultura nacional.

preponderante para a eternalização de seu significante - o objeto[10]. Stewart, trabalha com o conceito da palavra inglesa *longing*, "um forte e persistente desejo que não pode ser satisfeito". Desse modo, o ato de colecionar relíquias, miniaturas, *souvenirs*, objetos etnográficos, históricos, obras de arte, entre outros, constituir-se-ia na tentativa de transcender a distância entre linguagem e experiência. Os objetos (significante) seriam a representação de uma realidade ou experiência (significado): uma igreja barroca passa, por exemplo, a representar a totalidade imaginária daquele período histórico. Stewart ainda afirma que *longing*, ao pressupor essa distância entre objeto e seu contexto real, estabelece ainda que sua valorização institui também sua extinção:

> Objetos de coleção são "objetos de desejo" na medida em que eles desempenham a função de superar, em termos imaginários, a distância entre uma certa realidade ou experiência (...) e a "representação" dessa "realidade" ou "experiência". No entanto, para que essa "realidade" seja despertada, ela tem de, primeiro, ser destruída. (GONÇALVES, 2002, p.102 e 103)

Assim, para Gonçalves, o próprio discurso de preservação, ao lançar bases para uma ressignificação do objeto, torna-se responsável por uma fragmentação da realidade, o que é entendido como uma perda cultural. Gonçalves segue afirmando:

> (...) a perda não é algo exterior, mas parte das próprias estratégias discursivas de apropriação da cultura nacional. É tão somente na medida em que existe um patrimônio cultural objetificado e apropriado em nome da nação, ou de qualquer outra categoria sócio-política que se pode experimentar o medo de que ele possa ser perdido para sempre. A apropriação de uma cultura traz, assim, como conseqüência, ao mesmo tempo que pressupõe, a possibilidade mesma de sua perda. (GONÇALVES, 2002, p.88)

O discurso da perda, trazido por Rodrigo, está presente em toda a fase heróica e, embora possa estar ou não manifesto nos processos de tombamento, é esse discurso que vai determinar as ações de tombamento antes mesmo de uma explicitação dos critérios adotados. Nesse sentido, a "causa" de Rodrigo encontra-se muito mais vinculada à idéia de proteger juridicamente o maior número possível de bens do que de justificar essa proteção.

[10] Entretanto, ao se extinguir o significado, poder-se-ia, seguindo o pensamento do autor, atribuir ao significante, novos significados, os quais constituiriam-se apenas num fragmento do real. Desse modo, ao reinserí-lo num contexto sócio-cultural, o significante, contraditoriamente, corresponderia a uma realidade íntegra e coerente.

2.3 - O patrimônio jesuítico na concepção do SPHAN

A narrativa universalista de Lúcio Costa sobre a arquitetura brasileira foi o que situou o patrimônio jesuítico no discurso do SPHAN. Ao tomar o barroco como principal marca de um autêntico processo civilizatório, o arquiteto lança mão de um aparato discursivo que visa justificar uma realidade objetificada. Vincula, assim, outras realidades ao contexto do barroco inferindo-lhes caráter de subordinação.

Nessa perspectiva, o *patrimônio jesuítico* pode ser entendido não como uma categoria autônoma, mas como parte da própria linha evolutiva do barroco brasileiro. Aline Bezerra de Menezes (2008) identifica um entendimento comum de alguns autores sobre conceito de *barroco*, o qual seria

> (...) um estilo característico de um largo período durante o qual teriam surgido vários "sub-estilos" ligados aos diferentes grupos sociais que produziam nos campos da arte e da arquitetura. Assim, segundo alguns autores, haveria vários qualificativos do *barroco*, tais como o estilo *plateresco*, o estilo *jesuítico* ou *estilo Dom João V* e o estilo *rococó*,que seriam manifestações específicas de determinadas épocas, todas dentro do conceito geral do *barroco*. (MENEZES, 2008, p. 14)

Em seu artigo *A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil* (1941) Lúcio Costa demonstra os processos morfológicos por que passaram as arquiteturas religiosas jesuíticas produzidas em solo brasileiro desde o século XVI até o século XVIII. A figura 01 ilustra o entendimento do arquiteto em relação à evolução das igrejas jesuíticas no Brasil, atribuindo ao frontão reto a característica mais marcante dessa arquitetura. Podemos perceber uma relação de continuidade e transitoriedade do frontão central (*letra k*) pelo fato de apresentar "volutas rampantes sobrepostas ao frontão clássico primitivo, mantendo-se assim, apesar da nova silhueta, a rigidez da empena retilínea (...)." (COSTA, 1941, p. 41)

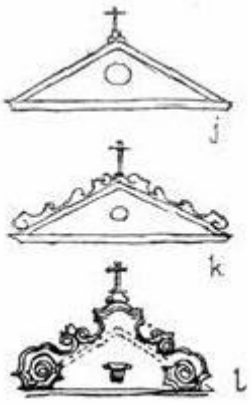


Imagem 14: croqui ilustrativo da evolução do frontão de uma igreja jesuítica do século XVI ao XVIII.
Fonte: COSTA, 1941, p. 34.

Essa continuidade reconhecida por Lúcio Costa evidencia sua idéia de linha evolutiva do barroco, situando a arquitetura jesuítica e os padres da Companhia de Jesus num contexto de legitimidade e autenticidade enquanto fundadores da cultura nacional. Em outras palavras, a ancianidade dessas edificações as situa no extremo inicial de uma linha evolutiva do barroco, conferindo-lhes originalidade no processo

civilizatório brasileiro.

Lúcio Costa argumenta que essa originalidade conseguida na adaptação à realidade brasileira provinha, entre outros fatores, de uma vocação natural da Ordem dos jesuítas:

> Tratando-se de uma ordem nova e 'diferente', livre de compromissos com as tradições monásticas medievais, e por conseguinte, em situação particularmente favorável para se deixar impregnar, logo de início, do espírito moderno, post-renascentista e barroco, é natural que tenha sido mesmo assim. (COSTA, 1941, p. 10)

O arquiteto atribui tamanho valor ao caráter evolutivo dos monumentos arquitetônicos edificados pelos padres jesuítas que chega a afirmar que esse processo, como parte natural das etapas da civilização, teria acontecido independentemente da atuação da Companhia em território brasileiro.

> "Ora, as transformações por que passou a arquitetura religiosa, juntamente com a civil, durante esse longo período [séculos XVII e XVIII], obedeceram a um processo evolutivo normal, de natureza, por assim dizer, fisiológica: uma vez quebrado o tabu das fórmulas neo-clássicas renascentistas, gastas de tanto se repetirem, ela teria mesmo de percorrer – **independentemente da existência ou não da Companhia de Jesus**[11] – o caminho que efetivamente percorreu, até quando o barroco, por sua vez impossibilitado de renovação, teve de ceder lugar à nova atitude classicista e já o seu tanto acadêmica de fins do século XVIII e começo do XIX. (COSTA, 1941, p. 09)

O discurso de Lúcio Costa é caracterizado, segundo Menezes (2008), por um caráter essencialmente formalista, relativamente distante de uma abordagem histórica e social sobre a ação jesuítica no Brasil. A autora argumenta a inexistência de uma noção plenamente estabelecida de *patrimônio jesuítico como categoria* nos primeiros anos de atuação da agência do patrimônio. Sugere que uma noção como essa estaria associada a um contexto sócio-cultural mais amplo, que incluiria "vestígios em outros suportes como textos e peças teatrais, por exemplo, e que comporta significados que vão além das formas e estilos, mantendo uma ligação mais profunda entre seus elementos constitutivos." (MENEZES, 2008, p. 32) Em várias passagens informa que a noção de *patrimônio jesuítico* esteve, na concepção do SPHAN, restrita a critérios estético-estilísticos vinculados à forma arquitetônica e aos objetos de arte.

[11] Grifo nosso.

A partir disso, podemos interpretar que a suposta autonomia evolutiva da arquitetura jesuítica em relação à presença da Companhia, no modo como propõe Lúcio Costa, esteja associada a uma visão que privilegia os aspectos formais como principal recurso metonímico de objetificação de uma realidade. Em outras palavras, outros contextos (histórico e social) são vistos como secundários na compreensão da dinâmica evolutiva do processo de civilização da nação brasileira.

Nesse sentido, atribui-se ao arquiteto a função principal de arbitragem sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. Paulo Santos (apud. MENEZES, 2008, p. 19) afirma que a análise de um "*especialista sagaz* (o arquiteto) *não precisa nem mesmo de documentos*".

Essa valorização do caráter estético dos bens pelo SPHAN também é apontada por Fonseca (2005). A autora sugere ter havido uma hierarquização dos livros do tombo, ocupando o Livro de Belas Artes (LBA) a primeira posição, seguido do Livro Histórico (LH). Em geral, os exemplares inscritos nos livros Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

> terminaram por servir para abrigar aqueles bens que, por falta de maior interesse estético, ou por se acharem adulterados ou parcialmente destruídos não tinham condições de atender às exigências para inscrição no Livro de Belas Artes. A autenticidade desses bens era assegurada pela fidedignidade das fontes documentais que atestassem seu valor enquanto documento. (FONSECA, 2005, p. 114)

Fonseca acrescenta que a mesma preocupação em elaborar critérios para avaliação do valor artístico dos bens não é observada em relação ao valor histórico. Essa posição é entendida, em parte, pelo fato de não haver historiadores no quadro de funcionários da instituição. Apesar de intelectual ligado ao patrimônio e às idéias vigentes sobre preservação, Carlos Drummond de Andrade, então chefe da Seção de História, não era especialista na área. Fonseca constata que não havia, por parte do SPHAN, preocupação de incorporar os avanços da historiografia nacional e internacional[12].

Barra (2008) argumenta que os critérios relacionados ao valor histórico dos bens de origem jesuítica situavam-se no caráter de ancestralidade conferiam à nação (valor de ancianidade), constando de dupla inscrição (LBA e LH) grande parte desses bens. Entretanto, ainda que sua

[12] A respeito desse assunto, Sérgio Barra (2008) constata que, embora contasse com nomes como Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, autores renovadores da historiografia brasileira, situados na vanguarda de uma reflexão de cunho antropológico, o SPHAN se apoiava em pensadores como Serafim Leite e Lúcio Costa, difusores de uma visão tradicional da história (*História Cientificista*), oriunda do século XIX, a qual baseia sua narrativa em grandes eventos conformadores da nação.

valorização tenha se dado enquanto obra de arte colonial, não eram considerados os bens mais expressivos da arquitetura barroca, representante da nação.

A esse respeito Lúcio Costa escreve:

> O considerável acervo de obras de arte que os padres da Companhia de Jesus nos legaram, fruto de dois séculos de trabalho penoso e constante, poderá não ser, a rigor, a contribuição maior, nem a mais rica, nem a mais bela, no conjunto dos monumentos de arte que nos ficaram do passado. É, contudo, uma das mais significativas. (COSTA, 1941, p. 09)

Atribuía-se, desse modo, à arquitetura jesuítica, valor preponderante enquanto representativa do que há de mais antigo em território nacional. A nação pode, a partir dessa perspectiva, situar-se na linha evolutiva do processo civilizador ciente de onde se encontram suas origens. Adota-se, desse modo, a perspectiva de uma ancianidade como valor a ser perseguido nas obras dos padres da Companhia de Jesus no Brasil.

2.4 - Reflexões sobre o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência anexa

Uma análise do processo de tombamento do conjunto arquitetônico jesuítico de Anchieta-ES vem confirmar alguns aspectos elucidados anteriormente sobre a postura institucional em relação ao patrimônio histórico e artístico nacional durante a fase heróica.

Em primeiro lugar, podemos evidenciar que a decisão de tombamento pelo conselho consultivo foi tomada relativamente rápido, visto que em 30 de setembro de 1940, ano de abertura do processo, Rodrigo Melo Franco de Andrade comunica (notificação n° 323, p. 01) ao bispo do Espírito Santo, Luiz Scortegagna, a determinação de inscrição no referido livro do tombo, embora o ato só venha a se consumar três anos mais tarde, em caráter compulsório devido à ausência de resposta do bispo à notificação do diretor do SPHAN. As páginas 02 e 03 do processo constam de uma resposta do secretário do bispado informando a Rodrigo de que a notificação fora recebida, mas que o bispo não se encontrava na capital no momento. A página 04 consta de um ofício com data de 14 de julho de 1943 estabelecendo prazo de 15 dias para que o bispo anuísse o tombamento dos conjuntos jesuíticos de Anchieta e Nova Almeida e do conjunto franciscano de Vila Velha, cujos processos foram abertos três anos antes. A página 05 consta de despacho informando do não recebimento de resposta do referido bispo e determinando a inscrição dos bens nos livros do tombo em 20 de setembro do mesmo ano.

Em segundo lugar, chama-nos a atenção o fato de o conjunto de Anchieta ter sido inscrito somente no Livro Histórico, diferentemente do que aconteceu com a maior parte dos bens de origem jesuítica nessa época, como o conjunto de Reis Magos, tombado no mesmo ano, e a Igreja da Ajuda, Viana, tombado em 1950 (processo 422-T-50), ambos no Estado do Espírito Santo.

Desse modo, se tomarmos o pensamento de Fonseca (2005) sobre a hierarquia dos livros do tombo, podemos entender que o conjunto jesuítico de Anchieta situava-se em posição secundária no sentido do valor que o SPHAN atribuía aos monumentos. Entretanto, o fato de a decisão sobre o tombamento e mesmo de sua efetivação ter acontecido logo nos primeiros anos da ação institucional leva-nos ao entendimento de que esse valor parecia já estar explicitado aos técnicos da instituição. Isso se confirma em correspondências trocadas entre os responsáveis pela Igreja de Nossa Senhora da Assunção e os envolvidos nas políticas de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional.

Em telegrama de 12 de junho de 1937 (anterior, portanto, à formalização jurídica da criação do SPHAN pelo Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937) Dom Helvécio, cidadão anchietense então arcebispo de Mariana-MG, demonstra já ter tido contato com Rodrigo Melo Franco de Andrade anteriormente e segue dizendo:

> (...) Comunico [que] aqui estou visitando [o] histórico templo construído [pelas] veneráveis mãos [do] padre José [de] Anchieta cuja cela mortuária deteriorada ameaçando ruínas bem merece patriótico bafejo eminente [do] amigo exmo. Ministro Capanema.[13] (Fonte: Arquivo Central do IPHAN-RJ/ Série Obras)

Como resposta ao telegrama, em ofício datado de 25 de junho de 1937, Rodrigo responde:

> Retardei até agora a resposta devida ao telegrama com que me honrou Vossa Excelência Reverendíssima para o fim de dar tempo a que esta carta o encontrasse em sua diocese. Desde logo, porém, tomei na merecida consideração a notícia que Vossa Excelência Reverendíssima se dignou transmitir-me sobre o mau estado de conservação em que se encontra a cela do venerável Padre Anchieta, ameaçada de ruína. Estou realmente empenhado em adotar todas as providências ao alcance deste Serviço com o objetivo de preservar o templo erguido pelo grande missionário, lamentando apenas que os recursos pecuniários de que disponho para aplicar em

[13] Original no Anexo.

> obras de reparação e restauração até o fim do corrente mês não me permitam iniciar imediatamente o serviço. [14](Fonte: Arquivo Central do IPHAN-RJ/ Série Obras)

Nesse diálogo podemos constatar, em primeiro lugar, o valor que o SPHAN atribuía ao conjunto jesuítico de Anchieta mesmo antes de sua criação oficial. Termos como "venerável" e "grande missionário" encontram-se, nas palavras dos técnicos da instituição e dos responsáveis pela Igreja, constantemente associados à personalidade do Padre José de Anchieta. Do mesmo modo, em outros documentos podemos perceber sempre o uso de expressões como "precioso monumento"[15], "igreja e residência jesuítica onde morreu o Padre Anchieta"[16] ou "onde morreu o venerável jesuíta"[17]. Essas expressões caracterizam o vínculo que aquela arquitetura mantinha com a história da nação. No contexto de uma historiografia baseada na História Cientificista de Serafim Leite, como já explicitado no pensamento de Barra (2008), constituía-se fato comum a eleição de monumentos associados a grandes personagens da História, dentre eles o jesuíta José de Anchieta. Ou seja, o valor que se atribuía ao conjunto arquitetônico jesuítico de Nossa senhora da Assunção era o histórico por estar relacionado à personalidade ilustre daquele padre.

Outra questão relevante no diálogo exposto encontra-se na resposta de Rodrigo, em que ele enfatiza o estado de conservação do conjunto e sua ameaça de ruína. Nesse aspecto, torna-se evidente sua preocupação com o caráter de urgência de uma ação institucional a fim de se evitar a perda daquele patrimônio histórico nacional. Essa preocupação mostra-se, conforme assinalado anteriormente, na rapidez com que o tombamento é aprovado logo que se abre o processo, a despeito de uma preocupação com maiores informações que pudessem documentar o valor reconhecido.

Tanto a urgência de se tombar quanto a inserção do conjunto arquitetônico jesuítico de Anchieta numa perspectiva historiográfica baseada na narrativa de grandes fatos políticos, protagonizados por grandes homens, perpassam a narrativa de Rodrigo exposta ao longo desse capítulo. Podemos interpretar que o ato de tombamento do SPHAN em Anchieta-ES tenha se

---

[14] Original no Anexo.

[15] Ofício de Rodrigo M. F. de Andrade ao vigário de Anchieta, em 10/03/1943. Fonte: Arquivo Central do IPHAN-RJ/ Série Obras

[16] Ofício de Rodrigo M. F. de Andrade ao arquiteto André Carloni, então representante do SPHAN no Espírito Santo, em 05/07/1946. Fonte: Arquivo Central do IPHAN-RJ/ Série Obras.

[17] Ofício de Rodrigo M. F. de Andrade ao chefe de gabinete do Ministério da Educação e Saúde, em 05/06/1946. Fonte: Arquivo Central do IPHAN-RJ/ Série Obras

dado, sobretudo, no sentido de proteger aquele conjunto do desaparecimento. A importância disso se dava no fato de o SPHAN entender que as bases da nacionalidade brasileira, assim representada pela ocupação jesuítica no local, estavam sintetizadas na figura do beato Anchieta e monumentalizadas na materialidade daquela arquitetura.

Foi criado, dessa forma, um vínculo entre o contexto local de Anchieta-ES e o discurso modernista, por meio do qual a nação se materializava.

CAPÍTULO 3 – Atribuição de valor patrimonial ao sítio urbano histórico de Anchieta

3.1 - o sítio urbano histórico como documento

Neste capítulo, elaboramos um cotejamento do discurso que motivou o tombamento do conjunto arquitetônico jesuítico de Nossa Senhora da Assunção, em 1943, com noções atuais de patrimônio, as quais são norteadas por uma perspectiva historiográfica distinta da *História Cientificista* do século XIX. Para tanto, buscamos demonstrar alterações pelas quais passou o conceito de *documento* e que foram conseqüências das mudanças ocorridas na Historiografia durante o século XX, dadas pelo surgimento da Escola dos Annales e da Nova História. Essas alterações constituem bases para novos pontos de vista a respeito da atribuição de valor patrimonial, sobretudo no caso do valor histórico.

A esse respeito, Jacques Le Goff (2003) nos oferece uma contribuição, por meio da qual podemos entender o sítio de implantação do conjunto arquitetônico não apenas do ponto de vista da noção de monumento difundida no século XIX, mas também como um documento da ocupação jesuítica no território brasileiro. Essa perspectiva historiográfica insere-se numa trajetória do pensamento das ciências humanas, iniciada nas primeiras décadas do século XX pela escola francesa e que tem como marco a Revista dos Annales, na década de 1930.

Pensadores como Marc Bloch, Lucien Lebvre e Fernand Braudel, ligados à então chamada Escola dos Annales, defenderam um estudo da História feito a partir da compreensão dos processos de longa duração[18] a fim de se tornar inteligíveis a civilização e as mentalidades. Desse modo, a História deve se constituir não mais em uma narrativa de acontecimentos, mas em um estudo de estruturas. Assim, em detrimento do privilégio da erudição e da dimensão política dos acontecimentos, ocorre uma abertura ao estudo de outras dimensões, econômica, social, psicológica. Além disso, a idéia de neutralidade do historiador é substituída pela de intencionalidade, dada pelas escolhas que faz ao longo do processo investigativo. Em outras

[18] A respeito da importância de se conceber a influência de contextos cronologicamente distantes no nosso cotidiano, Marc Bloch declara: "Que se havia de dizer de um geofísico que, contentando-se com o apuramento dos miliâmetros, considerasse a ação da Lua sobre o nosso globo muito mais importante que a ação do Sol? Tanto no que respeita à duração como ao céu, a eficiência de uma força não se mede exclusivamente pela distância./ De entre as coisas passadas, mesmo aquelas – crenças desaparecidas sem deixar o menor rasto, formas sociais malogradas, técnicas mortas – que, como parece, deixaram de dirigir o presente, iremos considerá-las inúteis para a sua compreensão?" (BLOCH, s.d., p. 41)

palavras, inclui-se uma dimensão subjetiva na produção da história, em oposição à pretendida objetividade da História Cientificista[19].

Essas mudanças trazem grandes contribuições à trajetória do pensar historiográfico no século XX e apresentam elementos essenciais de constituição de uma Nova História, corrente na qual Le Goff se encontra situado. Sua visão tem como foco dois aspectos sobre o entendimento de documento que se diferencia da visão historiográfica do século XIX.

O primeiro é a crítica do documento, segundo a qual ele não é inócuo, ou seja, todo documento é um instrumento de poder, na medida em que se constitui produto de contexto político específico e as narrativas que se constroem a partir dele são baseadas em sua seleção pelo historiador. Diferentemente do que apregoava o espírito positivista do século XIX, segundo o qual o cientificismo da história era resguardado pela compreensão de que o documento (escrito), em sua suposta neutralidade, era uma prova histórica, ou seja, o fundamento do fato histórico, "ainda que resulte de uma escolha, de uma decisão do historiador." (LE GOFF, 2003. p. 526)

Desse modo, considerando a intencionalidade do documento, que origina uma narrativa, um encadeamento de fatos e idéias, Le Goff o compreende como pertencente à categoria dos monumentos. O autor declara:

> Hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da cultura material, os objetos de coleção (...), os tipos de habitação, a paisagem, os fósseis (...) e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens (...). (LE GOFF, 2003, p. 525)

O entendimento do documento dentro da categoria dos monumentos explicita a razão pela qual os historiadores da Historia Científica do século XIX privilegiavam as narrativas políticas orientadas por grandes feitos de grandes personagens: como os documentos considerados eram os escritos oficiais, fica evidente uma intencionalidade na escolha das

---

[19] BELLATO, Luis Fernando B.; Birardi, Angela; Castelani, Gláucia Rodrigues. *O Positivismo, os Annales e a Nova História*. Disponível em http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html, acesso em 04 de feveeiro de 2011.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_dos_Annales, acesso em 04 de fevereiro de 2011.

fontes de modo a selecionar os fatos a partir de uma perspectiva dominante. Assim, Le Goff entende o documento segundo uma dicotomia:

> O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (...) Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar essa problemática, porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por *desmontar*, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. [20] (LE GOFF, 2003, p. 538)

Desmontar, nesse caso, significa identificar a medida que o documento-monumento constitui-se numa tentativa de representar os fatos em sua totalidade, desconsiderando a própria parcialidade que lhe é intrínseca. Para tanto, o autor explica o significado de documento-monumento como um cartulário, produto de um centro de poder e que deve ser estudado a partir de várias perspectivas (econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual), mas que possui uma historicidade e deve ser entendido, acima de tudo, como um instrumento de poder.

Desse modo, embora a incorporação de outras perspectivas no estudo da história não anule a idéia da "montagem" enunciada por Le Goff, podemos compreender que o privilégio dado pela História Cientificista aos aspectos políticos, com a eleição de grandes personagens, contribui mais para perpetuar imagens de grandes vultos do que para oferecer uma compreensão mais ampla sobre os diversos contextos relacionados a uma determinada realidade e à própria historicidade do documento.

O segundo aspecto do pensamento de Le Goff é o postulado denominado "revolução documental" (LE GOFF, 2003, p. 535), o qual estabelece que podem ser constituídas fontes documentais para a pesquisa histórica outras materialidades que não unicamente as fontes escritas. O autor retoma uma afirmação de Lefebvre segundo a qual "onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos (...). Deve-se escrutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação (...). Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história." (LEFEBVRE,

[20] Grifo nosso.

apud. LE GOFF, 2003, p. 530) Ocorre, desse modo, uma ampliação do que pode ser tomado como fonte na pesquisa histórica.

Esse novo modo de se enxergar e se narrar a história, introduzido pela Escola dos Annales e pela Nova História não foi incorporado de imediato nas políticas de preservação no Brasil.[21] Entretanto, podemos perceber, conforme mostraremos no capítulo IV, os primeiros reflexos dessa visão dentro do SPHAN na década de 1960, orientados, sobretudo, pelos conceitos de entorno e ambiência de bem tombado. Já na década de 1980 essa visão adquire espaço ainda maior, gerando novas possibilidades em relação aos conceitos e às práticas institucionais, estas outrora orientadas pelo conceito de *cidade-monumento*:

> A grande mudança na prática de seleção de áreas urbanas-patrimônio ocorre na década de 80. Os critérios que a informam deixam definitivamente de lado a questão estética e passam a fundamentar-se no valor histórico do objeto. Ocorre, na realidade, uma mudança de conceitos. De *cidade-monumento*, relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira foi capaz de construir, a área-urbana patrimônio passa a *cidade-documento*, objeto rico em informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro nas várias fases de sua história, como, de resto, já definia Rodrigo Mello Franco de Andrade no final de sua vida. Em suma, a área urbana-patrimônio passa a ser percebida como documento histórico, um "objeto cultural vinculado também à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a outras disciplinas", além da história da arte e da arquitetura, como era o usual.[22] (SANT'ANNA, 1995, p. 215)

Apresenta-se, nesse sentido, uma nova perspectiva de entendimento dos sítios urbanos históricos. Como exemplo, expomos trecho de afirmação do valor patrimonial do sítio urbano de Laguna/SC, apresentado à Diretoria de Tombamento e conservação (DTC) da então SPHAN-Pró-Memória, em 1984 (Processo de Tombamento 1.122-T-84):

---

[21] A esse respeito, Barra (2008, p. 62) afirma: "Ao mesmo tempo em que contava entre seus colaboradores com nomes como Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, autores renovadores da visão de historiografia brasileira, inauguradores de uma reflexão de cunho antropológico, a atuação do SPHAN se apoiava naquela citada visão tradicional da História, oriunda do século XIX. Curiosamente, as primeiras obras de Freire e Buarque de Holanda são praticamente contemporâneas da obra de Serafim Leite e do artigo [A arquitetura dos jesuítas no Brasil, *op. cit.*] de Lúcio Costa."

[22] Grifos nossos.

> Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não apresenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade de tombamento. (...) Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país, menos como sede de acontecimentos notáveis do que pela escolha criteriosa do sítio; pelo papel que o povoado pode desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais; e, sobretudo, pela forma urbana assumida afinal como precipitação espacial dos dois processos precedentes. (Franco, 1995)

Assim, as novas perspectivas historiográficas atuaram no entendimento institucional acerca do conceito de patrimônio, retirando o foco da visão esteticista das primeiras décadas de atuação do SPHAN e situando-o na noção de valor histórico-documental.

Neste sentido, o que propomos ao cotejar o discurso institucional da chamada *fase heróica* com o atual, é situarmo-nos, não apenas no ponto de vista das alterações epistemológicas no saber histórico refletidas no pensamento de Le Goff e da Nova História, mas também dos novos caminhos que as políticas de preservação tomaram a partir dessas alterações. Nosso olhar sobre o sítio de implantação do conjunto arquitetônico de Nossa Senhora da Assunção é caracterizado, sobretudo, pelo entendimento de ser ele um registro do desenvolvimento urbano iniciado pela ocupação jesuítica, da qual ainda guarda vestígios importantes para a própria compreensão desse modo de ocupação.

> Assim, o local as construções jesuíticas no Brasil era quase sempre em elevações, com bela vista sobre o mar e próximo a algum rio. A proximidade de um e outro garantia aos jesuítas a locomoção fácil: um pela costa, para comunicação com outros centros de catequização e conversão; e outro, para o interior, em busca de índios e da fixação de novos aldeamentos. E a elevação facilitava a defesa, sendo que o próprio edifício, por si só se apresentava como uma fortaleza. (CARVALHO, 1982, p. 25)

Desse modo, um olhar sobre o sítio urbano onde se situa o conjunto arquitetônico jesuítico de Anchieta-ES nos permite relacionar a implantação do aldeamento com as necessidades e os critérios dos jesuítas para sua escolha: por sua posição privilegiada, garantia aos padres, além de amplo controle visual sobre os arredores, grande facilidade de acesso a eles. Auguste Saint-Hilaire, a respeito de sua passagem pela vila de Benevente (atual município de Anchieta) durante a viagem à província do Espírito Santo na primeira metade do século XIX, relata: “O mais aprazível panorama se oferece aos olhos de quem se coloca diante de alguma

das janelas do claustro; avistam-se a um só tempo o rio, a mata majestosa que o margeia, sua embocadura, o oceano, a cidade de Benevente e o campo das cercanias.” (HILAIRE, 1974, p. 31)

Essa passagem, embora tenha sido escrita cerca de dois séculos após a implantação do aldeamento de Reritiba, constitui-se num registro do domínio que os jesuítas tinham sobre todo o sítio a partir de uma posição estratégica. Esse registro ainda permanece no território, sendo restrita uma compreensão daquele contexto que seja focada apenas no monumento arquitetônico em detrimento de sua implantação. Assim, de um ponto de vista histórico atual, o sítio está indissociado desse monumento e, tal como esse último, informa da presença jesuítica e de seus critérios na seleção dos locais de implantação do aldeamento e da relação que este mantinha com a arquitetura religiosa. Tomando por base o pensamento de Le Goff sobre o documento, entendemos que esse sítio, ao invés de vizinhança do bem tombado, constitui-se, juntamente com ele, em um bem.

Desse modo, quando voltamos o olhar para o tombamento da Igreja, em 1943, e percebemos que a compreensão da época de que o valor histórico estava limitado à relação que a arquitetura ali existente tinha com a personalidade ilustre do padre José de Anchieta, vislumbramos as restrições que essa compreensão traz ao entendimento do sítio como um documento. A esse respeito, afirmamos que tomar o sítio urbano (e não somente o conjunto arquitetônico) como um documento significa, mais do que louvar a autoridade do padre José de Anchieta, compreender a atuação jesuítica no território e dizer que aquela implantação tem uma historicidade: foi feita daquela forma por motivos específicos do contexto histórico, social e ideológico que informava da cultura jesuítica e de seu modo de ocupação e domínio do território.

3.2 - a permanência do documento frente a suas reapropriações

Sabemos que o sítio a que nos referimos não permaneceu estagnado ao longo do tempo. As apropriações feitas repetidas vezes por gerações que nele se instalaram após a presença jesuítica, e que estão representadas em seu traçado urbano e em outras edificações existentes, ilustram momentos distintos de sua consolidação enquanto local vivência coletiva.

O entendimento de sítio urbano como algo de natureza dinâmica, cuja imagem se transforma ao longo do tempo de acordo com as apropriações de seus usuários é encontrado na Carta de Petrópolis (1987), segundo a qual o sítio Histórico Urbano (SHU)

> é parte integrante de um contexto amplo que comporta paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, *em processo dinâmico de transformação*, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação.[23]

Nesse sentido, entendemos esses elementos como vestígios materiais que conformam a memória das gerações que por ali passaram até a atualidade. Como nas palavras de Aldo Rossi: "(...) a memória coletiva se torna a própria transformação do espaço, a cargo da coletividade; uma transformação que é sempre condicionada por aqueles dados materiais que se opõem a essa ação." (ROSSI, 2001, p. 198)

Maurice Halbwachs, na primeira metade do século XX, entende memória coletiva como sendo o conjunto das imagens parciais que os indivíduos possuem e que conformam uma lembrança partilhada por uma determinada sociedade (HALBWACHS, 2006). O sociólogo, a despeito do pensamento comum da época, situado nas perspectivas do psicólogo Charles Blondel, do psicanalista Sigmund Freud e do filósofo Henri-Lois Bergson, as quais situavam no indivíduo o estudo da memória, retira, pioneiramente, o tema de uma esfera meramente individual, enfocando seu caráter essencialmente coletivo. Assim, mesmo as lembranças que tomamos como mais íntimas estão associadas a contextos sociais dos quais fazemos parte. Como exemplo, cita um passeio que fez sozinho a Londres pela primeira vez:

> (...) mesmo não tendo caminhado ao lado de alguém, bastaria que eu houvesse lido as descrições da cidade compostas por todos esses variados pontos de vista, bastaria que alguém tivesse me aconselhado a ver tais ou quais aspectos dela ou, ainda mais simplesmente, que eu houvesse estudado no mapa. Suponhamos que eu passeie sozinho. Passando diante de Westminster, pensei no que havia dito meu amigo historiador (...). Ao atravessar um ponte, pensei no efeito de perspectiva que meu amigo pintor apontara (...). (...) muitas impressões me faziam lembrar os romances de Dickens lidos na infância: eu passeava pela cidade com Dickens. Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, eu não posso dizer que estive sozinho, pois em pensamento eu me situava neste ou naquele grupo, o que eu compunha com o arquiteto (...), ou com o pintor (...), com o geômetra que desenhou o mapa, com um romancista. (HALBWACHS, 2006, p. 30 e 31).

[23] Grifos nossos.

Desse modo, para Halbwachs a memória individual é nada mais do que a memória formada pela vivência de uma pessoa em diversos grupos ao mesmo tempo, ou seja, uma combinação das inúmeras memórias coletivas. Além disso, existem tantas memórias coletivas quantos grupos há numa sociedade e "se certo membro do grupo vier a fazer parte ao mesmo tempo de um outro grupo, se os pensamentos que ele tem de um e de outro se encontram de repente em seu espírito... teoricamente só ele perceberá esse contraste" (HALBWACHS, 2006, p. 49).

Podemos compreender, no pensamento de Halbwachs, a noção de memória como um fenômeno que vem da sociedade e conforma o pensamento individual. Nesse sentido, "a materialidade não estava no corpo, mas na sociedade" (SANTOS, 2003, p. 49).

A memória coletiva passa a ser o condicionante da memória individual, o que pode ser percebido inclusive na linguagem: "o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente" (HALBWACHS, 2006, p. 72). Em sua análise sobre memórias de infância, Halbwachs conclui que não nos lembramos de diversas coisas de nossa primeira infância porque, nessa fase da vida, "nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social" (HALBWACHS, 2006, p. 43).

Assim, compreendemos que o indivíduo recebe da família os primeiros estímulos de socialização os quais vêm em conjunto com tradições incutidas nas memórias da própria família. Posteriormente, outros grupos (amigos, escola, igreja etc.) são incluídos no processo de interação social, aumentando as possibilidades mnemônicas. Nesse sentido, os indivíduos constituem uma rede comunicativa que permite a transmissão de idéias, valores, signos etc., conformadores de vínculos coletivos entre si e com gerações precedentes.

Entretanto, essa não é a única forma de conformação da memória. Há, também, os fatos dos quais o indivíduo não participou diretamente, mas dos quais recebe informações por vias secundárias. Apesar de não estarem associados diretamente à vivência individual, e por se relacionarem, de certo modo, ao contato com outros grupos para os quais possuem relevância, esses fatos atuam na consciência individual havendo um "empréstimo" de memória que, de certo modo, determina noções simbólicas desse indivíduo:

> No pensamento nacional esses acontecimentos deixam um traço profundo, não apenas porque as instituições foram modificadas por eles, mas porque sua tradição subsiste muito viva nessa ou naquela região do grupo, partido político, província, classe profissional ou mesmo naquela família, entre certas pessoas que conheceram pessoas que os testemunharam. Para mim, são noções, símbolos; estão representados sob uma

> forma mais ou menos popular – posso imaginá-los, é quase impossível lembrar-me deles. (HALBWACHS, 2006, p. 72 e 73).

Compreendemos, então, que a memória é constituída de duas formas: pela vivência direta dos fatos, os quais passam a ser tomados como memórias próprias dos indivíduos; pelo "empréstimo" de memórias (vivência indireta) que os indivíduos fazem de fontes diversas (imagens, textos, relatos de outros indivíduos etc.), constituindo símbolos. Em ambos os casos essas memórias permanecem referenciadas, seja por sua materialização em elementos físicos, seja por sua perpetuação nas tradições. Entretanto, no primeiro caso, os símbolos são produzidos no interior das práticas sociais, onde o indivíduo é agente ativo na sua construção, enquanto, no segundo caso, esses símbolos, construídos externamente, são apropriados e incorporados como elementos de identificação da própria coletividade.

> Uma apropriação simbólica faz referência ao ato de tornar seu – da pessoa ou do indivíduo – o que também é do domínio de outros indivíduos, de muitos, de todos, referente a uma comunidade tanto de uma cidade, de uma nação ou de um Estado. Falar de uma casa, um bairro, uma cidade, um país, um governo ou de um povo como o "meu" ou "minha", implica pertencimento e identificação positiva, muitas vezes em relação a algo que, como um bem público, é de domínio de todos, não excludente e não sujeito a concorrência, como, por exemplo, a língua, a maneira de se vestir, um estilo arquitetônico, a memória coletiva e signos e símbolos culturais de todo tipo. (AUGEL, 2007, p. 183 e 184)

Voltando o olhar para Anchieta-ES, podemos entender o município atualmente como um local apropriado por grupos distintos que mantêm vivas várias memórias coletivas. Essas memórias podem estar manifestas nas tradições ou nas marcas impressas no território. A respeito do sítio de implantação do conjunto jesuítico, este se constitui num símbolo de um processo de ocupação inicial do território nacional e, apesar do distanciamento cronológico que esse processo possui das práticas coletivas atuais, o sítio torna-se uma referência para a localidade, pois representa também o local de nascimento dessa coletividade. O processo de reapropriação do território por gerações sucessivas – que gerou a constituição de novos símbolos – ilustra a peculiaridade no modo de desenvolvimento daquela localidade, cujos valores constituíram-se a partir das relações que estabeleceram com os elementos da ocupação do século XVI.

Assim, a partir de um olhar atual sobre o sítio de Anchieta, podemos compreender seus valores patrimoniais segundo duas situações: (1) o sítio como sendo um local cuja expressão

encontra-se vinculada a um fato histórico de constituição da nação brasileira (a ocupação jesuítica) e está documentada no conjunto arquitetônico jesuítico e nos aspectos fisiográficos (relevo, vegetação, hidrografia) registrados na paisagem; (2) agregação de outras memórias expressas nas relações sociais e em elementos arquitetônicos e urbanísticos implantados posteriormente à presença jesuítica inicial e que representam apropriações do sítio feitas de modo sucessivo por gerações que nele se instalaram.

Considerando as práticas coletivas e as apropriações simbólicas e retomando Maurice Halbwachs e a diferenciação que faz entre memória coletiva e memória social entendemos a segunda situação (agregação de memórias) como constituinte de uma memória coletiva, a memória de um grupo específico, representado, neste caso, pela população Anchietense, a qual se apropria do sítio conformando-o "à sua imagem" (HALBWACHS, apud. ROSSI, 2001, p. 198) e imprimindo, constantemente, novos significados ao território. Já a primeira situação (sítio original, documento da ocupação do século XVI), por estar vinculada a um contexto nacional, aproxima-se do que Halbwachs denomina por memória social, que se constitui no elo entre várias coletividades, perpassando vários grupos, períodos e espaços, reproduzindo-se em contextos mais amplos (HALBWACHS, *apud.* MOTTA, 2002). Ou seja, a memória coletiva é o que a população anchietense possui de lembrança e que está materializado nas coisas e evidenciado nas relações sociais. Já a memória social pode ser entendida como os traços deixados pela presença jesuítica que se deu no local a partir do século XVI e que significa um dos primeiros modos de ocupação do território e de constituição de uma nacionalidade brasileira.

A seguir, apresentamos aspectos ilustrativos dessa memória coletiva a que nos referimos, a fim de observar o caráter e a medida da relação que estabelece com o sítio original. Assim, buscamos identificar permanências e alterações no referido sítio com vistas a evidenciar o grau de modificações pelas quais passou. A partir disso, podemos discutir se essas modificações interferem em sua leitura enquanto registro de um momento histórico específico da constituição da nação brasileira e como podem ser entendidas como partes complementares de um documento constituído ao longo do tempo. Para tanto, situamos nossa análise em aspectos que podem ser extraídos das impressões que constituem memórias individuais dos agentes que vivenciam esse território (aspectos subjetivos) e em outros que podem ser visualmente observados (aspectos objetivos).

3.2.1 – Reconhecimento de Aspectos Subjetivos na Pesquisa Empírica

3.2.1.1 - Metodologia

A pesquisa sobre os aspectos subjetivos da memória de Anchieta-ES visa identificar relações afetivas e identitárias que os moradores estabelecem com espaços da cidade. Segue uma abordagem qualitativa, o que exige a realização de entrevistas longas e semi-estruturadas (DUARTE, 2002). Busca evidenciar valores trazidos por pessoas da população anchietense de acordo com memórias que detêm de suas vivências na cidade ou que foram transmitidas por pais e avós. Como parte do método, esses valores podem estar explicitados na fala dos entrevistados, bem com no mapeamento que são levados a fazer após a entrevista.

Para tanto, foram selecionadas 07 pessoas, representativas de distintos grupos sociais: 04 pessoas idosas que sempre moraram em Anchieta, 01 líder da associação de pescadores, 01 líder carnavalesco, 01 agente público que conhece a história de Anchieta e que mantém vínculos estreitos com a população local.

O acesso a essas pessoas se deu por contato inicial com a Prefeitura de Anchieta-ES, através de reuniões com técnicos da Gerência de Patrimônio e Cultura, que, juntamente com algumas pessoas de famílias tradicionais de Anchieta, foram fundamentais para a escolha dos cidadãos a serem entrevistados. Essa escolha se pautou na busca por pessoas que tivessem vínculos reconhecidos com a localidade.

Assim, estruturamos um questionário (Apêndice 1) em 04 temáticas: *história familiar*, em que os entrevistados são estimulados a falar sobre sua história de vida familiar e profissional; *cidade e memória*, em que falam sobre os locais ou construções que lhes evocam lembranças de fatos de infância ou juventude ou de relatos contados por pais e avós; *cidade e planejamento urbano*, em que falam sobre as alterações que a cidade sofreu e dos valores que atribuem às mudanças, confrontando sempre com questões relativas à manutenção das lembranças; *cidade e identidade*, em que são questionados sobre a imagem que fazem da cidade e de como esperam que a cidade seja vista pelo forasteiro. Ao fim, os entrevistados fazem um desenho da cidade de Anchieta-ES identificando o que entendem como sendo mais representativo.

As entrevistas foram realizadas ou nas casas dos entrevistados ou em seus locais de trabalho. Tiveram, em média, duração de 2h, durante as quais buscamos criar um clima de descontração a fim de alcançar um nível de empatia benéfica à reflexão proposta, nos moldes do que sustenta Alberti: “O ideal, numa situação de entrevista, é que se caminhe em direção a um diálogo informal e sincero, que permita a cumplicidade entre entrevistado e entrevistadores, à

medida que ambos se engajam na reconstrução, na reflexão e na interpretação do passado." (ALBERTI, 2004, p. 102)

3.2.1.2 – Descrição

Nas entrevistas realizadas é possível perceber relações distintas estabelecidas pelos entrevistados com o sítio em questão e com os demais espaços da cidade. Tais relações evidenciam significados que esses espaços possuem em suas memórias individuais e que estão, em certa medida, vinculados à memória coletiva[24], continuamente construída pela população anchietense. Esse entendimento nos auxilia na compreensão daquele território como um "lugar", ou seja, como um espaço de significação coletiva: Rogério Proença Leite (2007), ao diferenciar espaço e lugar, conceitua o primeiro como sendo o simples agrupamento de elementos físicos nos quais se desenvolvem ações humanas e o segundo como a associação de tais elementos à convergência de significados atribuídos pelo grupo de indivíduos que dele se apropria. Assim, os lugares seriam aqueles cuja forma de apropriação espacial contemple uma "possibilidade de entendimento" que, para o autor, se caracteriza como sendo a faculdade de *compreender* a si mesmo e o outro como parte de algo em comum. Nesse sentido, firmamos nossa análise sobre essa *compreensão* que os entrevistados possuem do lugar a partir da observação de duas grandezas: espaço e tempo. A primeira ilustra diferentes vínculos estabelecidos com determinadas regiões da cidade e que estão relacionados, em grande parte, à história da vida pessoal do entrevistado e ao grau de contato que tiveram com essas regiões. A segunda se refere às noções que possuem acerca de processos históricos constituintes da vida urbana e a medida de relação que esses processos mantêm com as gerações precedentes. Assim, seguem apontamentos sumários a respeito das entrevistas, transcritas e editadas no Apêndice 2.

A senhora Josefina Ramos Nunes (90 anos), professora, conhecida como *Dona Mulata*, relata que sua família saiu de Campos (RJ) e foi morar em Anchieta entre o fim da década de 1920 e início da de 1930. Dona Mulata demonstra forte ligação com a "Rua do Brejo", lugar de sua infância e onde viveu a maior parte de sua vida. Esse local encontra-se a leste da região de

[24] Retomando Maurice Halbwachs, entendemos que a memória individual não apenas exerce influência sobre a memória coletiva, como também é influenciada por ela: "(...) muitas vezes a dosagem de nossas opiniões, a complexidade dos nossos sentimentos e gostos é apenas a expressão dos acasos que nos puseram em contato com grupos diversos e opostos, e nossa parte em cada modo de ver é determinada pela intensidade desigual das influências que eles exerceram em separado sobre nós." (HALBWACHS, 2006, p. 65)

Porto de Cima e era também uma região de moradia de pescadores. Descreve as casas existentes na região, as quais eram feitas de estuque e cobertas com palha. Dona Mulata parece entender o território do município segundo uma setorização por meio da qual a região correspondente ao Bairro Porto de Cima e proximidades do Santuário de Nossa Senhora da Assunção é vista como o "lado de lá", e a Rua do Brejo e arredores constituem o "lado de cá". Essa compreensão se manifesta em seu relato sobre os festejos de carnaval, em que a entrevistada fala da rivalidade entre caçadores (o "lado de cá") e democratas (o "lado de lá"), grupos que não existem mais, e em sua afirmação sobre os moradores "miúdos", da Rua do Brejo: "miúdo que eu falo é o pessoal do lado de cá, o pessoal mais pobre".

Como ícones de sua infância e juventude ela faz referência a elementos ligados à memória de sua família, relacionados ao trabalho ou de seu pai ou de sua mãe: a usina de energia e a estrada de ferro que ligava a região do Porto de Cima a Jabaquara e a Matilde, distrito do município de Alfredo Chaves; os poços de água onde as lavadeiras retiravam água para seu ofício. Dona Mulata se recorda do colégio Maria Mattos (onde estudou) e do colégio Coronel Gomes de Oliveira como frutos de um período importante para a cidade, quando o religioso Dom Helvécio atuou na educação e na transformação da vida cultural de Anchieta. A respeito da Igreja de Nossa Senhora da Assunção e das escolas, faz afirmações: "aquilo é coisa que fica na memória da gente"; e "acho que não deveria acabar nunca".

Em relação às mudanças urbanísticas diz que foram boas e que a cidade deve continuar crescendo, mas considera importante guardar a lembrança de como ela era. No desenho que fez sobre Anchieta, fica evidente a valorização dos aspectos de sua memória individual e familiar: a usina onde seu pai trabalhava, a estrada de ferro conduzindo até Matilde, os barcos dos pescadores, a Rua do Brejo, os poços de água e o Chuveirinho (local onde aconteciam bailes na região do Centro/Porto de Cima Porto de Cima).

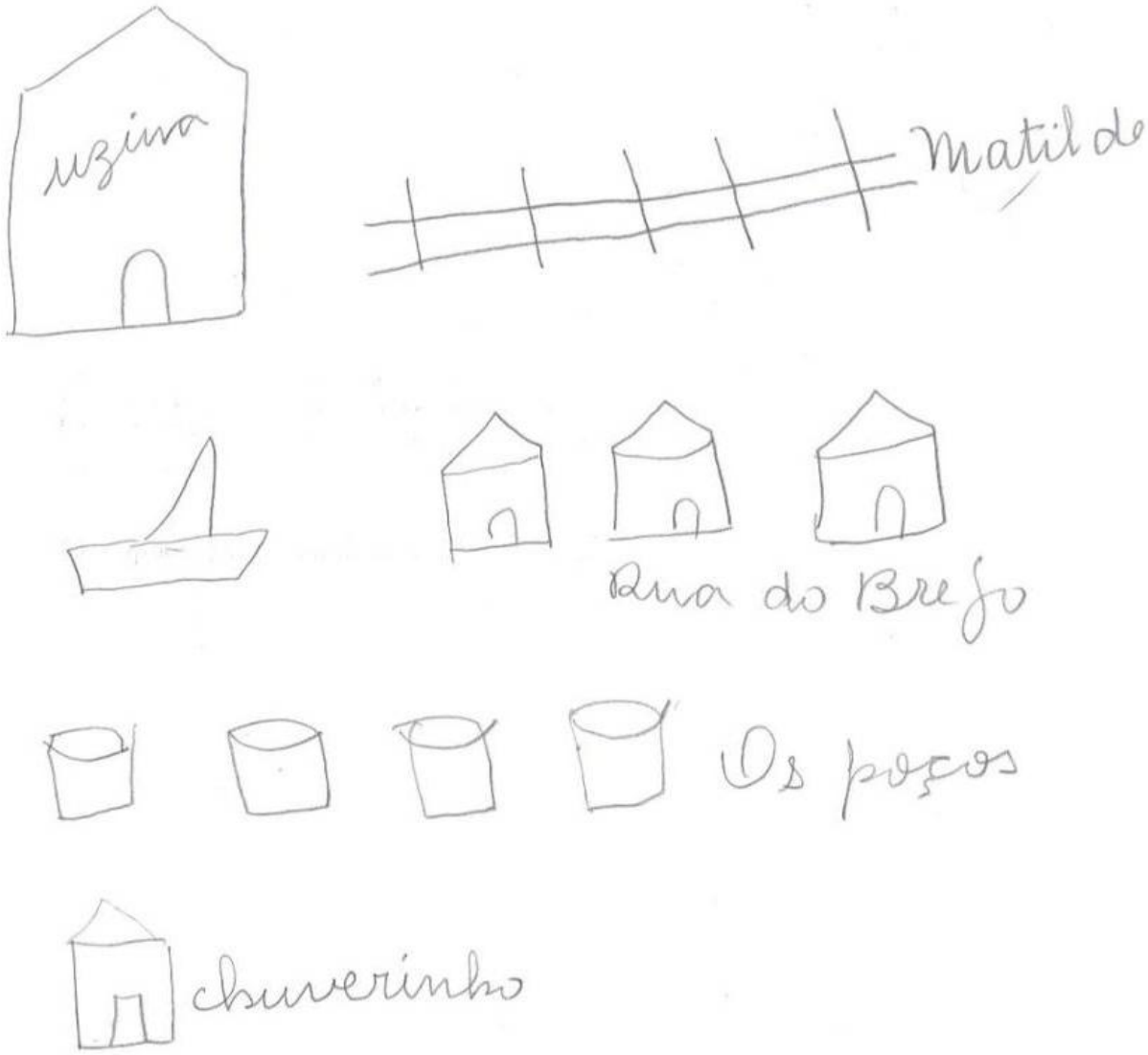


Imagem 15: desenho de Anchieta-ES por Dona Mulata

A senhora Dulcinéia Silva Lyrio Rupf (75 anos), professora, nascida em Anchieta, demonstra, em seu relato, ter uma vivência mais intensa na região do Centro/Porto de Cima. Sua família trabalhou com transporte aquaviário. Ela descreve Anchieta numa época em que o Rio Benevente era navegável por navios maiores, quando seu pai transportava mercadorias até Alfredo Chaves. Fala com pesar da demolição do armazém onde atualmente se encontra a praça dos imigrantes. Uma mudança urbanística importante do ponto de vista dos reflexos na vida cultural de Anchieta, de modo a alterar o modo de vida de pessoas como as da família da senhora Dulcinéia foi a construção da ponte no início da década de 1950: seu pai deixou o serviço de barco e se dedicou ao comércio na região. Em relação à vida cultural da época, a entrevistada faz referência aos locais de baile, ao carnaval e à vida religiosa. Alguns edifícios que menciona: Edifício Nicolau (sobrado de dois pavimentos, na esquina da Rua Costa Pereira com a Presidente Getúlio Vargas); "casa de Dona Rosinha", na Rua Costa Pereira; Hotel Anchieta; os colégios Coronel Gomes de Oliveira e Maria Mattos. Em geral, à exceção do Poço do Quitiba, localizado do outro lado da ponte, os locais indicados pela senhora Dulcinéia encontram-se na região do Centro/Porto de Cima. Ela descreve a região e algumas atividades nela desenvolvidas durante sua juventude. Fala da escadaria que dá acesso è Igreja de Nossa Senhora da Assunção e das casas antigas que estavam próximas a ela. Ao falar de seu local de moradia próximo à capela de Nossa Senhora da Penha, cita como referência a Igreja Matriz.

A senhora Dulcinéia também considera importante guardar as lembranças da cidade. Dá a entender que acredita ser possível e importante compatibilizar o crescimento da cidade com a preservação de suas memórias: "Poderiam construir prédios novos na região de Porto de Cima. Mas, no máximo, três ou quatro andares e não aqueles edifícios altos. Porque tira a visão do antigo e passa a vir uma coisa mais moderna." Destaca a Igreja Matriz como ícone de longevidade. Em seu desenho podemos notar dois aspectos importantes: o primeiro é o detalhamento que faz da região do centro/Porto de Cima incluindo nomes dos espaços urbanos e edifícios; o segundo é o destaque dado ao setor urbano formado pela Igreja Matriz, o largo à sua frente e a Capela da Penha, dispondo os outros espaços a partir desse setor.

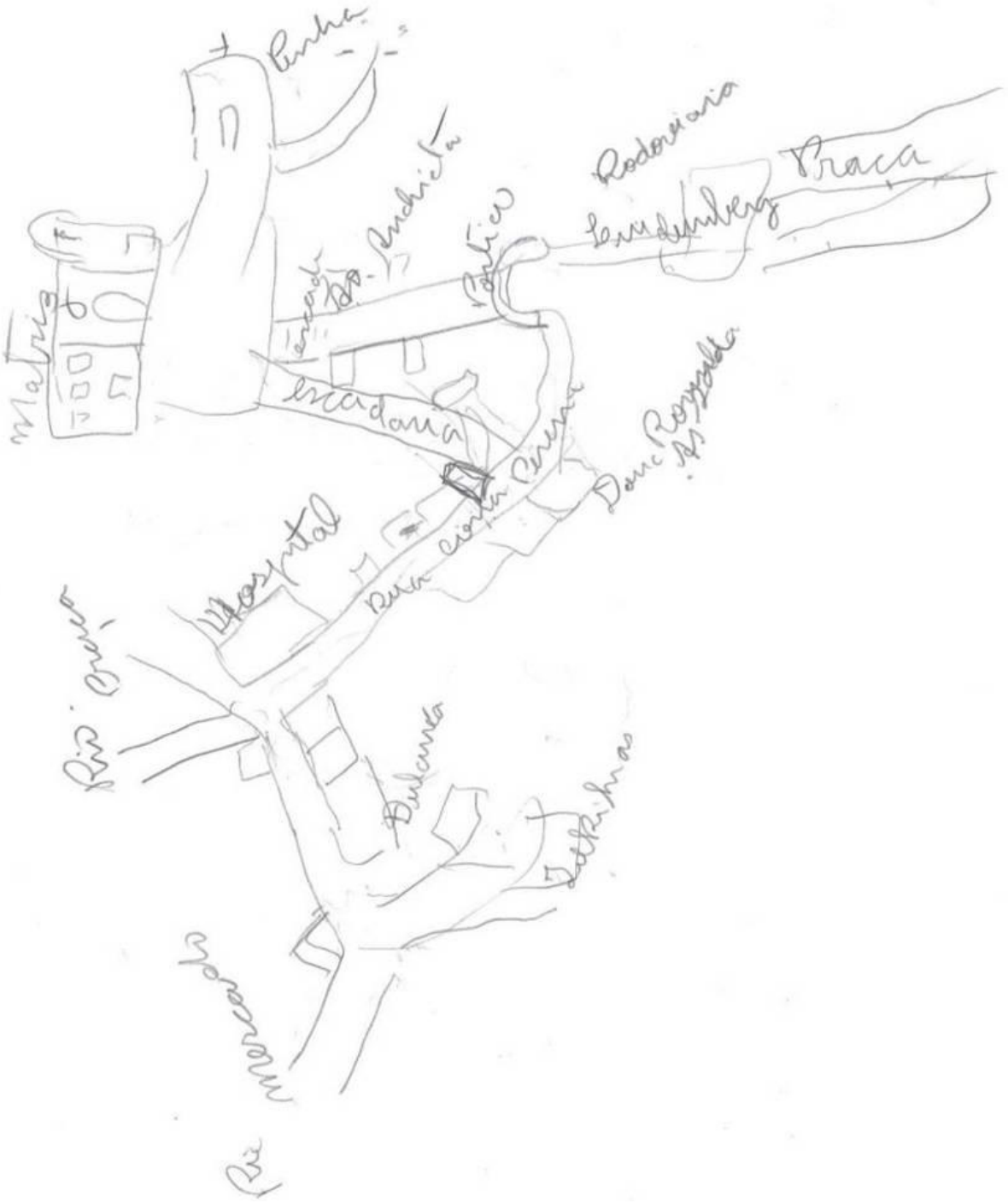


Imagem 16: desenho de Anchieta-ES por Dona Dulcinéia

O senhor Francisco Antônio Nunes (47 anos), funcionário público, conhecido como *Chico Gordo*, é anchietense, assim como seus pais e avós. Em seu depoimento, demonstra ligação com a região do Centro/Porto de Cima ao citar vários eventos e lugares correlatos. Entretanto, não deixa de citar outros elementos componentes de sua memória sobre Anchieta e que não se situam na região do Centro/Porto de Cima: Quitiba Clube, Rua do Brejo, Igreja Batista em Nova Betânia, poços de água.

Chico Gordo conta várias histórias de sua infância e adolescência, todas relacionadas à região do Centro/Porto de Cima. Ressente-se da demolição do edifício que se localizava onde atualmente se encontra a Praça dos Imigrantes; recorda-se dos encontros religiosos na Igreja Matriz e dos bailes no "Chuveirinho" e "Anchietinha", esses dois últimos já não existentes nos dias atuais. Narra acontecimentos relacionados ao edifício onde se situa a atual casa da cultura, antiga prefeitura, onde havia um salão de festas que não era usufruto do povo e sim das autoridades governamentais. A despeito disso, também recorda os festejos e os encontros que aconteciam em sua época de adolescência: "acho que participávamos mais da cidade". Chico declara que o que não pode faltar na cidade são a festa de São Pedro e o Carnaval (deste último, enfatiza o bloco do Jaraguá[25] e o bloco da Lama). Refere-se à preservação das lembranças como algo importante: "porque se não você perde a cultura e perde a identificação do grupo". Aponta como pontos turísticos de Anchieta o poço Coimbra, a Igreja Batista de Nova Betânia, o mangue de Anchieta, a UTG da Petrobrás e a Igreja de Nossa Senhora da Penha.

Em seu desenho ilustra uma porção territorial que abrange o litoral desde a Ponta dos Castelhanos à nova ponte sobre o rio Benevente. Ilustra os pilares da ponte antiga, construída no início da década de 1950, a Igreja Matriz, a Igreja da Penha, a Casa da Cultura (antiga prefeitura) e o Poço Coimbra. Do outro lado, ilustra a casa do mestre Hudson (que Le não faz menção durante a entrevista) e a UTG da Petrobrás.

[25] O bloco do Jaraguá surge, conforme informou o líder carnavalesco Senhor José Luís, de um mito originário ainda da presença jesuítica entre os séculos XVI e XVIII. Segundo o que se sabe, os jesuítas criaram o monstro *Jaraguá* a fim de estabelecer melhor controle sobre os horários e locais de freqüentação dos indígenas. No século XX, esse conto é retomado e transformado em elemento do carnaval anchietense.



Imagem 17: desenho de Anchieta-ES por Chico Gordo

O senhor Jaudemar Silva Frontino[26] (42 anos) é pescador e guia turístico, nascido em Anchieta, onde vive desde sua infância. Seu local de moradia era um lugar onde moravam outras famílias de pescadores, numa parte da cidade localizada a leste da região do Centro e Porto de Cima, região mais a oeste que compreende parte do sítio de implantação jesuítica do século XVI. O senhor Jaudemar informa que o contato principal que tinha com a região do Centro/Porto de cima era proporcionado pela atividade pesqueira. Indica alguns locais de que se recorda como parte de sua história, dentre eles a casa da imigração italiana, o Quitiba clube e o mercado da cidade, esse último já demolido. De uma maneira geral, podemos perceber no relato do senhor Jaudemar que ele mantém uma relação muito forte com o mar, com o rio Benevente e com os elementos naturais que integram o território de Anchieta. No desenho que faz da cidade ilustra a costa marítima da parte central de Anchieta e adjacências a sul, o rio Benevente com sua desembocadura no mar, algumas casas a leste (lugar de sua infância), a colônia de pescadores de Porto de Cima, um barco navegando na praia e o santuário de Nossa Senhora da Assunção e a elevação onde se situa.

[26] Por questões de ordem operacional o relato do Senhor Valdemar não foi transcrito. As informações utilizadas foram retiradas das anotações durante a entrevista.

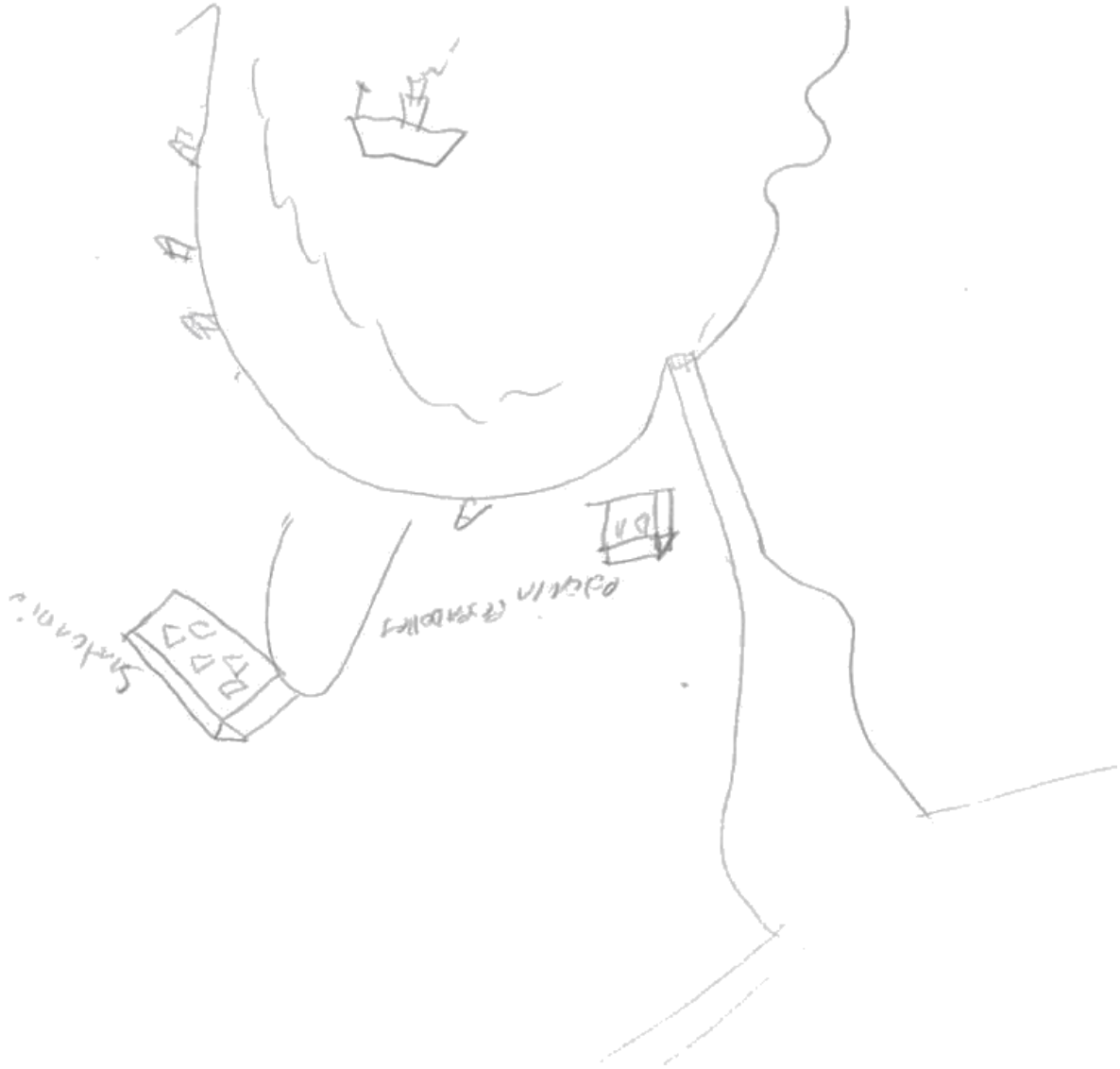


Imagem 18: desenho de Anchieta-ES por Jaudemar

A senhora Ângela Maria Santana da Costa (74 anos), funcionária pública, é anchietense, assim como seus pais. Em seu relato demonstra uma ligação maior com a região do Centro/Porto de Cima, onde sempre morou. Faz referência à Igreja Matriz, onde ia com freqüência, reconhecendo ser esse o local mais antigo da cidade, juntamente com o bairro Porto de Cima. Outros locais que traz como referências são o Quitiba Clube e o edifício Nicolau Caroni (sobrado na esquina das Rua Costa Pereira e Getúlio Vargas), onde ocorriam os bailes, além do colégio Maria Mattos, onde estudou. A senhora Ângela demonstra certo apego à cidade: "Eu não viveria em outro lugar, porque gosto daqui. É calmo, tranqüilo. Por enquanto. Para mim, melhor que Anchieta não tem."[27]

O senhor Everton da Silva Lyrio (72 anos), anchietense assim como seus pais, trabalhou como catraieiro antes da construção da ponte sobre o Rio Benevente. Registra a importância desse rio, não apenas para a navegação, mas também para a pesca em Anchieta desde o início da colonização. Atribui aos jesuítas função importante na criação da cidade e reconhece que o retorno da Companhia de Jesus à cidade na primeira metade do século XX contribuiu para alavancar seu desenvolvimento. Associa a construção dos colégios Maria Mattos e Coronel Gomes de Oliveira a esse período de dinamização cultural que vai até a década de 1960, segundo o senhor Everton. O entrevistado atribui papel importante aos imigrantes (italianos, alemães e portugueses) para a história da cidade, sobretudo no que diz respeito à economia agro-exportadora. Também demonstra uma ligação maior com a região do Centro/Porto de Cima. Afirma "A cidade era para lá [apontando para a região do Centro/Porto de Cima, a oeste] e não para cá [leste]". Informa que a Igreja Matriz era ponto de encontro e local de histórias, que deve ser permanecer para o futuro. Relata também que o local (residência anexa à igreja) já abrigou a cadeia e o fórum. Seu Everton percebe uma unidade no conjunto arquitetônico jesuítico de Nossa Senhora da Assunção: "Nós não dividimos aquele corpo porque é uma obra só. O que vale é a idéia. Pode ter sido feito em várias épocas, mas é uma casa que foi feita aos poucos. Tudo aconteceu ali. A história do Padre Anchieta que vive até hoje." Cita outros lugares como de importância para a história de Anchieta: Capela de Nossa Senhora da Penha, Prédio da Casa da Cultura (antiga prefeitura), o mercado de peixe, na praça dos imigrantes, poço do Quitiba, casarão em São Martins, a casa Nicolau (esquina da Rua Costa Pereira com a Rua Getúlio Vargas), onde ocorriam bailes, a escadaria de acesso à Igreja

[27] A entrevistada não produziu desenho.

Matriz. Esses locais são apresentados como conformadores de uma ambiência que remete a sua visão de Anchieta na forma como se lembra da sua juventude.

Em seu desenho, seu Everton confere grande destaque à Igreja Matriz, centralizando-a e dispondo a cidade a seu redor, como se fossem braços que saem da praça à frente da Igreja e se ramificam numa malha urbana sobre a qual a cidade de estabelece.

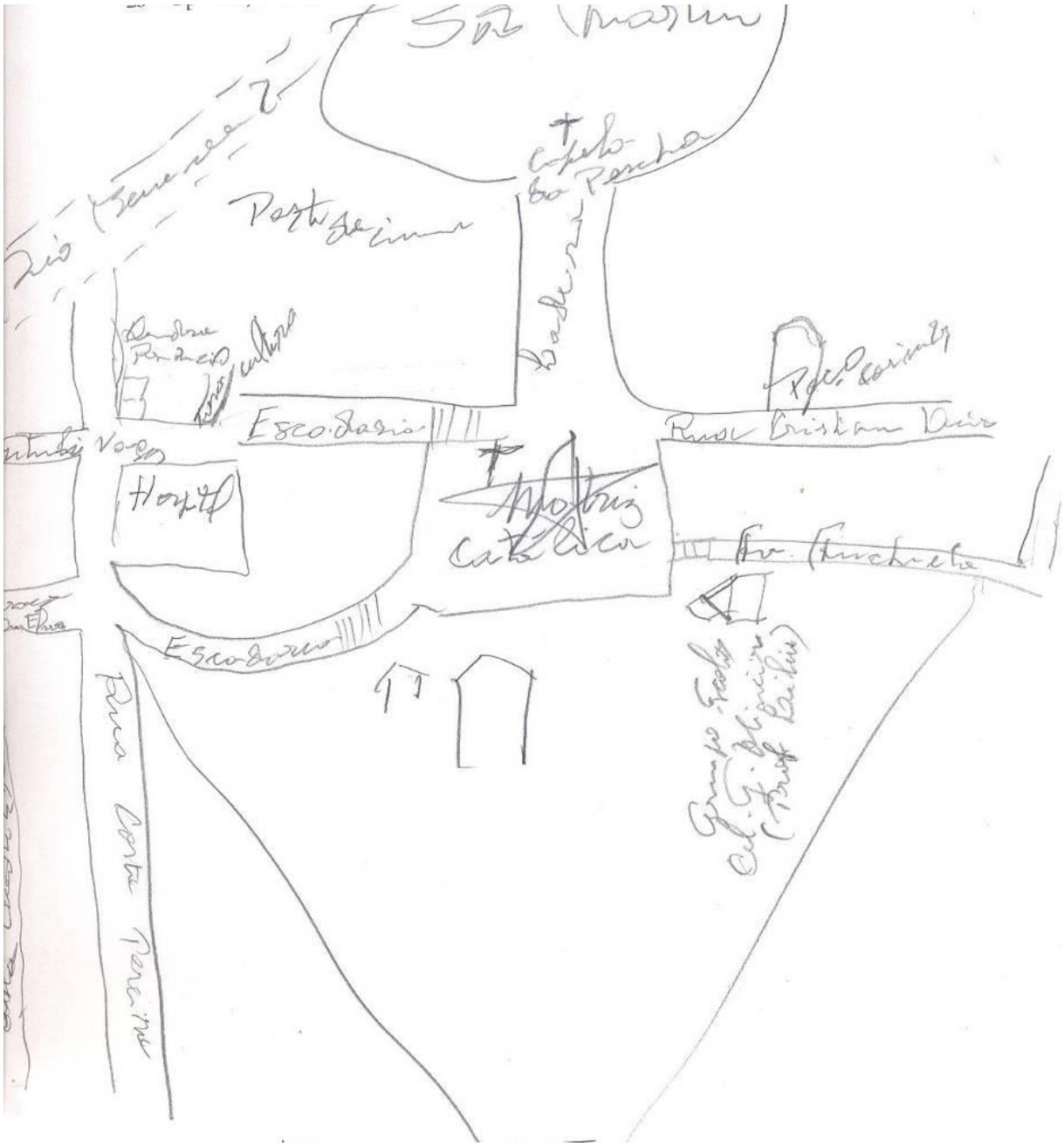


Imagem 19: desenho de Anchieta-ES por seu Everton

O senhor José Luís (entre 40 e 50 anos), pescador e atuante como líder carnavalesco, afirma que sempre morou na região de Porto de cima. Em seu relato explicita seus vínculos afetivos com o local ressaltando a importância do seu caráter calmo e de se preservar elementos do passado frente a possíveis explosões demográficas que possam acontecer. Como ilustrativos desse passado ao qual atribui valor, cita: o mercado municipal, a Igreja Matriz, a Casa de Cultura. Esses são, segundo o senhor José Luís, referências do passado da cidade e que devem ser passadas às pessoas que não conhecem o município. No desenho que traz como elemento principal o Rio Benevente e os aspectos bucólicos da paisagem associada, os quais dizem respeito à Igreja Matriz no alto do morro, as garças que estão sempre perto do rio e da área de desembarque do pescado e os poços de tirar água.

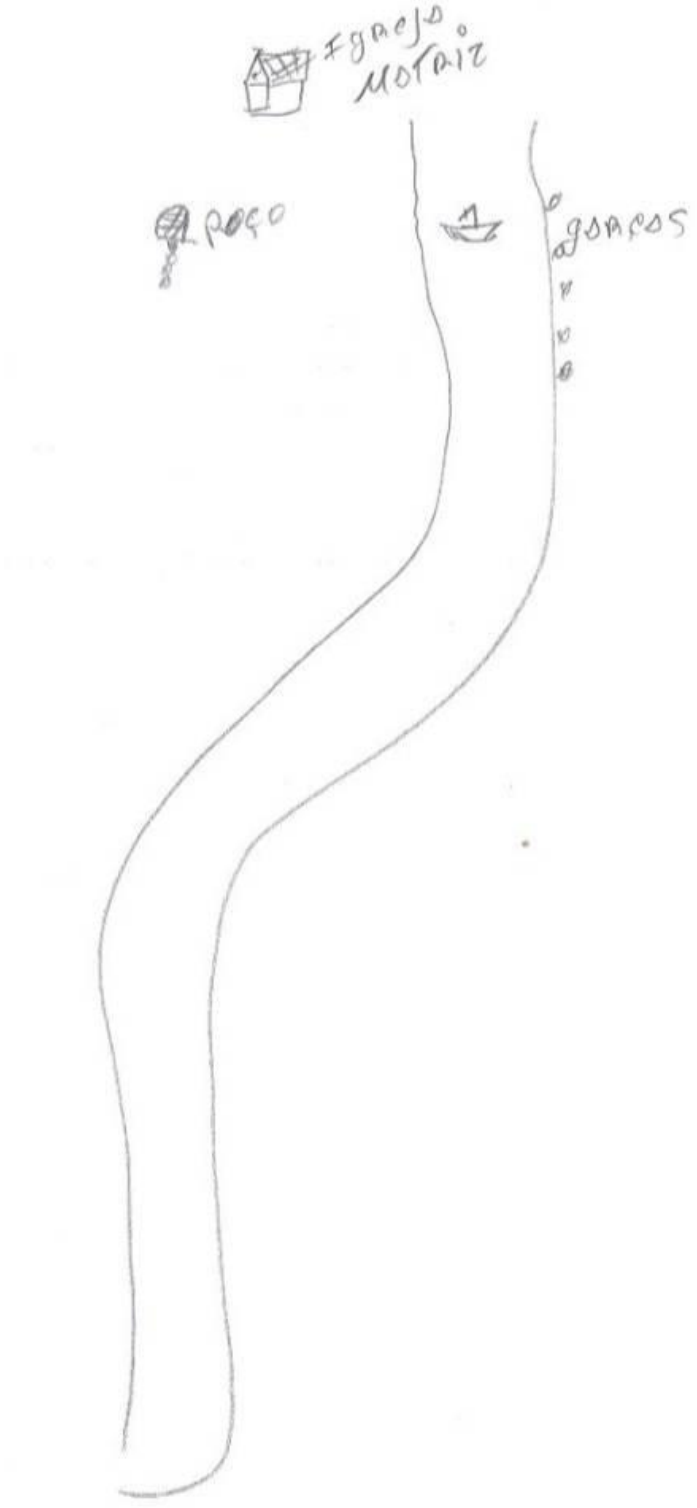
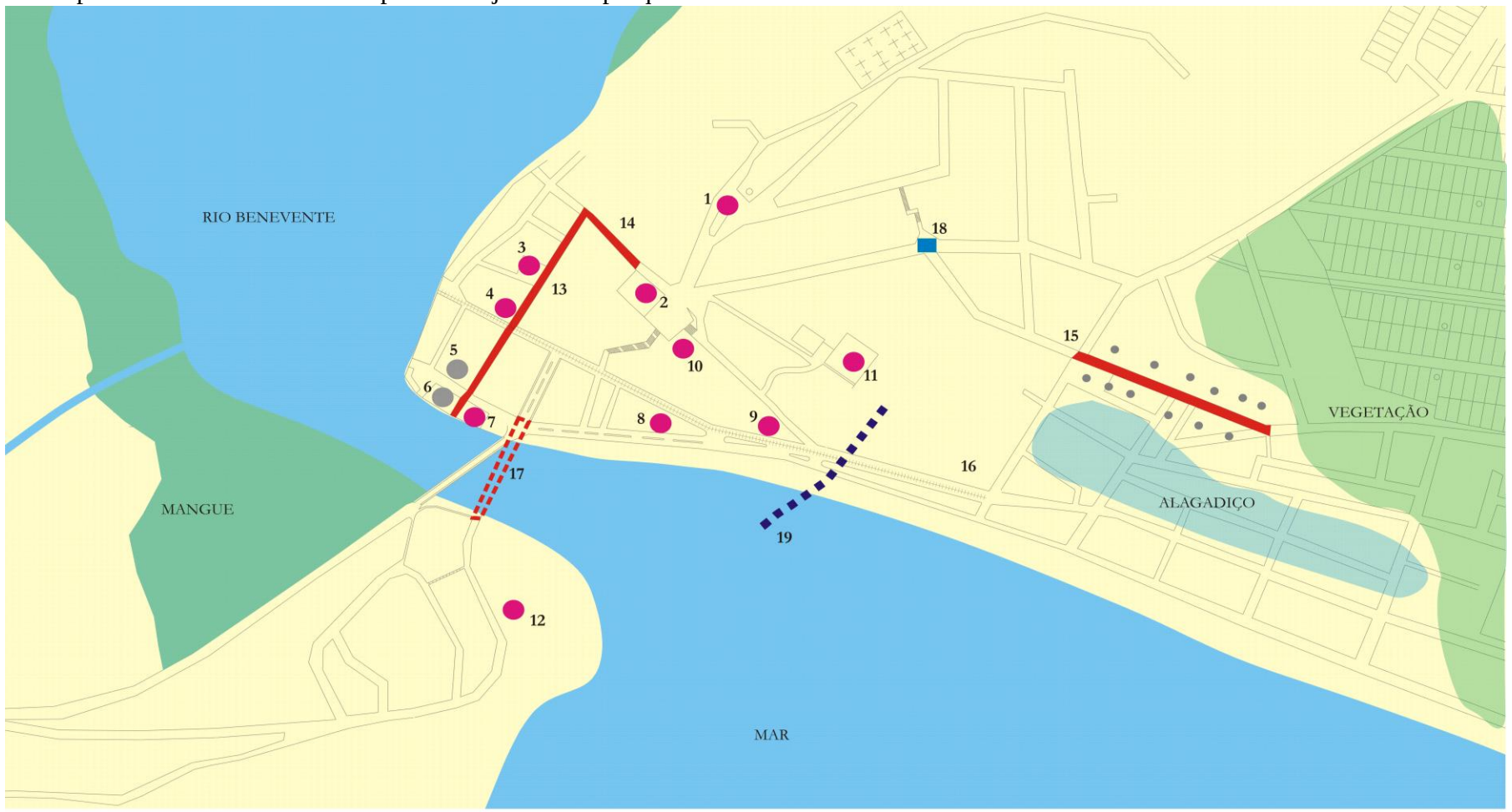


Imagem 20: desenho de Anchieta-ES por seu José Luís

A fim de sistematizar a análise sobre os aspectos subjetivos reconhecidos, elaboramos um mapa síntese que contém os principais elementos urbanos relatados pelos entrevistados.

Mapa 01: reconhecimento de aspectos subjetivos na pesquisa do território



LEGENDA

1 – Capela de Nossa Senhora da Penha
2 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção
3 – Antiga prefeitura (atual casa da cultura)
4 – Edifício Nicolau Carone
5 – Antigo "Chuveirinho"
6 – Antigo Casarão (demolido na década de 1990)
7 – Antigos armazéns do porto
8 – Residência de "Dona Rosinha"
9 – Hotel Anchieta
10 - Colégio Cel. Gomes de Oliveira
11 – Colégio Maria Mattos
12 – Quitiba Clube
13 – Rua Presidente Vargas
14 – Escadaria de acesso ao largo da Igreja Matriz
15 – Rua do Brejo com casas de "pau a pique"
16 – Antiga estrada de ferro
17 – antiga ponte construída em 1952
18 – poço Coimbra
19 – limite imaginário entre a região do Centro/Porto de Cima e a região da Rua do Breio

3.2.2 – Reconhecimento de Aspectos Objetivos na Pesquisa Empírica

3.2.2.1 – Metodologia

A pesquisa sobre os aspectos objetivos da memória de Anchieta-ES visa identificar elementos do contexto urbano da cidade relacionados ao processo de reapropriação de seu território, desencadeado com a chegada dos imigrantes no fim do século XIX e manifesto nos aspectos urbanísticos que qualificaram a área do sítio como um local de identidade para a população anchietense. A identificação desses elementos colabora com a leitura do território como um documento, na perspectiva de *cidade-documento* adotada por Sant'anna (1995). Trata-se de um olhar sistêmico sobre sítio, que busca evidenciar as primeiras transformações que imprimiram novo significado a seus espaços urbanos.

Nesse sentido, é importante ressaltar o recorte temporal de que estamos tratando, o qual se constitui numa faixa cronológica que vai desde a década de 1870 até a década de 1960. Conforme demonstrado no capítulo I, esse recorte corresponde à terceira fase do processo de reapropriação do sítio: expansão da atividade portuária com a chegada de imigrantes, seguido de um desenvolvimento econômico propiciador de uma dinamização da vida urbana, sobretudo em seus aspectos social e cultural.

Desse modo, embora possamos subdividir essa fase evidenciando dois momentos marcantes (primeiramente o desenvolvimento econômico ocasionado pela associação entre a produção agropecuária e a atividade portuária e, posteriormente, o desenvolvimento cultural no início do século XX, marcado pelo retorno dos jesuítas na década de 1930) essa diferenciação não se encontra expressa em termos práticos da análise dos aspectos urbanísticos por dois motivos: (1) grande parte das edificações de estilo colonial característico da localidade até o fim do século XIX e início do XX e que pode ser associada ao primeiro momento não se encontra mais presente no local ou foi descaracterizada[28], sendo as edificações de origem eclética (associadas ao segundo momento ao qual nos referimos e ao processo de constituição de nova identidade urbana e de modernização das cidades), mais comumente encontradas no sítio; (2) entendemos que as razões que levaram ao desenvolvimento sócio-cultural do segundo momento não estão dissociadas do desenvolvimento econômico trazido no primeiro momento, sendo, pouco produtivo em termos práticos a observância dessa distinção. Quando nos referimos, portanto, a essa fase de reapropriação do sítio histórico urbano de Anchieta e apontamos elementos urbanos correlatos (edificações, traçado urbano, poços, largos ou

[28] Além disso, não se pode datar com precisão a construção dos poucos exemplares do estilo colonial que ainda restam no sítio.

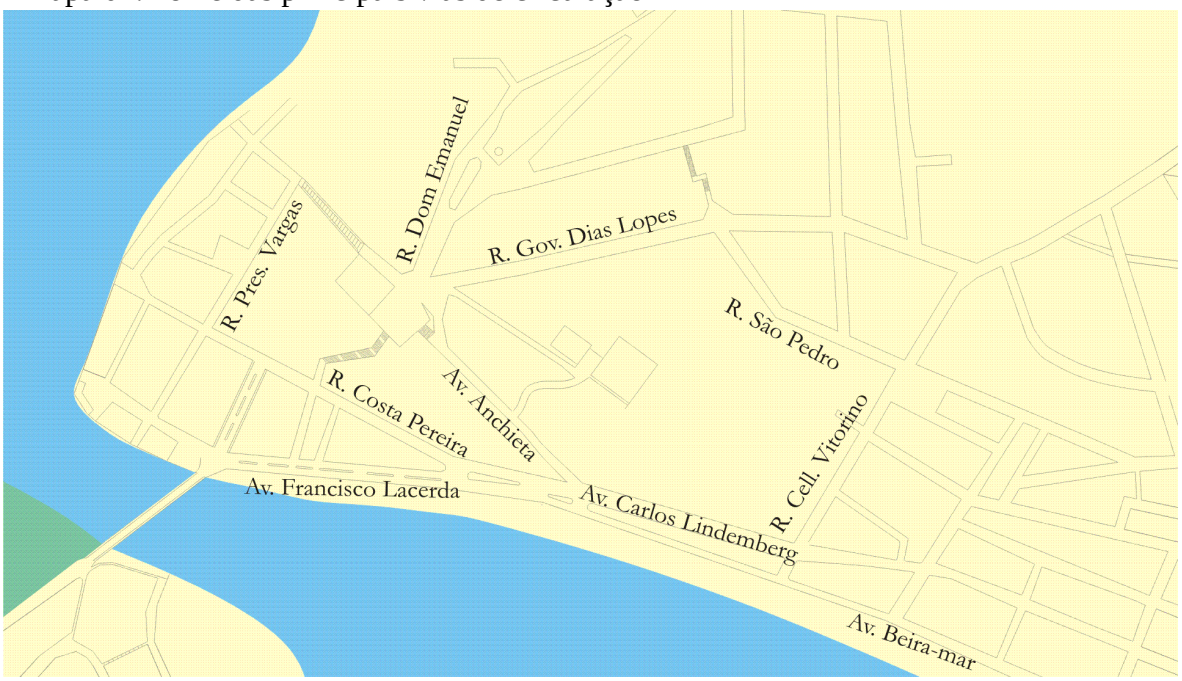
praças), estamos identificando um período não homogêneo de construção de identidade, marcado, de um modo geral, por dois momentos estruturantes.

O reconhecimento desses elementos urbanos é feito a partir da análise de fotografias relacionadas ao recorte cronológico em questão, do reconhecimento *in loco* do traçado urbano e das edificações cuja linguagem arquitetônica evidenciam estéticas ou técnicas construtivas relacionadas ao período em questão, e da observância a elementos reconhecidos na pesquisa de aspectos subjetivos da memória local. Trata-se da linguagem da forma, que deve ser lida na perspectiva de *cidade-documento*.

Sendo os limites do sítio ainda indefinidos e tendo a necessidade prática de estabelecer um limite para a extensão do levantamento, procedemos da seguinte forma:

Na avenida Beira-mar observamos o limite territorial estabelecido pelos aspectos subjetivos constantes no mapa-síntese de aspectos subjetivos, bem como a densidade de tipologias arquitetônicas relativas ao período em questão. Assim, observou-se que a densidade desse tipo de edificação diminui à medida que se afasta do sítio. O mesmo ocorre com a rua Coronel Vitorino. Além disso, no cruzamento da Rua Governador Dias Lopes com a rua São Pedro encontra-se o Poço Coimbra que, conforme levantado nas entrevistas, constitui-se em um local importante para a memória anchietense. Como essas três vias delimitam uma quadra, estendemos o levantamento às ruas Coronel Vitorino e São Pedro a fim de encerrar a quadra. Na rua Dom Emanuel o limite é a capela Nossa Senhora da Penha, por percebermos que se torna rarefeita a presença de edificações relacionadas ao período em questão.

Mapa 02: nome das principais vias de circulação



3.2.2.2 – Descrição

No mapa 3, apresentamos as edificações que, selecionadas por meio de um critério arquitetônico de reconhecimento visual, encontram-se relacionadas a tipologias (formal ou construtiva) recorrentes no recorte cronológico adotado. O conjunto arquitetônico jesuítico, embora tenha sido construído no século XVI, encontra-se marcado como evidência dessa fase porque foi, conforme relatado anteriormente, objeto de reapropriação. Em outras palavras, estão destacadas no mapa as edificações que configuram testemunho do processo reapropriação do sítio a partir do fim do século XIX até a década de 1960. As alterações urbanísticas que ocorreram a partir da década de 1970 fazem parte de um novo processo de reapropriação dos espaços da cidade, marcadas pelas alterações do modelo econômico (chegada da indústria e extensão da pecuária), e que são entendidas, neste estudo, como pertencentes a uma fase mais recente e atual de caracterização da vida urbana anchietense.

As edificações relativas a esse período estão em maior quantidade, o que nos indica que o sítio é, ainda hoje, um local de vivência e de participação na vida urbana local, a despeito da expansão urbana ocorrida a partir da década de 1970. A esse respeito, observamos a predominância do uso residencial e alguns usos comerciais (mercado de peixe, na extensão da avenida Carlos Lacerda, à beira do rio Benevente, bem como lojas e mercados ao longo dessa mesma avenida e da Carlos Lindemberg), de serviços (escritórios) e institucional (Casa da Cultura e outros setores da Prefeitura local).

As edificações do período anterior encontram-se pulverizadas entre as novas construções, estando estas, em sua maioria, localizadas em pontos estratégicos de visualização como em esquinas ou ao longo de vias principais. Estilisticamente, observamos que a maior parte é de exemplares ecléticos, havendo também referências do neoclássico, do neogótico, do colonial e do vernacular.

Mapa 03: edificações anteriores à década de 1970



Edificações de fases anteriores a 1970 (mapa 04 – cap. 3)

<table>
<tr><td>  </td><td>  </td></tr>
<tr><td>Edificações 1 e 2</td><td>Edificação 3 – antiga prefeitura</td></tr>
<tr><td>  </td><td>  </td></tr>
<tr><td>Edificação 4 - Anchietinha</td><td>Edificação 5</td></tr>
<tr><td>  </td><td>  </td></tr>
<tr><td>Edificação 6</td><td>Edificação 7</td></tr>
</table>

	
Edificação 8 – armazém	Edificação 9 - armazém
	
Edificação 10 - armazém	Edificação 11 antigo mercado municipal
	
Edificação 12 – antigo armazém	Edificação 13 – antigo armazém



Edificação 14 – antigo armazém



Edificação 15



Edificação 16



Edificação 17



Edificação 18



Edificação 19

	
Edificação 20	Edificação 21 – Hotel Anchieta
	
Edificação 22	Edificação 23 – colégio Cel. Gomes de Oliveira
	
Edificação 24	Edificação 25

	
Edificação 26	Edificação 27 – Igreja de N. Sra. da Assunção
	
Edificação 28 – Capela de N. Sra. da Penha	Edificação 29
	
Edificação 30	Edificação 31

	
Edificação 32	Edificação 33
	
Edificação 34	Edificação 35

Em seguida apresentamos o mapa 4, que retrata aspectos do traçado urbano local no período abordado. O traçado em destaque evidencia as vias de circulação que foram possíveis de se identificar pelo método utilizado. Percebemos, nesse mapa, que as alterações urbanísticas que incidiram sobre o território de Anchieta até a atualidade pouco afetaram o traçado urbano do sítio, estando grande parte da malha viária original que se pôde identificar coincidindo com a malha atual.

O mapa 5, ilustra a predominância de edificações de 1 e 2 pavimentos na área, sendo a ocorrência de 3 pavimentos mas dispersa na área e a de 4 pavimentos mais rarefeita, estando sua maioria ao longo das ruas Francisco Lacerda e Carlos Lindemberg, duas vias comerciais, que comportam o tráfego mais pesado de veículos. Nesse sentido, tomando como dado que o número de pavimentos praticado até a terceira fase não passava de 2, podemos constatar que, o número gabarito praticado na área na fase atual (a partir da década de 1970) dobrou em alguns lotes, mantendo-se a maioria dentro da faixa praticada anteriormente.

O mapa 6 ilustra os principais usos durante a terceira fase. Percebemos a prevalescência da atividade portuária ao longo da costa, o que se traduz na presença de armazéns nesse setor, os quais possuem portas abrindo-se para o mar. Também encontra-se na memória dos entrevistados a lembrança da estrada de ferro que percorria toda a Rua Costa Pereira e terminava no porto a fim de carregar e descarregar mercadorias.

Destacamos o uso comercial e de lazer (bailes) localizados nas proximidades das Ruas Presidente Vargas e Costa Pereira. Além disso, a presença da prefeitura nesse local, juntamente com a atividade comercial, contribui para o entendimento desse local como foco da vida urbana, catalizada pelo comércio e pelo uso institucional.

Os edifícios de escola (Maria Mattos e Coronel Gomes de Oliveira) e do Hotel Anchieta foram implantados nos respectivos locais depois da década de 1930, pelo jesuíta Dom Helvécio, e revelam um momento de expansão da vida urbana para a frente do conjunto arquitetônico jesuítico, o que contribuiu para uma nova imagem da cidade.

Mapa 04: traçado urbano



Mapa 05: Gabaritos



Mapa 06: Usos principais na terceira fase



3.3 – Reflexões possíveis

De uma maneira geral, percebemos, nos depoimentos dos entrevistados, a noção de que a imagem do que Anchieta é para eles foi criada por seus pais e avós. Ou seja, as transformações pelas quais a localidade passou desde a expulsão dos jesuítas, no século XVIII, até a chegada dos imigrantes, cerca de um século depois, não constitui uma preocupação. Parece haver um sentimento de que seus pais e avós "construíram a cidade", ainda que isso tenha se dado sobre um sítio pré-existente. Em contraposição, a Igreja Matriz assume, no imaginário dos entrevistados, a função de ícone de longevidade: é o elo com o aldeamento jesuítico do século XVI. Nas palavras de Dona Ângela: "O local mais antigo? Acho que é a Matriz, porque tem muito tempo. Dizem que foi feita pelos índios. No tempo do Padre Anchieta."

Associado a isso, também parece comum entre os entrevistados a noção de duas territorialidades no distrito sede de Anchieta. Uma é polarizada pela região do Centro/Porto de Cima e outra se situa mais a leste, adjacente ao morro da Igreja Matriz, nas proximidades da "Rua do Brejo". Também parece constituir parte da história do município e da memória local entendimento sobre a região do Centro/Porto de Cima como local principal de desenvolvimento da vida urbana de Anchieta.

Mapa 07: territorialidades imaginárias no distrito sede de Anchieta



Se nos colocarmos sob o ponto de vista de Dona Mulata e entendermos essa região como "o lado de lá", apropriado por um grupo da qual ela não fazia parte, podemos compreender certo prestígio desse grupo em relação à centralidade e às facilidades da vida em uma cidade, dinamizada, principalmente, pelo comércio e pelas atividades culturais. Destarte observamos que grande parte dos elementos voltados à vida urbana está presente nessa porção territorial: a Igreja Matriz e residência anexa (onde funcionou, durante um tempo, a câmara e a cadeia local), os colégios Maria Mattos e Coronel Gomes de Oliveira, o edifício Nicolau Caroni, o

Hotel Anchieta, o antigo prédio da prefeitura, o antigo Chuveirinho (local de baile), o antigo mercado e os próprios armazéns construídos pelos imigrantes e que estavam localizados no porto, onde também havia barcos voltados à atividade pesqueira. É nessa medida que podemos entender que o sítio foi reapropriado com uma noção de local privilegiado, tanto do ponto de vista funcional quanto simbólico, em relação aos demais espaços: morar na região Centro/Porto de Cima, sobretudo até por volta da década de 1960, poderia, além de significar melhor acesso aos serviços urbanos, ao comércio e às atividades culturais e de lazer, conferir "status" de estar no núcleo dos processos de (re)apropriação e (re)significação dos espaços polarizadores da vida urbana. Esses processos foram desencadeados, conforme demonstrado no capítulo I, pela chegada dos imigrantes associada ao desenvolvimento portuário. Surge desse modo, um novo dinamismo na localidade juntamente com uma nova população.[29] Retomando Le Goff, o sítio, entendido como documento, nesse caso, é apropriado por um grupo privilegiado, que dele se utiliza para firmar sua identidade. Ou seja, forja-se a imagem de uma comunidade anchietense, materializada num sítio pré-existente, reapropriado e ressignificado de acordo com os anseios desse grupo. É dessa forma que a memória coletiva deixa suas impressões no documento, acrescentando-lhe partes. Também é desse modo que o documento constitui-se um instrumento de poder.

Por outro lado, evocando a perspectiva do valor nacional do sítio, podemos entender esse grupo forjador da identidade anchietense não apenas como detentora de um poder sobre a memória coletiva ou depositária de certo controle sobre ela[30], mas também como guardiã de

[29] A respeito da noção de "status" na atualidade podemos dizer que, embora não sejam identificados indícios de decadência funcional da região de Porto de Cima (dada a presença de usos importantes como descrito anteriormente, bem como a constante renovação construtiva associada à presença de imóveis residenciais de médio e alto padrão construtivo), fato é que a expansão urbana ocorrida nas últimas décadas do século XX oferece novas possibilidades de acontecimentos próprios da vida urbana, criando novas percepções e novos vínculos identitários entre os cidadãos anchietenses, e gerando também outras possibilidades de "status" (como morar em áreas mais novas e modernas, por exemplo). Nesse sentido, em se tratando de reconhecimento de valores tradicionais, torna-se cabível uma ação do Estado no sentido de se inibir a homogeneização dos lugares e uma possível banalização da região de Porto de Cima como espaço cada vez menos revestido de sua especificidade e mais suscetível às alterações mercadológicas que incidem sobre a ocupação do solo urbano nas cidades.

[30] Nesse aspecto, dialogamos com a concepção de Aldo Rossi (2001, p. 198) sobre a cidade, a qual nasce de uma ampliação da tese de Halbwachs sobre a memória coletiva: "a cidade é o *locus* da memória coletiva." Assim, se entendermos que o conceito de cidade encontra-se vinculado ao de vida urbana, fica evidenciado o privilégio da vida urbana na conformação das memórias coletivas.

um documento que confere à nação poder para se afirmar como tal. Assim, o documento é instrumento de poder também da nação brasileira.

Nesse sentido, enfatizamos que, do ponto de vista de uma atribuição de valor histórico nacional a um patrimônio, torna-se importante compreender a memória coletiva não apenas a partir das relações que estabelece com um conjunto de memórias individuais. No caso de Anchieta, é necessário entendê-la como um agente mantenedor da memória social.

Além disso, a apropriação do sítio pela população que nele se instalou, bem como as ressignificações que lhe foram causadas, foi o que garantiu sua perpetuação enquanto local de vivência coletiva, dando continuidade ao processo de ocupação do território iniciado pelos jesuítas.

Essa vivência garante, não apenas a expressão simbólica de ser o local um lugar cuja identidade é fortemente marcada por seu caráter longevo, mas a própria manutenção física do sítio em questão.

Do ponto de vista da arquitetura, torna-se ainda mais evidente a importância da apropriação para que o conjunto arquitetônico jesuítico mantivesse sua integridade. A esse respeito é importante ressaltar que o processo de esvaziamento de centros urbanos e o conseqüente abandono das edificações é um importante fator de degradação e de arruinamento.

Nessa perspectiva, podemos entender os componentes urbanos (malha viária, edificações, escadarias) sobrepostos ao sítio original de implantação do conjunto arquitetônico jesuítico de Nossa Senhora da Assunção como pertencentes a outras camadas do tempo, impressas no documento original e que materializam suas transformações e sua permanência. Além disso, a possível idéia de que, durante os processos de reapropriação e ressignificação, o documento (o sítio) tenha sido mutilado é substituída pela idéia de que partes lhe foram acrescidas resguardando sua essência.

Isso pode ser ainda percebido, no caso de Anchieta, na manutenção de aspectos espaciais e paisagísticos do sítio que remetem a sua implantação no local no século XVI:

O primeiro deles é a presença do rio Benevente e sua desembocadura no mar. Apesar de assoreado, não permitindo navegação de navios de maior porte, o rio mantém sua desembocadura no mesmo local desde a implantação do aldeamento jesuítico. Em outras palavras, o desenvolvimento territorial do estado do Espírito Santo ocorreu numa certa medida em que foi possível preservar esse elemento que, além do valor ambiental, pode ser entendido sob outras óticas: histórica, cultural, paisagística e econômica.

O segundo aspecto é a manutenção de acessos ao rio e ao mar a partir do conjunto arquitetônico jesuítico. Esses acessos, além de serem utilizados pela população anchietense

em seus processos de ressignificação dos espaços, configuram um registro do programa jesuítico de implantação de aldeamentos.

O terceiro aspecto relaciona-se à paisagem: trata-se da manutenção dos eixos visuais que propiciam ampla visibilidade tanto da cidade de Anchieta, quanto do mar e do rio Benevente a partir do alto da elevação onde se situa a igreja e a residência anexa. Como já explicitado anteriormente, o controle visual sobre os arredores constituía-se em elemento fundamental na escolha do sítio pelos padres da Companhia de Jesus.



Imagem 21: na foto maior, Rio Benevente visto a partir do acesso norte ao conjunto arquitetônico tombado; fotos menores, da esquerda para direita e de baixo para cima, seqüência de imagens do percurso do Rio Benevente em direção ao conjunto arquitetônico jesuítico pelo acesso norte.
Fonte: Acervo Superintendência do IPHAN no ES

Os elementos arquitetônicos e urbanísticos relacionados à transformação do sítio, apesar de não serem parte dessa primeira fase, ilustram sua permanência como local de vivência coletiva e seu desenvolvimento em outras etapas estruturantes da imagem local. Desse modo, entender que essa noção de "histórico" foi incorporada por gerações que se sucederam gerando novos significados – e , conseqüentemente, uma memória coletiva – significa admitir, não apenas a existência de outra dimensão, cultural, mas também que essa dimensão é indissociável de qualquer valor que se queira atribuir ao território, já que a expressão dos valores nas ações que nele incidem se dá de acordo com noções sócio-espaciais próprias de cada época. Trata-se de entender a noção de "histórico" como um componente do "cultural", conforme nos lembra Ramón Gutiérrez:

> O histórico passa a configurar-se como um componente do cultural, em termos de categoria de valorização de uma área, e não devem estar reduzidos a termos estritamente históricos, até porque, têm aproximações complementares como a dos valores artísticos e estéticos, as condições da paisagem urbana, a qualidade de vida que define para seus ocupantes ou os usos que o conferem um caráter particular ou distinto. Nesta ótica, o valor decisivo para qualificação de uma área é sua expressão cultural, que constitui numa das coordenadas chaves da valorização das áreas que definem a identidade de uma cidade. (GUTIÉRREZ, *apud.* ALMEIDA, CAMPOS, FREITAS, 1995)

Esse entendimento nos dirige para a compreensão do valor cultural do sítio, incorporado pelo conceito de *cidade-documento*, a qual é constituída de camadas do tempo sobrepostas no território, este em processo contínuo de transformação. A partir disso, podemos argumentar que, sob a ótica de uma valorização nacional, a partir de uma perspectiva histórica, é possível atribuir valor patrimonial a esses elementos essenciais constituintes do sítio em questão, o que não ocorreu durante o processo de tombamento em 1943, embora a motivação tenha sido o próprio valor histórico.

Tal fato pode sugerir certa incoerência no discurso que levou ao tombamento do conjunto arquitetônico jesuítico de Anchieta ao atribuir somente àquela arquitetura o valor histórico. Enfatizamos, porém, que essa incoerência somente pode ser aceita a partir de uma mudança na noção de valor histórico, que somente ocorre após certo distanciamento cronológico. A esse respeito, não nos cabe olhar para o passado na posição de juízes das ações desempenhadas pelos que pioneiramente se lançaram na construção de um projeto político de construção nacional. Nas palavras de José Reginaldo Santos Gonçalves:

> (...) Já distanciados do momento histórico em que [os discursos de preservação] floresceram, estamos numa posição confortável para perceber os seus limites. Não seria nem ética nem epistemologicamente produtivo usarmos essa posição para adotar uma atitude de censura e condenação aos que assumiram corajosa e dedicadamente a tarefa de trazer para o espaço público os meios simbólicos pelos quais nos temos representados enquanto nação. (GONÇALVES, 2002, p. 133)

Desse modo, a postura crítica que buscamos com relação ao passado baseia-se numa tentativa de situar os discursos de atribuição de valor numa perspectiva histórica. Essa ação permite que tenhamos maior liberdade para pensar conforme os valores cultivados em nosso próprio tempo, sem nos esquecer de que esses valores amparam discursos que também possuem seus

limites. Para, além disso, entendemos que o tombamento somente da arquitetura na época estava embasado num discurso que em si mesmo era coerente. Entretanto, após o entendimento das mudanças ocorridas no olhar histórico sobre o documento, torna-se necessário eleger novas medidas de proteção ao que se atribui valor atualmente. Entendemos essa ação como uma necessidade do presente e que representa, não um rechaçamento, mas uma ampliação do entendimento que se tinha nas primeiras décadas de atuação do SPHAN e que levou ao tombamento do conjunto arquitetônico jesuítico de Anchieta-ES.

CAPÍTULO 4 – Instrumentalização dos conceitos para a prática institucional

Neste capítulo, a fim de ilustrar as implicações dadas pelo rebatimento no território, dos valores evidenciados no capítulo anterior, discutimos dois instrumentos de preservação utilizados pelo IPHAN (tombamento e entorno); elaboramos um estudo preliminar para delimitação do sítio a que nos referimos anteriormente; e identificamos meios de compatibilização entre os valores patrimoniais do sítio com a dinâmica urbana atual do município, a qual transcende quaisquer limites que se possam colocar ao sítio e integram a vida urbana nas áreas de ocupação mais recente. Esta última ação se desdobra em outras duas: identificação de uma área de transição com o restante do território (vizinhança) e identificação de particularidades em cada parte do sítio a fim de auxiliar na formulação de diretrizes de intervenção. Essas medidas visam, sobretudo, inserir a proteção do valor histórico documental nas práticas de planejamento e gestão do território.

Enfatizamos que tal ação se dá, não por uma idealização do sítio como local que deva permanecer estático a partir de uma atribuição de valor que fizemos, ou que não se possam atribuir outros valores, pois tal idealização constituiria uma incoerência em relação a nossa própria postura de valorização de outras camadas do tempo impressas no território. Entretanto, por se tratar de uma ação do presente, norteadora de ações futuras sobre o sítio, entendemos que sua efetivação ocorre no sentido de, além de reconhecer, buscar meios de preservação do valor histórico a ele atribuído e de ampliação de seus significados na vida urbana atual.

Assim, embora a percepção do histórico e de seus significados tenha se dado de outros modos no decorrer do tempo, de nossa parte trata-se de uma atitude deliberada, como talvez não tenha sido em outras épocas (ou não com a mesma finalidade), de propor um modelo de ocupação dos espaços urbanos valorizando uma determinada perspectiva histórica em sua dimensão cultural. Em outras palavras, o que buscamos é estimular a percepção do "histórico" por meio do compartilhamento dessa noção na vida urbana, que somente pode ser feito com magnitude através de uma organização espacial da cidade.

4.1 – Tombamento e Entorno

Duas situações são comumente utilizadas na proteção jurídica atual de bens imóveis. Uma trata-se da delimitação da área de entorno de um bem tombado e outra é o próprio

tombamento da área delimitado. No que se refere ao sítio urbano de Anchieta-ES, a primeira situação remete-nos à postura original do IPHAN de atribuição de valor exclusivamente ao monumento arquitetônico, tendo como conseqüência disso seu tombamento, em 1943, deixando seu sítio de implantação sob respaldo unicamente da letra do artigo 18 do Decreto-Lei 25/1937:

> Art. 18 – Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa (...).

Naturalmente as questões que se apresentam ao contexto institucional atual são, em muito, distintas das que se apresentavam na época do tombamento. Desde então, muitas modificações ocorreram tanto do ponto de vista urbano quanto do ponto de vista epistemológico praticado no discurso da instituição, trazendo à luz novas abordagens conceituais que subsidiam políticas de preservação distintas das apresentadas na denominada "fase heróica".

Em primeiro lugar, consideramos que, ao longo do tempo, o significado jurídico de "visibilidade" tenha sido dilatado, como nos descreve Sônia Rabello:

> A restrição que se impõe à vizinhança é decorrente da própria existência de um bem tombado, logicamente bem imóvel, no intuito de que ele seja visível e, conseqüentemente, admirado por todos./ É interessante ressaltar que a visibilidade do bem tombado exigida pela lei tomou, hodiernamente, interpretação menos literal. Não se deve considerar que prédio que impeça a visibilidade seja tão somente aquele que, fisicamente, obste, pela sua altura ou volume, a visão do bem; não é somente esta a hipótese legal. Pode acontecer que prédio, pelo tipo de sua construção ou pelo seu revestimento ou pintura, torne-se incompatível com a visão do bem tombado no seu sentido mais amplo, isto é, a *harmonia da visão do bem*, inserida no conjunto que o rodeia. Entende-se, hoje, que a finalidade do art. 18 do Decreto-lei 25/37 é a proteção da *ambiência* do bem tombado, que valorizará sua visão e sua compreensão no espaço urbano.[31] (RABELLO, 2009, p. 122)

[31] Grifo nosso.

Além disso, percebemos que, fundamentadas em noções trazidas pela Carta de Veneza (1964), dentre as quais o monumento é "inseparável da história que lhe é testemunho e do meio em que se situa", as práticas institucionais expandem ainda mais o conceito de visibilidade (já dilatado no entendimento jurídico) ao adotá-lo praticamente como sinônimo de ambiência. A carta de Nairobi (1976) conceitua a ambiência dos conjuntos históricos ou tradicionais como sendo "o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais". Nesse sentido, a "vizinhança da coisa tombada" (o entorno) passa a ser também um lugar dotado de informações que contextualizam histórica e culturalmente o monumento. Assim,

> (...) o conceito de vizinhança do bem protegido foi se expandindo, incorporando a ampliação da noção de patrimônio. Os documentos mais recentes tratam da idéia de entorno significando contexto, cujo entendimento pressupõe o conhecimento da história e das características ambientais e culturais, ou seja, o espaço ou o território ou a paisagem são importantes para o entendimento de um todo, que não pode ser somente informado pelo bem protegido. (MOTTA e THOMPSON, 2010)

Admite-se, nesse caso, que o monumento possui uma história e que esta se encontra impressa no território a sua volta, informando sobre suas relações com os diversos contextos desse território. Do ponto de vista das práticas institucionais, trata-se de um estágio do processo de incorporação das novas perspectivas historiográficas trazidas a partir da *École des Annales* e da "Nova História", as quais buscavam uma leitura do espaço urbano sob uma perspectiva que ia além do ponto de vista estritamente estético. Conforme nos informa Márcia Sant'Ana:

> O monumento, junto com seu entorno, constituiria, assim, um documento sobre uma formação social, a qual só poderia ser apreendida com a compreensão dos diversos estágios de sua evolução. A delimitação do entorno colocaria então em evidência o sistema de relações do monumento com seu contexto, permitindo vê-lo não mais como um evento isolado. O instrumento metodológico básico desse tipo de estudo seria, portanto, a interpretação das várias fases da produção do espaço urbano que introduziram ou determinaram mudanças nas práticas de urbanização, permitindo que a poligonal de entorno traçada registrasse todo esse processo. (SANT'ANNA, 1995, p. 214)

Entretanto, embora seja perceptível a introdução de uma nova perspectiva histórica na compreensão e no modo de agir sobre o patrimônio, essa situação ainda se apresenta de maneira restrita, haja visto que, nessa lógica, o contexto urbano só pode ser entendido em sua profundidade histórica a partir da apreciação estética do monumento. Assim, o valor histórico, apesar de atualizado e inserido nas práticas de preservação, ao ser associado à noção de "vizinhança da coisa tombada", encontra-se subordinado ao valor artístico.

Uma mudança mais drástica que ocorre em relação a isso e que significou de fato uma alteração da noção que privilegia o valor estético sobre o valor histórico situa-se, como apontado no capítulo anterior, no conceito de *cidade-documento*, inserido nas práticas institucionais a partir da década de 1980. Nesse sentido o valor estético é incorporado ao valor histórico como mais um elemento de leitura do documento, deixando de estar no topo da escala hierárquica dos valores. Assim, instala-se um entendimento de que o bem patrimonial selecionado para tombamento deve ser visto, sobretudo, pela lógica dos processos históricos documentados nos espaços urbanos com os quais se relaciona, e não mais apenas pela lógica de sua fruição estética.

> Aponta-se a pouca legitimidade ética e científica de uma atribuição de valor baseada apenas em cânones estilísticos e suas conseqüências negativas nas operações de restauração. Em suma, o período se caracteriza pela predominância do valor histórico sobre o artístico como principal critério a informar a seleção de bens para tombamento. (SANT'ANNA, 1995, p. 216)

Nessa perspectiva, as áreas adjacentes aos monumentos, as quais sejam dotadas de relações com ele, estabelecidas durante o processo histórico de sua constituição, deixam de ser vistas apenas como uma contextualização ou enquadramento do bem, na forma como propõe o instrumento *entorno*, podendo se constituir no próprio bem. Trata-se de, além de entender o território como um documento (como já se faz na concepção de *entorno*), admitir que o documento possui valor de patrimônio e deve ser tratado tal qual o monumento do ponto de vista da utilização dos instrumentos destinados a sua proteção.

> Não mais um objeto de arte, a cidade-patrimônio, definida agora como um documento que informa sobre a ocupação do território brasileiro e sobre os processos históricos de produção do espaço urbano, é vista especialmente como fonte de conhecimento multidisciplinar. Essa nova abordagem justificou e proporcionou o tombamento de áreas consideradas sem interesse artístico, mas representativas dos períodos ou situações sociais e econômicas

> que marcaram a evolução das cidades, modificando sua estrutura. (SANT'ANNA, 1995, p. 218)

Como podemos observar, as inovações no campo da história foram gradualmente se refletindo no campo do patrimônio dentro do IPHAN, o que significou uma ampliação do próprio conceito de patrimônio pela observância às noções de vizinhança, de ambiência, de contexto de inserção do monumento, de documento e, por último, de assimilação do documento como patrimônio. Entretanto, esse processo não se deu de maneira linear e uniforme no interior da Instituição: houve divisões internas, sobretudo com relação à aplicação dos instrumentos *tombamento* e *entorno*, o que em muitos casos, se traduz numa dificuldade de se estabelecer limites precisos ao que seja valor cultural de um bem para tombamento e valor cultural do entorno. O que ocorreu, segundo Sant'Anna, foi, muitas vezes, uma transferência da função de um instrumento de preservação para outro, tendo em vista tanto o desenvolvimento de novos conceitos de patrimônio histórico, cuja conseqüência imediata era a necessidade de se proteger áreas cada vez maiores, quanto as crises institucionais manifestas na diminuição dos recursos, que não eram suficientes para arcar com as "pesadas responsabilidades que decorrem do tombamento" (SANT'ANNA, 1995, p. 207).

> Nesse momento, o entorno se torna um dispositivo altamente estratégico, ou seja, sua delimitação torna-se cada vez mais larga e destinada não apenas à manutenção do ambiente dos bens tombados, mas também a proteção dos valores identificados nesse ambiente. Passa a funcionar como uma espécie de tombamento mais flexível e menos gerador de responsabilidades financeiras para o poder público. (SANT'ANNA, 1995, p. 207)

Assim, frente a essas mudanças na noção de vizinhança – que passa a ser entendida como portadora de valores patrimoniais – e da própria noção dilatada de bem patrimonial pelo conceito de documento, percebemos que, em muitos casos, essas noções se confundem tornando-se necessário identificar a medida em que os valores atribuídos à primeira estejam subjugados à segunda a ponto de se possibilitar uma delimitação que diferencie, no território, bem patrimonial e seu entorno. Ou, de outro modo, em que medida o que, de início, denominamos vizinhança do bem não se lhe constitui conjuntamente um bem?

Além dessas questões de ordem conceitual, e, evidentemente, em decorrência delas, também podemos nos perguntar em que medida o instrumento jurídico *entorno*, que está amparado no artigo 18, este formulado num momento em que a noção de valor artístico era predominante

na instituição, consegue dar conta das dilatações conceituais relacionadas à noção de vizinhança, a qual pretende atualmente incorporar a noção de valor histórico? A esse respeito temos os seguintes relatos:

> (...) a própria diferença de estilos arquitetônicos, quebrando a harmonia do conjunto *imprescindível à obra de arte* integrada no espaço urbano, poderá no sentido legal, reduzir a "visibilidade" da coisa protegida. Este é o espírito artigo 18 do Decreto-lei 25. (QUEIRÓS, *apud.* MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 31 e 32)

> Evidentemente não se trata da simples visibilidade física, mas da *visibilidade de um ponto de vista estético ou artístico, porque está em causa a proteção de um monumento de arte*, a igreja histórica integrada num conjunto paisagístico. (NUNES, *apud.* MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 111)

> O conceito de visibilidade, tratando-se de um monumento histórico tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não é comum, mas, alcança sentido mais amplo em função do *aspecto artístico a preservar*. (CARVALHO, *apud.* MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 114)

Nesses relatos, imbuídos do espírito que colocava como primordial a noção de valor artístico, compreendemos uma noção de vizinhança como o espaço que deveria ser adequado a uma melhor apreensão estética do bem. Por isso a constante utilização de termos como "harmonia", "cenário", "moldura", "enquadramento", as quais se relacionam ao conceito de visibilidade em sua forma dilatada. O problema se configura a partir da equiparação desse conceito, já ampliado, à noção de ambiência, já que o segundo, pode incluir outras atribuições não necessariamente voltadas à apreensão estética. Assim, "apesar da jurisprudência quase sempre favorável à prática do SPHAN, o conceito de visibilidade ou ambiência do bem tombado permaneceu complexo e problemático, implicando noções subjetivas como 'harmonia' e 'integração' do conjunto, 'descaracterização' ou 'respeito' ao aspecto do monumento[32]" (SANT'ANNA, 1995, p. 206).

[32] Como exemplo da subjetividade e obscuridade no tratamento dessas noções, citamos um trecho do parecer cujo objeto era a definição de um perímetro de tombamento e de entorno em Ouro Preto: "Diante das alternativas para delimitação de perímetro tombado e suas áreas de entorno, (...) é necessário promover estudos que venham a esclarecer, de uma vez por todas, a figura do entorno em seus aspectos conceituais, jurídicos e operacionais." (apud. MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 73)

De fato, no *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* o termo *ambiência* denomina, de modo amplo, o "meio em que se vive". No Dicionário *On line de Português*[33] o termo já adquire um significado mais específico: "Aquilo que envolve, que cerca; meio físico ou moral: viver numa ambiência agradável". No vocabulário de Saúde, *ambiência hospitalar* refere-se ao tratamento dado ao espaço físico entendido como espaço social, profissional e de relações interpessoais que deve proporcionar atenção acolhedora, humana e resolutiva, considerando alguns elementos que atuam como catalisadores da inter-relação homem x espaço[34]. Em arquitetura o termo pode ser definido como "o espaço, arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético, ou psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas; ambiente[35]". Em citações diversas temos outras aplicações: **"**O perdão é um catalisador que cria a ambiência necessária para uma nova partida, para um reinício[36]" (Martin Luther King); "Foi, sem dúvida, uma virada de ano especial, na qual pude, com minha família, participar das comemorações de Ano Novo em uma comunidade que vive há mais de um ano uma ambiência de paz[37]" (Folha de São Paulo, 01/01/2011); "Com toda essa parafernália musical, o duo cria climas, transitando entre a ambiência e o barulho, o industrial e o IDM. A intervenção segue uma linha de improviso e isso torna cada show único[38]" (Folha de São Paulo, 26/09/2009).

Em síntese, podemos entender *ambiência* como sendo um *meio* propício à manutenção de idéias, valores, seres, objetos, atividades, ou qualquer elemento de natureza material ou imaterial. Assim, no caso dos sítios urbanos, no que se refere ao campo do patrimônio cultural, tomamos como ambiência qualquer contexto urbano e social propício ou adequado à manutenção de valores atribuídos a ele ou a elementos nele contidos. Desse modo, numa ação de reconhecimento pelo Estado, essa ambiência pode estar manifesta de dois modos: (1) nos elementos que, pela natureza de sua composição ou por sua disposição no território, originam efeitos visuais (topológicos ou perspectivos[39]) que garantem boa legibilidade do espaço,

---

[33] Disponível em http://www.dicio.com.br/ambiencia/ Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

[34] Disponível em http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/impressos/folheto/04_1163_FL.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

[35] Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ambi%C3%AAncia. Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

[36] Disponível em http://www.citador.pt/search.php. Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

[37] Disponível em http://www.dicio.com.br/ambiencia/ Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

[38] Disponível em http://www.dicio.com.br/ambiencia/ Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

[39] Entendem-se por topológicos os efeitos visuais causados pela movimentação do indivíduo no espaço, os quais remetem a sensações de alargamento, estreitamento, amplidão, envolvimento etc. Por perspectivos entendem-se

podendo conferir posição de destaque a um elemento específico; (2) nos elementos pré-existentes no sítio, aos quais se atribui valor patrimonial por conformarem um conjunto expressivo de determinados contextos (histórico, social e cultural).

Nesse sentido, podemos perceber que a dilatação do conceito de visibilidade do artigo 18 dialoga com a primeira noção manifesta de ambiência. Em contrapartida, a noção de valor documental expressa no conceito de cidade-documento se relaciona à segunda noção de ambiência na forma como propomos. Assim, podemos facilmente entender que a primeira noção deva estar associada ao conceito de entorno. Entretanto, a segunda noção, quando aparece associada a esse conceito suscita questionamentos a respeito do uso adequado desse instrumento para a proteção de valores patrimoniais, já que o tombamento é, por excelência, o instrumento juridicamente legitimado para esse fim.

O próprio Documento Final do Seminário sobre Entorno de Monumentos, realizado no início da década de 1980 (*apud.* MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 138 e 139), ao distinguir 5 situações típicas de entorno[40] reconhece que para a categoria *monumento ambientado* poderá ser considerada a necessidade de extensão do tombamento. Assim, embora esse seminário não tenha implicado numa definição ou conceito estruturado de entorno (SANT'ANNA, 1995, p. 209), o que consideramos é que a extensão do tombamento deva ser feita em casos em que a ambiência do bem seja caracterizada pelos elementos do território que se vinculam ao monumento de forma tal que não faça mais sentido distinguir, em termos documentais, o próprio monumento dos elementos que o cercam. Esses elementos constituem, junto com ele, um conjunto dotado de valores sem os quais a compreensão do próprio monumento seria restrita.

A extensão do tombamento, nesse caso, é um ato de isonomia que institui que os efeitos jurídicos que recaem sobre o monumento tombado inicialmente sejam os mesmos a recaírem sobre o sítio, já que há, nesse caso, o entendimento de que o bem patrimonial é apenas um: o sítio; o "monumento" lhe é parte.

---

os efeitos causados pelo enquadramento dos elementos num cenário, os quais remetem a sensações de direcionamento, destaque, visual fechada etc. A esse respeito *cf.* KOHLSDORF, 1996.

[40] Essas situações são: (1) o monumento é apenas um documento sem mais nenhuma relação com o ambiente envoltório; (2) o monumento com o entorno de arquitetura descaracterizada, mas que ainda mantém volumetria compatível; (3) o monumento ambientado; (4) a cidade ou núcleo histórico; (5) o edifício isolado na paisagem. (DOCUMENTO FINAL SEMINÁRIO SOBRE ENTORNO DE MONUMENTOS, (apud. MOTTA e THOMPSON, 2010, p. 138)

De outro modo, se a noção de ambiência estiver vinculada aos imóveis da vizinhança de forma a contribuir com a apreensão do espaço nos moldes que pressupõe a noção dilatada de visibilidade, contida no artigo 18, "é evidente que as limitações a serem feitas nesses imóveis não devem ser da mesma ordem ou intensidade daquelas feitas à coisa tombada. Aos imóveis da vizinhança não se lhes pode exigir a conservação do prédio, com seus caracteres, pois isso equivaleria ao próprio tombamento" (RABELLO, 2009, p. 125).

> Enquanto em relação aos bens tombados, a obrigação é de conservar, de fazer a conservação e de não lhes fazer alterações que descaracterizem o bem, com relação aos prédios vizinhos passa-se a exigir que estes não perturbem a visão do bem tombado, sem que, contudo, tenha que se manter o imóvel tal como é; basta que sua utilização ou modificação não afete a ambiência do bem tombado, seja pelo volume, ritmo da edificação, altura, cor ou outro elemento arquitetônico. São, portanto, de ordem e intensidade diversas as limitações feitas aos bem tombado, cujo objetivo é a conservação, e ao bem vizinho, cujo objetivo, não sendo a conservação, é a de não perturbação da ambiência da coisa tombada. Para um a obrigação é de fazer (conservar), e para outro a obrigação é de não fazer (não perturbar). (RABELLO, 2009, p. 125)

Entendemos que esse pensamento pode ser aplicado não apenas às edificações, mas a outros elementos físicos presentes numa porção territorial em que se situe determinado bem cultural.
Assim, voltando nosso olhar para o sítio urbano de Anchieta-ES e visando compreender a natureza da ambiência que proporcionam ao monumento arquitetônico tombado os elementos físicos que nele se encontram, elaboramos um exercício mental de imaginação do sítio sem esses elementos.
Vislumbramos, então, que a ambiência que conferem ao sítio e ao monumento tombado se dá, sobretudo, pela relação histórica, paisagística e cultural estabelecida entre eles, e sua ausência no local não significaria, necessariamente, uma perturbação visual, uma desarmonia que impedisse ou prejudicasse sua admiração. Nesse caso, a ausência desses elementos significaria um déficit no entendimento de várias questões que dizem respeito a seu entendimento como um documento e ao próprio valor pelo qual o monumento arquitetônico foi tombado:
No caso de mudança da embocadura do Rio Benevente para outro local, perguntaríamos: Por que o conjunto arquitetônico jesuítico foi implantado naquele local? Como os padres da Companhia de Jesus se relacionavam com o interior da Capitania do Espírito Santo? Como a Vila de Benevente se sustentou durante e após a saída de seus fundadores, os jesuítas? Que

aspectos da paisagem foram valorizados pelos padres da Companhia de Jesus e por gerações sucessivas ao longo dos séculos? Que relação Anchieta mantém com o processo imigratório do século XIX e com outras localidades de colonização italiana no Espírito Santo?

Com relação às vias de acesso ao conjunto arquitetônico jesuítico, no caso de sua extinção, poderíamos nos perguntar: Havia interesse em que os padres jesuítas mantivessem uma relação direta com o rio Benevente? E com o restante da Vila, nos séculos XVIII e XIX, havia uma relação direta? No século XX como se deu essa relação durante e após o crescimento da cidade?

Do mesmo modo, se desaparecessem as edificações e todo o traçado urbano anterior à década de 1970 (início da quarta fase), como iríamos ter noções sobre as origens da cidade e sobre a participação do próprio monumento arquitetônico tombado no processo de construção da vida urbana local? Quem teria conservado o monumento durante a passagem dos séculos? Qual seria o elo entre a cidade atual e o monumento arquitetônico tombado? Como entenderíamos a continuidade das apropriações daquele território feitas pelas gerações que nele perpetuaram a noção de vivência coletiva a partir do aldeamento jesuítico do século XVI?

Essas questões nos fazem perceber que a ambiência do sítio, manifesta nos elementos físicos que lhe constituem, dá-se (assim como o conjunto arquitetônico tombado) por sua materialidade enquanto documento da ocupação jesuítica que foi reapropriado criando novas possibilidades de desenvolvimento da via urbana. Isso ocorre porque no caso de Anchieta estamos tratando de uma ambiência constituída por pré-existências às quais se podem atribuir valor patrimonial e que não podem ser alteradas ou eliminadas sem que haja prejuízo para a própria compreensão do monumento tombado no que diz respeito aos contextos sócio-econômico e político-ideológico de sua origem e à dimensão cultural que adquiriu ao longo do tempo.

Tratar o sítio simplesmente como vizinhança da coisa tombada constitui-se numa incoerência no que diz respeito à proteção do valor que lhe é atribuído. Como argumentamos anteriormente, o sítio e o referido conjunto são indissociáveis e, em termos documentais, constituem-se num só elemento. Deve, portanto, ser tomado na sua integridade em termos de atribuição de valor histórico num ato de reconhecimento pelo Estado. Acreditamos ainda que a extensão do tombamento, por garantir aspectos da materialidade do bem, deva ser, atualmente, a forma mais adequada a sua preservação.

4.2- Delimitação do sítio

A delimitação do sítio urbano se faz necessária a fim de viabilizar ações práticas e transparentes de gestão do território. Nesse sentido, podemos retomar Le Goff e reconhecer que essa delimitação constitui-se em um ato de seleção que fazemos de uma porção territorial representativa dos valores que atribuímos. Esse entendimento é dado observando que, tanto no início de seu processo de ocupação quanto nas épocas que se sucederam, a localidade foi palco de diversos acontecimentos e que as relações estabelecidas pelas gerações com aquele território não apresentam limites visíveis que possam ser tomados como precisos ou absolutos.

Desse modo, ao nos focarmos na importância do Rio Benevente, por exemplo, as relações estabelecidas entre a área central e as áreas adjacentes e as propriedades rurais, podemos considerar como histórica uma porção territorial ampla numa medida tal que poderia transcender talvez os limites do próprio município. Do mesmo modo, o mar e os elementos da topografia local também conformam um conjunto extenso cujo valor histórico documental é passível demonstração. Entretanto, conscientes de que a medida que adotamos caracteriza-se como um ato de seleção que põe em evidência um setor específico da cidade em detrimento de outros, bem como da necessidade prática de se gerir o território coordenando a proteção dos valores tradicionais com os valores ainda em construção na atualidade, definimos uma poligonal do sítio histórico urbano de Anchieta-ES a qual circunscreve uma porção territorial que, com a superposição de distintas camadas do tempo, constitui-se em uma permanência no sentido da manutenção de sua materialidade e da noção identitária dos cidadãos anchietenses. Nesse sentido as áreas de ocupação mais recente, localizadas a leste, constituem-se, em contrapartida, em áreas onde os valores do presente são atualmente construídos e impressos no território não de forma dissociada, mas com maior autonomia em relação às especificidades da região de Porto de Cima.

Ressaltamos que essa delimitação considera aspectos históricos da originalidade do sítio relacionada à presença jesuítica (primeira fase), da sua permanência após a expulsão dos padres da Companhia de Jesus (segunda fase) e da ocupação posterior iniciada com a chegada dos imigrantes europeus e qualificada com o retorno da Companhia (terceira fase), e aspectos da configuração urbana atual do território (quarta fase).

Desse modo, os aspectos relacionados à primeira fase da ocupação nos fornecem elementos a partir dos quais podemos situar e compreender a presença jesuítica no local. Assim, embora não tenhamos dados específicos a respeito da organização espacial das habitações dos índios,

a posição da igreja em relação aos elementos fisiográficos nos informa sobre elementos essenciais a respeito da escolha local a se implantar o aldeamento, conforme elucidado no capítulo anterior. Com relação às vias de acesso que conectam a Igreja com o rio, com o mar e com outras partes da cidade, embora não se possa datar os momentos de sua implantação, sabemos que eles constituem-se em elementos fundamentais tanto no programa jesuítico de implantação de aldeamentos quanto na relação que desenvolveu com o sítio nas fases posteriores.

Dos aspectos relacionados à segunda fase, identificamos a ocupação preferencial do sítio na porção territorial localizada entre o morro onde se situa o conjunto arquitetônico jesuítico e o Rio Benevente.

> Das montanhas que se avistam a distância, do lado noroeste, desce um riacho que logo depois da embocadura se dirige bruscamente no rumo oeste./ No ângulo formado por essa curva é que se ergue a cidade de Benevente, também chamada de Vila Nova, ou Vila Nova de Benevente. *Compõe-se de cerca de 100 casas, umas cobertas de telhas e outras de palha, muitas das quais têm um andar além do térreo./ Em torno do grupo principal de casas, que é o mais próximo do riacho e apresenta uma espécie de triângulo*, o terreno se eleva, formando rápido declive onde a rocha se mostra nua. Esse declive termina numa plataforma muito larga, que domina na apenas a campina, como ainda o mar; e lá se acham o antigo convento dos jesuítas e sua igreja, hoje a paróquia de todos os fiéis do distrito. A entrada desta última defronta o oceano; o convento se apóia de encontro ao lado meridional do edifício e uma larga via, formadas por cabanas confina-se no lado setentrional. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 30) [41]

Assim, embora não possamos situar com precisão o momento em que essa porção territorial se passou a ser maiormente ocupada, essa passagem de Saint-Hilaire esclarece aspectos importantes da Vila de Benevente na primeira metade do século XIX: evidencia a região do atual bairro Porto de Cima como foco da vida urbana e informa sobre os aspectos quantitativos, sobre a disposição urbana dos elementos edificados, sobre tipologias construtivas da época e sobre a posição desse aglomerado urbano em relação ao conjunto jesuítico.

Com relação à terceira fase constituem elementos referenciais aqueles evidenciados no capítulo anterior, obtidos por meio do reconhecimento de aspectos subjetivos e objetivos da memória local e que são, também, documento do processo de reapropriação do sítio e de sua

[41] Grifo nosso.

perpetuação enquanto local de vivência coletiva. Desse modo, tanto as noções sócio-espaciais dos entrevistados como os elementos físicos (traçado urbano, largos e praças, edificações) são componentes referenciais, cuja posição que ocupam auxilia na formulação de limites para o sítio.

Finalmente, entendemos que tais limites devem dialogar com a configuração urbana atual do território de Anchieta, consolidada a partir da década de 1970 até a atualidade (quarta fase). Desse modo, tomamos como referências atuais importantes: topografia, traçado viário e modo de ocupação (gabarito, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, permeabilidade). O parcelamento do solo também é um elemento urbanístico importante de ser considerado, pois confere maior precisão aos limites propostos. Entretanto, tendo em vista o caráter conceitual da definição que propomos, associado à ausência de dados oficiais sobre o parcelamento da porção territorial em questão, tomamos por base apenas os elementos urbanos adequáveis a nosso método de trabalho.

Considerando o fato de que os valores atribuídos ao sítio relacionam-se aos aspectos naturais e construídos e que esses elementos possuem entre si diferenças de escala, elaboramos um mapa detalhando a parte urbana a fim facilitar a compreensão dos limites propostos. Assim, no mapa 08 constam os limites estabelecidos na principal porção edificada do sítio. Em seguida, apresentamos, no mapa 09, a transposição do desenho para uma foto aérea ilustrando esse detalhe. No mapa 10 apresentamos a poligonal completa definidora dos limites do sítio, incluindo o trecho que compõe a embocadura do rio Benevente.

A poligonal da parte urbana busca a inclusão de todo o traçado viário possível de se reconhecer identificado no mapa 04 (capítulo anterior), bem como do trecho mais concentrado de edificações e outros elementos construtivos que nortearam a delimitação desse traçado (mapa 03).

Assim, tendo como referência os relatos históricos, as fotografias, os relatos dos moradores e o levantamento que empreendemos, iniciamos o traçado no encontro da Avenida Carlos Lindemberg com a Avenida Anchieta. Esse ponto constitui um marco físico atual, uma ligação entre a Igreja Matriz e o mar, além de estar na face de quadra indicada como sendo a divisa entre as duas territorialidades identificadas na pesquisa sobre os aspectos subjetivos (mapa 01). Partindo desse ponto seguimos ortogonalmente em direção aos limites do terreno do Colégio Maria Mattos, no pé do morro[42]. Seguimos pelo limite de fundos dos lotes que

[42] Esse limite poderia englobar toda a quadra do colégio Maria Mattos, entretanto optamos por incluir apenas o terreno do colégio tendo em vista que a topografia local é definida por uma região elevada, onde este se situa, e

fazem divisa com o terreno do Maria Mattos e que possuem frente para a Avenida Carlos Lindemberg, para a Coronel Vitorino e para a Rua São Pedro, a qual sobe em direção ao Poço Coimbra. Segue-se incluindo os lotes de esquina entre as Ruas São Pedro e Governador Dias Lopes, a fim de incluir o Poço Coimbra na poligonal. Seguimos incluindo os lotes de frente para a Rua Governador Dias Lopes e os lotes cujos acessos se dão pela Rua Dom Emanuel. Incluímos os lotes das esquinas adjacentes à rua Dom Emanuel e ao largo da Capela de Nossa Senhora da Penha. Seguimos pela Rua Dom Emanuel até o encontro com a esquina mais próxima (à esquerda), onde incluímos os lotes que fazem frente a pequena rua que nasce nessa esquina. Descemos pelo limite dos fundos desses lotes até encontrar a margem do rio Benevente.

Mapa 08: delimitação parcial do sítio histórico urbano de Anchieta*



*OBS: Nome das vias constando no mapa 02 (capítulo 3)

A seguir, a transcrição desse traçado para foto aérea da área:

outra plana próxima ao nível do mar. Desse modo, o terreno do colégio vincula-se diretamente (tanto pelos acessos quanto pela cota de nível) aos arredores da Igreja Matriz, estando a porção territorial mais baixa desvinculada dessa região, relacionando-se mais com a parte mais a leste.

Mapa 09: transcrição da delimitação parcial do sítio de Anchieta para a foto aérea



A partir do último ponto definido o traçado delimita uma porção do rio Benevente que caracteriza sua embocadura, no encontro com o mar. Para tanto, seguimos até o limite físico mais próximo (uma estrada) margeando o rio Benevente. Em seguida ligamos esse ponto à margem oposta do rio Benevente, no ponto de encontro entre o outro limite do rio com a continuidade da estrada. Seguimos margeando o rio até a ponte sobre o rio Benevente. Após a ponte incluímos na poligonal os lotes que fazem frente para o rio Benevente, a fim de evidenciar a relação que essa área sempre manteve com a outra margem do rio. Tomamos como limite físico a estrada que ligava à ponde antiga até onde se inclui o terreno o Quitiba clube, local de referência para os entrevistados. Fechamos, então a poligonal ao atravessarmos o rio Benevente e encontrarmos com o ponto inicial no cruzamento da Avenida Carlos Lindemberg com a Avenida Anchieta.

Mapa 10: sítio histórico urbano de Anchieta-ES



4.3 – Diretrizes preliminares para gestão

4.3.1 – Entorno

Após delimitado o sito, uma das premissas que concebemos coerente com a expressão de seu valor cultural do ponto de vista de sua gestão, é que sua conformação física dialogue com a paisagem local. É nesse sentido que podemos, finalmente, nos utilizar do instrumento *entorno*, a fim de conformar uma ambiência que garanta uma harmonização do sítio com a paisagem circundante. Esse instrumento é utilizado, desse modo, não como um meio de proteção de valores secundários do sítio, ou como um "tombamento mais flexível" (SANT'ANNA, 1995, p. 207), mas como uma forma de interlocução entre o que entendemos como bem, do ponto de vista do patrimônio cultural, e o ambiente urbano que o circunda. Retomamos, assim, o artigo 18 do Decreto-lei 25/37 relacionando o conceito de entorno ao conceito de visibilidade em sua forma mais dilatada, o qual incorpora noções de harmonia formal e de percepção do espaço pelo usuário da cidade.

Para tanto, elegemos eixos visuais estratégicos que partem em direção ao sítio e que, além de partirem de pontos privilegiados em relação à visibilidade do sítio, relacionam-se ao modo como historicamente a localidade era percebida pelo viajante que chegasse ou por terra, ou por mar.

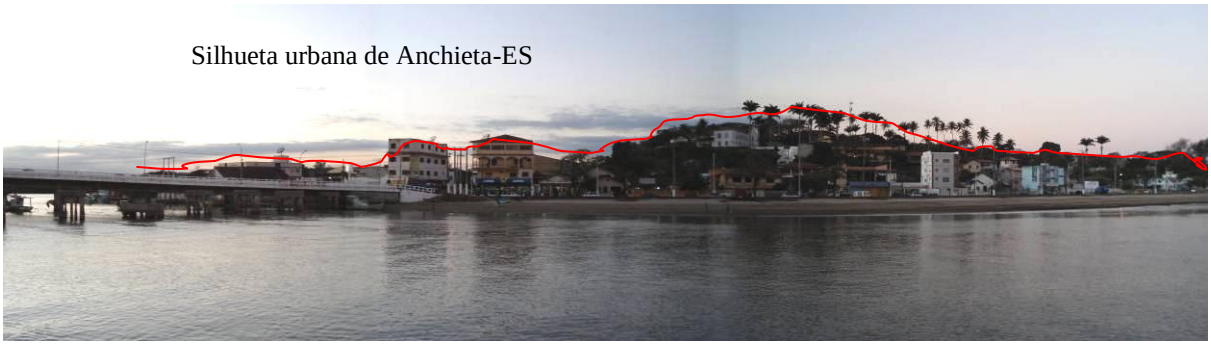


Imagem 22: Vista atual da cidade de Anchieta-ES a partir da margem oposta do rio Benevente. Chegada à localidade para o viajante que vem do sul do estado do Espírito Santo.
Fonte: arquivo IPHAN-ES/ Foto-montagem: João Marcos Charpinel Borges



Imagem 23: Vista atual de Anchieta-ES a partir do mar. Chegada de barco próximo à embocadura do rio Benevente.
Fonte: arquivo IPHAN-ES/ Foto-montagem: João Marcos Charpinel Borges

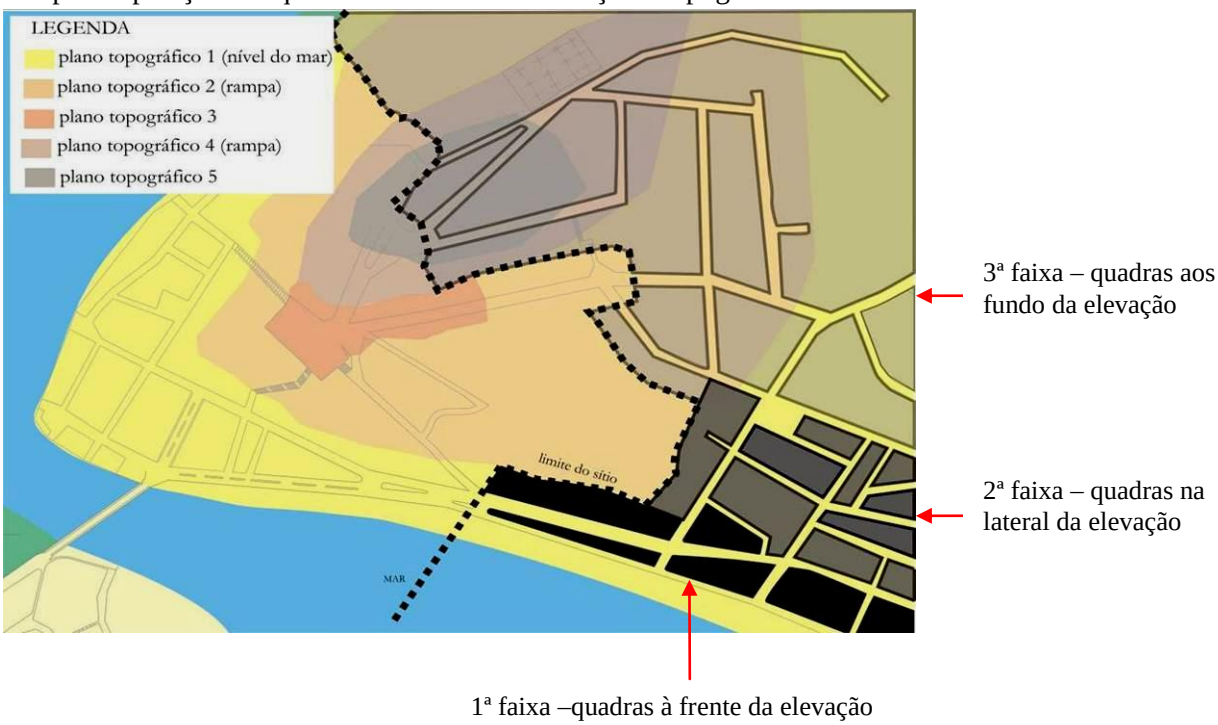


Imagem 24: Vista atual de Anchieta-ES da margem oposta do rio Benevente. Acesso por terra a sul.
Fonte: Google maps

As imagens apresentadas evidenciam tanto a silhueta urbana da localidade (*sky line*) quanto a embocadura do rio Benevente. Esses são os aspectos essenciais para compreensão atual da paisagem de Anchieta-ES e que permanecem desde sua constituição. Nesse sentido, o traçado de uma área de entorno se pauta, sobretudo na valorização desses aspectos paisagísticos do local.

Assim, com relação à elevação central, entendemos que as diretrizes urbanísticas para o entorno devam considerar as alturas das novas construções a fim de que se mantenha a percepção desse elemento na paisagem. Deverão ser feitos estudos de gabaritos que contemplem tanto as quadras que se encontrem à frente dessa elevação quanto as que estiverem em sua lateral ou mesmo aos fundos, como esquematizado abaixo:

Mapa 11: posição das quadras do entorno em relação à topografia do sítio



Nesse sentido, um estudo de gabaritos deve considerar essas três faixas de proximidade da costa. Além disso, em sentido transversal ao sentido dessas faixas, deve-se prever, em caso de verticalização, uma transição entre o fim do sítio (ao pé da elevação) e o início dos prédios mais altos. Essa transição deverá ocorrer de modo mais suave na primeira faixa de quadras, podendo ir se acentuando até a faixa de fundos.

Assim, iniciamos o traçado da poligonal entorno onde é, atualmente, nos arredores do sítio, a região que mais se adensa, sua vizinhança leste e nordeste. Tomando como base as imagens 22, 23 e 24 percebemos que atualmente a finalização do sítio é percebida na paisagem coincidindo com o final da silhueta, ou seja, no ponto onde a silhueta do morro encontra os edifícios atuais. A partir disso, o traçado da poligonal de entorno distancia-se do limite do sítio em uma quadra além da quadra adjacente ao sítio, a fim de que seja possível fazer a transição de altura na segunda faixa. Como conseqüência, a poligonal se abre em direção ao mar, incluindo um maior numero de lotes da primeira faixa, e se fecha em direção à terceira faixa.

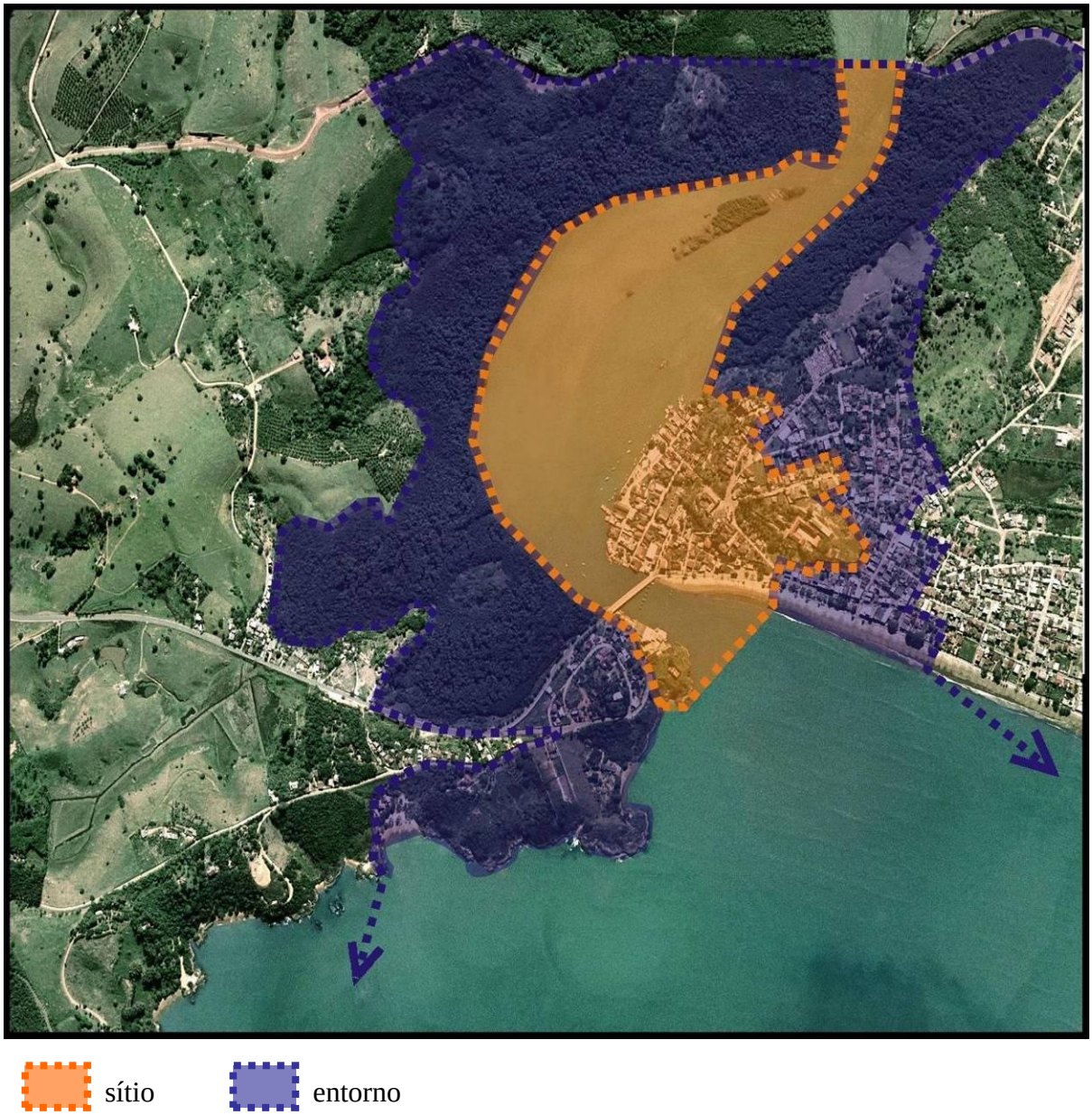
Mapa 12: detalhe do sítio e de da poligonal de entorno



Na faixa dos fundos, a poligonal segue margeando os fundos dos lotes localizados no pé do morro até encontra-se com o limite do manguezal que margeia o rio Benevente, sendo esse manguezal o elemento físico limite do entorno do próprio rio. A norte, limitamos com a estrada mais próxima, passando o limite até a outra margem do rio, também em torno do manguezal. Seguimos até o encontro do manguezal com a Rodovia do Sol e depois buscamos

limites físicos que conduzam a poligonal até o mar, para o qual ela se abre (assim como a outra extremidade da poligonal) no intuito de que qualquer intervenção que se dê nas águas dessa região (raio de aproximadamente 5,00km) seja objeto de apreciação e considere os impactos sobre a paisagem do sítio urbano histórico de Anchieta-ES.

Mapa 13: sítio urbano histórico de Anchieta-ES e seu entorno



4.3.2 – Setorização

Ao vislumbrarmos a heterogeneidade do sítio, consideramos necessária uma síntese dos aspectos abordados, sobretudo nos capítulo I e III, visando uma compreensão geral daquele território conforme as vivências que nele se mantiveram ao longo de seus quase cinco séculos. Assim, tanto do ponto de vista de sua evolução urbana relacionada aos contextos específicos de apropriação do território, quanto de sua morfologia atual, é possível estabelecer uma setorização para a área de modo a elucidar ambiências distintas, as quais potencializam sua expressão cultural. Os setores direcionarão o olhar sobre o sítio de modo que as futuras diretrizes de intervenção que venha a ser elaboradas considerem os aspectos históricos e paisagísticos por eles elucidados. Desse modo, identificamos 4 setores.

Setor 1

O setor 1 (em amarelo) compreende a porção territorial mais costeira, onde a proximidade com o rio Benevente e com o mar sintetiza sua vocação para abrigar as atividades relacionadas à água. A parte "a" é situada nas adjacências do antigo vilarejo e a parte "b" na margem oposta do rio.

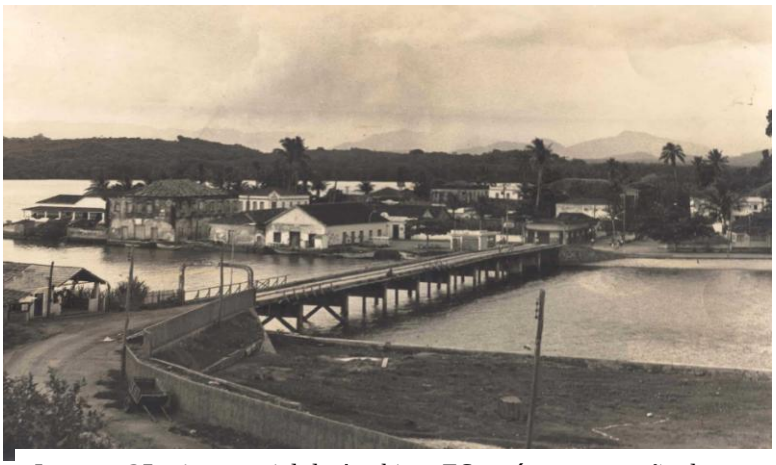


Imagem 25: vista parcial de Anchieta-ES, após a construção da ponte sobre o rio Benevente na década de 1950.
Fonte: arquivo IPHAN-ES

O setor 1a é composto basicamente por uma via à beira-mar e outra à beira-rio ao longo das quais há edificações de 1 a 4 pavimentos, havendo predominância de 1 pavimento. Trata-se do primeiro plano na paisagem da parte baixa para quem acessa o Porto de Cima pela ponte ou pelo rio/mar. Os lotes são irregulares, havendo trechos em que são 100% ocupados e outros caracterizados por vazios urbanos tanto na parte 1a quanto na parte 1b. Destacamos uma ocupação mais recente na parte noroeste, onde se destaca uma porção territorial de alta densidade construtiva, composta por edificações recentes. Dois grandes largos marcam o setor 1a: a praça dos imigrantes que se liga ao mercado de peixe e a praça contígua à colônia de pesca. O setor 1b é marcado pela elevação sobre a qual se encontra a edificação do antigo Quitiba Clube.



Imagem 26: vista atual da Praça dos imigrantes e do mercado de peixe (setor 1a)
Fonte: Acervo pessoal

É notório, desde os tempos dos jesuítas, o atracamento de embarcações, bem como a presença de outras atividades de ordem marítima ou fluvial nesse setor. Os edifícios de armazém, cujas portas se abrem para o mar assim o indicam (mapa 06); assim como a posição do antigo mercado municipal que, como de costume nas cidades costeiras da primeira metade do século XX, se posicionavam próximo ao mar a fim de facilitar a logística entre dos alimentos que chegavam e saíam pelas embarcações.

Ali também se davam as travessias de balsa, conforme nos conta a senhora Dulcinéia, em seu relato: “Meu pai tinha um bote e meus irmãos uma balsa. Ele atravessava as pessoas no bote. Na madrugada às vezes nós estávamos dormindo e escutávamos alguém gritando: ‘Chico Eduardo’(...). Daí saía ele na chuva para atravessar quem chegasse do outro lado para cá e meus irmãos atravessavam os carros (...).

Nessa área também desaportaram os imigrantes italianos na década de 1870, como se tem registrado na atual “Praça dos Imigrantes”, onde outrora foi um armazém do porto. Uns subiram o rio Benevente a fim de colonizar terras férteis no interior do Espírito Santo, outros permaneceram em Anchieta participando do aquecimento econômico desencadeado pela atividade portuária.

Constituindo a primeira imagem da localidade (de quem chegasse a sul ou a oeste) juntamente com a vista do conjunto arquitetônico jesuítico no alto do morro, este setor mantém essa vocação inicial até os dias atuais, quando a atividade pesqueira e o turismo ecológico encontram-se nele estruturados.

Setor 2

Conformado pelas edificações que fazem frente para as ruas Costa Pereira e Presidente Vargas, este setor constituiu o foco da vida urbana da localidade, sobretudo na terceira fase de sua história. A proximidade do comércio e da área portuária, bem como dos edifícios que abrigavam atividades de lazer (bailes) e institucionais (igreja, prefeitura) garantia aos habitantes desse setor o privilégio de estar no foco da vida urbana local no que diz respeito aos usos tanto funcionais quanto simbólicos de seus espaços.



Imagem 27: Rua Costa Pereira, início do século XX.
Fonte: www.culturamaratimba.blogspot.com

É o setor de maior densidade de ocupação, onde os lotes são irregulares, com taxa de ocupação elevada, havendo poucos vazios; as ruas são estreitas, estando as edificações de 2 pavimentos dispostas de modo mais concentrado em relação ao setor 1. O setor 2 também contém as vias de ligação entre o morro onde se encontra a igreja Matriz, o mar e o rio Benevente.



Imagem 28: vista atual para o setor 2 a partir do morro da Igreja Matriz
Fonte: Acervo Deborah Padula Kishimoto

Setor 3

Do ponto de vista da morfologia urbana o setor 3 compreende a encosta do morro e a parte plana onde se situa a Igreja Matriz. O parcelamento é caracterizado por lotes grandes, irregulares e com baixa taxa de ocupação (como o do Colégio Maria Mattos e da atual residência paroquial), havendo grandes vazios como o largo em frente à Igreja Matriz e parte da encosta (com destaque paisagístico para a rocha sobre a qual se situa a Igreja). Esse setor contém vias de acesso (escadarias e taludes rampados) tanto à parte baixa próximo ao mar quanto à parte leste do território municipal, fora dos limites que definimos. Do ponto de vista da paisagem, a visibilidade do rio, do mar e da cidade de Anchieta a partir do largo da Igreja matriz é notória. Da mesma forma, o setor é marcante na paisagem de quem acessa o território de Anchieta pelo mar ou pela ponte a sul.



Imagem 29: acesso ao rio Benevente a partir dos fundos da Igreja Matriz
Fonte: Acervo Deborah Padula Kishimoto

Este setor remete a um momento da primeira metade do século XX em que a localidade reconstrói sua imagem a partir da fachada principal do conjunto arquitetônico jesuítico. Valoriza-se, do ponto de vista da paisagem, o lado sudeste (orientação da fachada do conjunto) criando uma nova relação espacial marcada por uma alteração no eixo visual principal da cidade.

As evidências desse processo de reconstrução encontram-se, primeiramente, no cercamento do átrio que cerca o referido conjunto. Esse cercamento foi feito primeiro com uma balaustrada que foi, transformada em mureta na década de 1940.



Imagem 30: estágios do largo frontal do conjunto arquitetônico jesuítico do século XI à metade do século XX.
Fonte: acervo IPHAN ES e arquivo Central do IPHAN



Imagem 31: vista da beira-mar em direção ao atual pórtico no acesso à ladeira da Igreja Matriz
Fonte: Google maps

O átrio cercado está posicionado ao final da atual avenida Anchieta, exatamente na perspectiva da fachada da Igreja Matriz, sugerindo uma noção de monumentalidade. Nesse momento essa via passa a compor o sistema viário local estruturante. Também a construção da capela de Nossa Senhora da Penha, no ponto mais alto do morro e a presença de edifícios institucionais como o Coronel Gomes de Oliveira Colégios Maria Mattos, além do Hotel Anchieta, contribuirão, em conjunto, para dar nova feição à paisagem da cidade e conformar uma imagem monumental ao forasteiro. Nesse momento o foco da vida urbana continuou sendo no eixo das ruas Costa Pereira e Presidente Vargas, mas as modificações espaciais e paisagísticas associadas aos usos de âmbito estadual significaram maior abertura da cidade para contextos urbanos externos.



Imagem 32: acesso ao mar a partir do átrio da Igreja Matriz
Fonte: Acervo Debora Padula Kishimoto

Setor 4

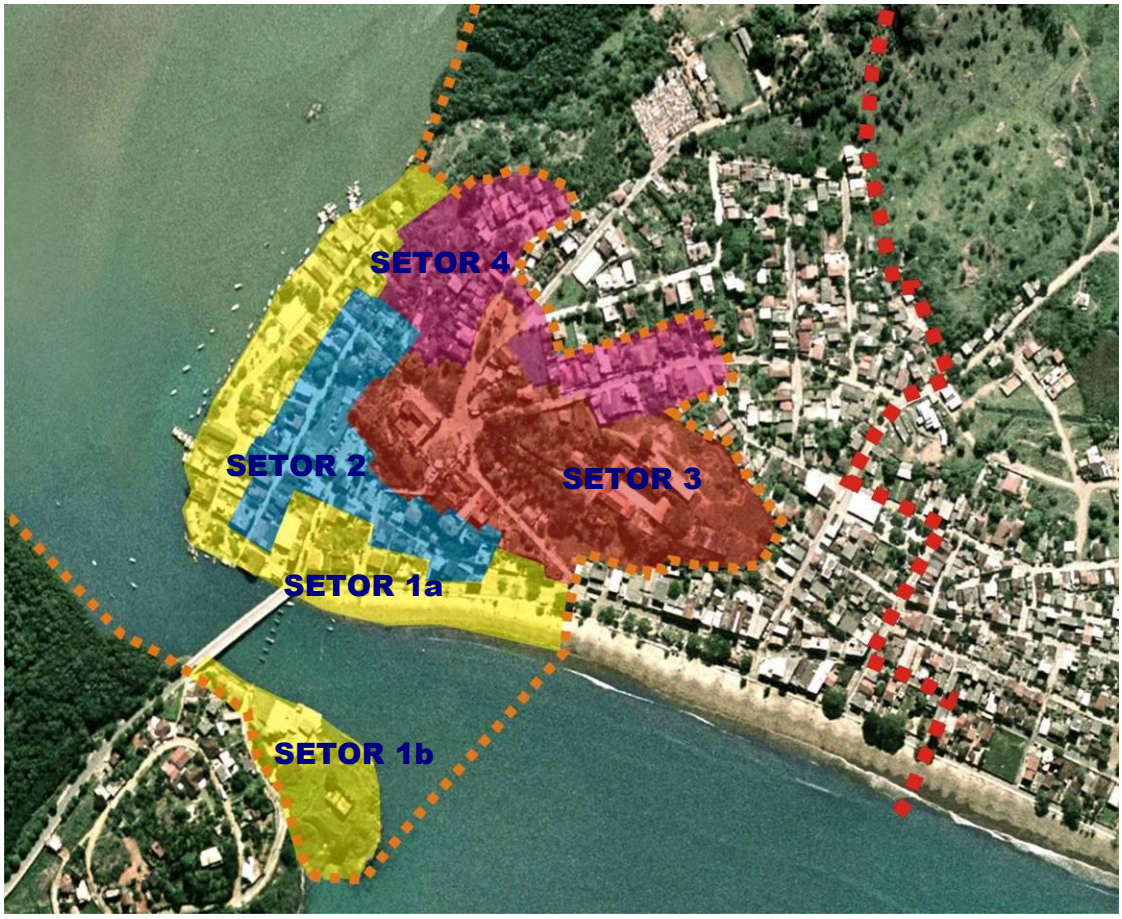
O setor 4 corresponde a uma porção territorial de ocupação relativamente recente e que está contíguo ao setor 3. Trata-se de áreas contíguas aos traçados que ligam o conjunto jesuítico à capela de Nossa Senhora da Penha no alto do morro, e ao Poço Coimbra. Embora possam ter sido as mais distantes do foco principal da vida urbana, são áreas que conformam o traçado relacionando-o a elementos importantes da constituição da cidade.

O setor é marcado por estar no local mais elevado do sítio, embora do ponto de vista paisagístico encontra-se em último plano do prospecto principal da cidade. Caracterizado também por parcelamento irregular, os lotes são ocupados, em sua maioria por edificações de 1 ou 2 pavimentos, num modelo de ocupação menos denso do que o do setor 2, tanto pelo tamanho dos lotes quanto pela largura das vias. Do ponto de vista das edificações históricas, este setor representa uma transição já que a presença dessas edificações aí é menor e mais rarefeita em relação aos demais setores.



Imagem 33: Poço Coimbra. Extensão do antigo traçado viário principal.
Fonte: acervo IPHAN-ES

Mapa 14: setores do sítio histórico urbano de Anchieta-ES



Essa setorização considera, sobretudo, os aspectos históricos e sócio-espaciais da evolução urbana da localidade, caracterizando de modo geral os aspectos de sua morfologia urbana atual. Nesse sentido, os setores apresentados poderão ser subdivididos de acordo com as características que apresentarem, sejam elas guiadas pela topografia, pelo distanciamento entre os espaços, as vias e as edificações, pelo parcelamento, pela ocupação do solo. Como exemplo, temos que o "setor 1a" poderá ser subdividido em dois, visto que uma parte dele encontra-se inserida num dos eixos visuais principais do sítio, tendo por base quem chega à cidade por mar ou pela porção territorial a sudoeste. Do mesmo modo, as áreas adjacentes ao morro do santuário jesuítico poderão conformar um sub-setor específico dentro do setor 2. O setor 3 poderá ser subdividido em três sub-setores: um conformado pelo terreno do colégio Maria Mattos e pelos terrenos adjacentes ao santuário jesuítico (áreas menos densas e que conferem destaque dessas construções na paisagem), outro conformado pelos terrenos que fazem frente para a avenida Anchieta (via em declive, com relativa densidade construtiva, mas que proporciona um efeitos visuais de direcionamento e de enquadramento do santuário) e outro conformado pelo trecho de quadra entre as ruas Governador Dias Lopes (trecho com

certa densidade construtiva, vizinho imediato do santuário e do colégio Maria Mattos, onde se situa a antiga casas do jesuíta Dom Helvécio). As diferenças de topografia no setor 4 também poderão orientar criação de sub-setores a serem regidos por índices urbanísticos distintos.

Desse modo, a formulação de índices urbanísticos para o sítio, em quaisquer dos setores apontados deverá considerar essas especificidades morfológicas indicadas.

Outra questão relevante do ponto de vista da preservação dos valores históricos se faz com relação à diferenciação entre os elementos relativos às três primeiras fases da evolução urbana de Anchieta-ES (até 1970) e os elementos atuais (após 1970). Esses elementos, pulverizados no território e presentes em todos os setores, devem receber tratamento diferenciado com relação aos critérios de intervenção[43]. Enquanto aos segundos se aplica critérios de ocupação (gabaritos, afastamentos, taxa de ocupação...), de material e de cor, aos primeiros deve-se examinar, além desses critérios, a necessidade de preservação de características arquitetônicas e estilísticas (no caso das edificações), urbanísticas (no caso do traçado urbano ou do parcelamento das quadras) e fisiográficas (no caso dos elementos físicos como relevo, vegetação e hidrografia).

[43] A fim de melhor compreender os critérios diferenciados de intervenção, podemos fazer uma analogia entre o sítio urbano e um edifício tombado que adquiriu ao longo do tempo partes (paredes, vãos, esquadrias, cômodos...) que não lhe eram originais ou ao qual foram subtraídas determinadas partes. Nesse caso, procedimento comum no restauro e na conservação de edifícios é basear-se no pensamento de Camillo Boito e manter as partes cujo valor patrimonial se mostra evidente e às partes novas (os acréscimos indispensáveis) atribuir a responsabilidade de se diferenciarem das partes originais a fim de se evitar o falso histórico, ao mesmo tempo em que mantenham a harmonia do conjunto. Evidentemente, Boito (apud. OLIVEIRA, 2009) se refere ao edifício como um monumento, um objeto de arte, por isso afirma que "é necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco". Entretanto, mesmo tendo em vista o valor artístico do edifício, Boito não lhe destitui o valor histórico. Afirma que também "é necessário que os completamentos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje." Também anuncia o "valor documental dos monumentos, que deveriam ser preferencialmente consolidados a reparados e reparados a restaurados; evitar acréscimos e renovações, que, se fossem necessários, deveriam ter caráter diverso do original, mas não poderiam destoar do conjunto." Ou seja, afirma-se, antes de tudo, o valor documental do monumento, de modo que as partes acrescidas sejam pensadas em função do que lhes precede, da coisa à qual é atribuído valor patrimonial. Nessa mesma linha (ressalvadas as diferenças de escala) podemos entender as intervenções atuais sobre um sítio urbano: conservam-se os elementos pré-existentes que sejam relacionados ao passado (edificações, logradouros, cursos d'água, topografia...) e aos novos atribui-se a responsabilidade de harmonizarem-se no contexto urbano de inserção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

.

O sítio urbano histórico de Anchieta-ES não foi delimitado neste trabalho a partir de uma concepção que lhe atribui valor como objeto de arte (acabado), mas sim como documento aglutinante das camadas do tempo sobrepostas. Nesse sentido, os elementos do presente (última camada do tempo ainda sendo impressa no território) são entendidos como partes em transformação, processo inerente à reapropriação. São acréscimos ao bem patrimonial que devem ser regulados a fim de não perturbarem os elementos pré-existentes e contribuírem para a dinâmica funcional do sítio e sua inserção na vida urbana atual; coformam novos espaços denominados "testemunhos ambientais em formação", conforme a Carta de Petrópolis de 1987.

A respeito dessa compreensão do sítio temos que as práticas de proteção do patrimônio cultural encontram-se sempre associadas à atribuição de valor, esta vinculada a qualquer campo do conhecimento humano. Os discursos de atribuição de valor histórico cotejados neste trabalho fundamentaram-se em contextos epistemológicos distintos, gerando compreensões necessariamente diferenciadas a respeito dos elementos passíveis de serem selecionados como patrimônio cultural.

Esses elementos, destacados dos demais ao serem reconhecidos por um ente detentor do monopólio do poder (o Estado), adquirem status de figurar como símbolos que legitimam determinada realidade objetificando-a. Nesse sentido, tanto a perspectiva historiográfica adotada pelo SPHAN na *fase heróica* quanto a que elegemos para formular nosso discurso de atribuição de valor constituem-se em tentativas de compreensão de determinado aspecto da realidade analisada, as quais não ocorrem dissociadas da formulação de narrativas que encadeiam fatos imprimindo-lhes sentido relacional.

Assim, o que defendemos não se trata de uma tentativa de fugir da objetificação da realidade ou mesmo do caráter monumentalizante que o documento possui por ser fruto de uma escolha e possuir intencionalidade. Importa-nos ter consciência do caráter interpretativo das análises que fazemos e que, assim como focamos alguns aspectos desconsiderados em narrativas anteriores, nosso discurso também tem sua parcialidade e seus limites na compreensão das realidades.

A importância dessa consciência está na necessidade de construção de um discurso que, de fato, ao invés de servir ao enrijecimento de práticas e valores, propicie uma posição de contínuo diálogo com os valores ainda em construção no presente.

É nesse espírito dialógico entre o inovador e o tradicional que as ações de reapropriação e de ressignificação dos espaços como as que se deram em Anchieta são possíveis. Também é assim que podemos aceitar o "novo", não como uma ameaça, mas como uma oportunidade de reconhecimento de diferenças e de afirmação mútua de identidade.

Ao adotarmos o conceito de *cidade-documento* como fundamento para seleção de elementos patrimoniais, o que admitimos é justamente que essas interações ocorridas ao longo do tempo conformaram momentos importantes para a constituição de uma localidade. Esses momentos podem ser lidos também como de diálogo entre vivências tradicionais e renovadoras. Assim, seja negando ou afirmando cada aspecto de suas constituições, essas duas vivências interagem resultando num contexto peculiar. Daí, entendemos que a identidade não está necessariamente no caráter estático de uma realidade, mas no modo particular como essa realidade responde aos estímulos de inovação, aos quais é constantemente submetida.

O sítio urbano histórico de Anchieta é um conjunto de respostas a estímulos de inovação dadas por uma realidade inicial que remete ao século XVI e que transferiu para os contextos urbanos seguintes o legado das vivências coletivas que abrigou.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. – 2ª ed. Revisada e atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

- ALMEIDA, Renata Hermanny de; CAMPOS, Martha Machado; FREITAS, José Francisco Bernardino de. *Método de intervenção urbana em áreas centrais: o papel da arquitetura no centro de Vitória*. NAU/DAU/UFES, Vitória, 1995.

- AUGEL, Moema Parente. O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guné-Bissau. Rio de Janeiro, Garamond, 2007. Disponível em http://books.google.com.br/books?id=TkP6NAsbQskC&pg=PA183&lpg=PA183&dq=apropria%C3%A7%C3%A3o+simb%C3%B3lica&source=bl&ots=d3X-hGkalJ&sig=Zt2ZSk6l3yjVHkoBfLk_BJBOiT4&hl=pt-BR&ei=E7VeTdTFGIL78Ab-vvyADA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&ved=0CDQQ6AEwBA#v=onepage&q=apropria%C3%A7%C3%A3o%20simb%C3%B3lica&f=true. Acesso em 18 de fevereiro de 2011.

- BARRA, Sérgio. *Patrimônio cultural jesuítico: (re)definição e (re)valorização. In* IPHAN. *Assentamentos jesuíticos: territórios e significados*. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008.

- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 6a ed. Portugal: Publicações Europa-América, s/d. Coleção Saber, no 59.

- BOMENY, Helena Bousquet. Mineiridade *apartada entre civilização e cultura. In Guardiães da razão. Modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994.

- BUFFON, Izaías Caliman; CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira; CAÇADOR, Sávio Bertochi; HOFFMAN, Tyago Ribeiro.*Documento referência da agenda 21 de Anchieta-ES*. s/d.

- CARVALHO, José Antônio. *O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

- CHUVA, Marcia. *Fundando a nação. A representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*. Topoi. Programa de pós-graduação em História Social UFRJ/ 7 Letras, 2001, volume 4, número 7, jul-dez, 2003.

- _____ *Os arquitetos da memória*: *sociogênese das práticas de preservaçãodo patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940).* Rio de Janeiro, editora UFRJ, 2009.

- COSTA, Lúcio. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil. In* Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n° 5. Rio de Janeiro, SPHAN, 1941.

- _____ *Documentação necessária*. *In* Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n° 1. Rio de Janeiro, SPHAN, 1937.

- DUARTE, Rosália. *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Departamento de Eduação), 2002. Disponível em HYPERLINK "http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf" http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf . Acesso em 20 de outubro de 2010.

- FARIA, Luiz de Castro. *Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão*. In Chuva, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

- FRANCO, Luiz Fernando P. N. *Centro Histórico de Laguna.* (Texto da Informação nº 107/84, apresentada pelo autor em 19/09/84 à Diretoria do Tomabamento e Conservação – DTC – da então SPHAN/Pró-Memória. Processo de tombamento nº 1.122-T-84 / N. do E.), *In: Caderno de documentos: estudos de tombamento.* Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro, IPHAN, 1995.

- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC-IPHAN, 2002.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

- KOHLSDORF, Maria Elaine. A apreensão da forma na cidade. Brasília. Editora: Universidade de Brasília, 1996.

- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico.* Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005.

- LE GOFF, Jacques. *Documento/monumento*. In: *História e Memória.* Tradução: Bernardo Leitão... [et al.]. – 5ª edição – Campinas, SR: Editora Unicamp, 2003.

- MENEZES, Aline Bezerra de. *O papel do IPHAN na construção da categoria de patrimônio jesuítico.* In: IPHAN. *Assentamentos jesuíticos: territórios e significados*. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008.

- MOTTA, Lia. *Memória e educação*. In: Caderno de ensaios n° 1. Secretaria da Cultura/ Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Paço Imperial Rio de Janeiro, 1992.

- MOTTA, Lia; THOMPSON, Analúcia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2010.

- NAJJAR, Rosana Pimentel Mendes. Catequese em pedra e cal: estudo arqueológico de uma igreja jesuítica (Nossa Senhora da Assunção-ES). (Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

- OLIVEIRA, Raquel Diniz. *Teoria e prática da restauração*. In: Patrimônio: Lazer & Turismo, v. 6, n. 7, jul.-ago.-set./2009, p. 75-91.

- RABELLO, Sônia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

- ROCHA, Levy. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. 3 edição – Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo e Secretaria de Estado da Educação, Vitória, 2008. Disponível em http://www.ape.es.gov.br/pdf/Viagem_Pedro_II_ES_Levy_Rocha.pdf. Acesso em 26 de fevereiro de 2011.

- SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da nosrma de preservação de áreas urbanas no Brasil*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Bahia, 1995.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce. Tradução de Milton Amado, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

- SANTOS, Myrian Sepúlvera dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

- TIMBÓ, Regina. *Um aldeamento jesuítico – Reritiba*. In: Anchieta – a restauração de um santuário/ org. Carol de Abreu. – Rio de Janeiro: 6ª C.R./IPHAN, 1998.

- www.cuturamaratimba.blogspot.com

APÊNDICE 1

Questionário utilizado das entrevistas

BLOCO I – HISTÓRIA FAMILIAR

01) Sua família é original de Anchieta?

02) Qual o local de origem da sua família?

03) Quando vieram para Anchieta?

04) Por que vieram para Anchieta?

05) Onde em Anchieta se instalaram/moram?

06) Onde era o local de trabalho?

07) Além do trabalho, quais outros locais você/sua família freqüentava?

BLOCO II – CIDADE E MEMÓRIA

08) Existem lugares ou construções que lhe trazem memórias da sua vida, da história da sua família e da história da cidade? Quais?

09) Você poderia me contar uma dessas histórias? Pode ser uma coisa que você tenha vivido, ou que seus pais, avós ou tios tenham lhe contado...

10) Há pessoas, coisas, lugares, edifícios que desapareceram da cidade... Do que você sente saudade?

11) Você acha importante guardar estas lembranças da cidade? Como podemos guarda-las/ preserva-las?

12) Se tivesse que escolher locais, construções, histórias, valores para serem transmitidos para seus filhos e netos, quais indicaria? Por quê?

12.1) Somente em caso de indicação do santuário tombado – O que você acha da posição da igreja em relação à cidade? Em sua opinião, por que ela foi construída naquele local?

BLOCO III – CIDADE E PLANEJAMENTO URBANO

13) Dentre as mudanças que aconteceram na cidade ao longo do tempo, o que mais te chamou a atenção? O que foi bom? O que foi ruim? Por quê?

14) Você acha que a cidade deve continuar crescendo?

15) Se você tivesse o poder de decidir, você gostaria que a cidade crescesse e continuasse guardando suas memórias? Se sim, como você acha que isso poderia ser feito?

16) Na sua opinião, qual é o local mais antigo da cidade? Por que este parece ser o local mais antigo?

17) Porto de Cima é o bairro mais antigo de Anchieta. Quais foram as modificações que o bairro teve? O que você acha dessas modificações?

18) O que você acha da construção de prédios novos na região de Porto de Cima?

19) Como você acha que esses prédios deveriam ser?

20) Cite um prédio ou lugar que você acha bonito ou agradável e prédios ou lugares que você acha que devam ser reformados ou demolidos. Explique.

21) O que você acha que falta em Anchieta? (infraestrutura urbana, serviços, equipamentos...).

BLOCO IV – CIDADE E IDENTIDADE

22) Na sua opinião, qual é a maior qualidade e o maior defeito de Anchieta? Por quê?

23) O que faz com que Anchieta se pareça com outras cidades?

24) Se você fosse um guia turístico, que lugares apresentaria a um visitante? E para um familiar ou um amigo, o que mostraria?

25 – Opcional) Você poderia fazer um desenho da cidade de Anchieta para nós?

APÊNDICE 2

Transcrições das entrevistas

Chico Gordo

Minha família era de Anchieta. Eu tenho 47 anos. Minha mãe foi professora daqui e eu sou professor do estado, a nível de Vitória (...) Meu pai trabalhou por muito tempo lá na capital, naquela área onde é o shopping Vitória. Tinha o mar, indústria de beneficiamento de areia, chamada SUBA, nessa fábrica que o meu pai trabalhava, carregando os caminhões de areia para levar ao porto, desembarcado, as areias pretas que chamavam. Tanto é que aqui na entrada, logo ali na divisa do município de Guarapari com Anchieta, também tinha um entroncamento, um pequeno porto de beneficiamento também de areia (...). Eles nasceram aqui mesmo e depois foram a Vitória (...). Eu fiquei até os seis anos lá. Daí vim para Anchieta de novo. Vieram todos para cá. Como a empresa foi transferida para a Bahia, nós viemos para cá, na década de 60(...) Minha mãe foi diretora do Maria Mattos. Daí ela veio transferida para cá, ser diretora no Coronel Gomes. Mas como ela estava cansada, ela passou a direção (...). Meus avós nasceram aqui mesmo, nessa região de Guarapari. Meus avós paternos são todos daqui e os maternos também (...). Meu avô foi dono de banda. Família de músicos. Meus tios tocavam (...). Minha família pode ter sido descendente de Africanos porque somos todos de cor. Meu avô paterno era bem moreno. Minha avó também. Meus avós maternos eram mais claros. É possível que aqui mais próximo da prefeitura fosse região indígena. Não era para lá, que era mais descendente de italianos, portugueses, a região mais do centro. Então compreende-se a parte mais indígena essa região aqui da ponta todinha, que são os descendentes de indígenas (...) A Rua do Brejo fica na região próximo a câmara até Jabaquara (...) Ali no Brejo não sei se tem descendentes de indígenas. Quando enche, inunda todo [Refere-se ao nome da rua] (...) Nós morávamos na parte do centro, em frente àquela delegacia (...) porque o padrão do meu pai não era tão alto, mas também não era tão baixo. Então nós mantínhamos esse padrão de ficar pulando de galho em galho. Nós ficamos mais próximos à escola porque estudávamos lá (...). Porque nós éramos menores e então ficava mais fácil de irmos e voltarmos da escola. Não tinha tanto perigo, porque essa parte da prefeitura era tudo mato. Havia poucas casas. A casa mais central era dos correios para trás, onde tem o shopping, o supermercado (...). Mais para a área onde é a prefeitura, era só mato, havia um campo de futebol e algumas casinhas que viviam na região da Rua do Brejo (...). Aquela rua lá embaixo, que vai dar na Rua do Limão (...). Fazia piquenique naquela região, onde era mato puro (...). Era aquela areia preta, de brejo mesmo (...) onde é um brejo até hoje, mas loteado, com melhorias (...). Meu pai era funcionário público. Trabalhava com abastecimento de água, no leito do rio (...). Quando minha irmã nasceu, nós morávamos no Porto de Cima, perto da igreja, de frente para a igreja (...). Minha irmã estudava no Maria Mattos e eu no Coronel. Era mais perto, por isso não tinha tanto medo de ir até a escola, porque por ser um lugar que não era muito povoado, então muitas vezes as famílias tinham até medo. Nós íamos de casa para a escola e da escola para casa ou então nós íamos para a casa da serra. Daí ia caindo à tarde, ou o pai, muitas vezes a mãe também vinha de carro, se não chegássemos no horário eles iam lá buscar, mas sabiam que a gente estava ali. Brincando, de bicicleta e tal. [Lugares que a família freqüentava] Tinha um clube na cidade, o Quitiba Clube. E na época tinha o Anchietinha. (...) Tinha o Chuveirinho também, em frente ao mercado. Não tem a Praça dos Imigrantes? É em frente à Praça dos Imigrantes. (...) O meu tio, Victor, tocava carnaval aqui no Anchietinha. Teve uma vez que ele brigou com o meu avô de picardia com ele. Disse: "- você vai tocar lá embaixo". Ele tocou as quatro noites de carnaval e minha avó, que é mãe, levava comida, levava água. Levava as coisas para ele lá (...). Eles moravam aqui embaixo (...) onde era a primeira escola Maria Mattos. (...)

[referindo-se às igrejas] aqui antigamente só tinham duas: era a Católica e era a Batista. Essa aqui do centro, que é a grandona, foi a segunda igreja Batista. A primeira era na região do interior (...). A gente no dia de domingo, a tarde, além de sermos católicos, íamos a igreja Batista também, assistir o ensino bíblico que tinha e tal... Tinha uma igreja católica aqui também, a igreja de São Pedro, ela é mais nova, não é antiga, nova assim, tem mais de cinqüenta anos. Não era igreja de São Pedro, era igreja de Nossa Senhora dos Navegantes. O Padre Luís quando veio da Itália, com devoção a São Pedro, houve um pequeno naufrágio de um barquinho aqui na região e ele passou a dedicar a igreja a São Pedro e não Nossa Senhora dos Navegantes (...).

Eu acho assim, a nível de governo nosso, agora está mais conservado, para você discutir, para você chamar a autoridade e falar para ele que não pode demolir este prédio, porque este prédio tem uma história. Anteriormente, nós ficávamos muito a mercê dessa situação. O próprio patrimônio histórico nosso, o IPHAN, só sabe dizer que não pode... não pode...não pode...não pode. Hoje não, hoje a Casa da Cultura, que trabalha com o IPHAN, eles já dão uma solução melhor. Eu acho que onde é a Praça dos Imigrantes, foi um assassinato à cultura da cidade, que para mim, que fui criado, não deveriam ter desmanchado o prédio (...) que era o prédio da imigração italiana (...). [Refere-se ao prédio de dois pavimentos] (...). O Anchietinha era, onde hoje é a residência dos Carone (...) onde as janelas eram altas, porque lá embaixo, deu uma modificada, uma demolida (...). De um lado era residência de verão e do outro a de inverno [Risos] (...). Era família tradicional, de porte, entendeu? Originalmente o casarão foi construído para o depósito de café (...). Em cima era residência e embaixo depósito. Dizem que (eu não cheguei a ver) tinham grilhões de escravos embaixo, correntes...dizem...eu não cheguei a ver, só vi quando era depósito, mas não era depósito de café, era depósito de uma mercearia, pequenininha, e atrás um salão enorme (...) Hoje, aqui é um bar, mas a arquitetura continua, a "fineza" dele continua, e continua esse óculos, a gente chama de óculos, mas é tipo uma clarabóia (...).

O mais interessante, é o que a minha mãe sempre contava, eles iam para a varanda cuspir na cabeça dos outros. Para mim, desse prédio a única coisa que mais marcou foi isso [Risos]. Ela sempre contava que eles ficavam na varanda, tomando café. Era muito movimentado: supermercados, "vendeção" de peixes, " vendeção" de mercadorias (...). Quem passava era as pessoas comuns, o povo, pessoas que passavam pela cidade (...). Elas iam para frente, porque para trás os pais não deixavam. Porque era um escritório, e também, aqui ficavam muitos pescadores, e ainda as famílias, entre aspas, que eram muito tradicionalistas, protetoras. Os rapazes eram praticamente escolhidos a dedo (...). E outro fato interessante, que tinha muito na cidade: onde é a Casa de Cultura (...) era a prefeitura, tinha o salão de baile em cima, tinha uma mesa enorme, eram doze cadeiras. Atrás tinha uma escrivaninha baixa, onde recebiam as autoridades (...) só entrava a elite para assistir os bailes. Os bailes tinham cores. Por exemplo, baile do azul: todo mundo tinha que ir de azul (...). O povo mesmo, não ia ao baile de jeito nenhum (...).

[Relacionado a saudade] Uma coisa que eu sinto muita saudade, é do encontro de jovens que acontecia na igreja, na igreja Matriz. Quando a gente era menor, a gente fazia retiros (...). Daí numa parte da residência dormia um grupo. As meninas de um lado e os meninos do outro. E sem falar que tinha as assombrações que arrastavam correntes e o rugido de um...tipo assim...lobisomem(...). Hoje em dia tem diversão e arte, mas o que marca aquela época, é o saudosismo. Na minha época, na minha turma, a gente vivia mais, a gente brincava mais e respeitava muito mais: quem era senhor, senhor; e quem era senhora, senhora; quem era doutor, doutor; e que era doutora, doutora. Então acho que esse elo, da minha vivência era muito bom, não derrubava o lixo na casa dos outros, senão a polícia corria atrás da gente (...). Nunca fomos presos, mas tomávamos castigos, porque a própria polícia interagia mais com a comunidade. Ah se um dia a polícia fosse à minha casa falar para a minha mãe que derrubei

lixo na casa dos outros. As coisas antes existiam. A gente aprontava também muito. Não éramos santos naquela época. Até hoje em dia. Mas eu acho que participávamos mais da cidade. Tinha muito teatro e não tínhamos recursos como tem hoje (...). Antes fazíamos quadrilha cantada, peça de teatro, bailado, era muita coisa (...). Infância...infância...infância mesmo, eu nunca tive. Só tive ao meu lado sempre pessoas mais velhas que eu, nunca gostei de andar com pessoas da minha idade (...). Tocávamos violão na Praça da Matriz, fazíamos piquenique (...).

Nós temos fotos dessa época, documentação, dessa época, e as cópias não ficam só comigo (...). Sabendo que nós vamos propagar isso, para as pessoas saberem o que Anchieta era, o que Anchieta tem, e o que Anchieta foi e vai ser (...). Ontem mesmo, eu fiquei boquiaberto: está uma cidade aquela _____ da Petrobrás que antigamente era tudo mato, toda asfaltada. Anchieta está crescendo e eu não estou vendo (...).

As únicas coisas que não podem deixar faltar na cidade são: a Festa de São Pedro, porque é a melhor festa que tem na cidade. Primeiro, você conhece todo mundo. Segundo, uma festa familiar: você vê que as famílias saem para ir à festa. Não é o caso da festa da cidade. Dia 09 não é a festa da cidade. A festa da cidade é no dia 15 de Agosto. 09 de Junho é a festa da Companhia de Jesus. É a festa do Beato, que é um Jesuíta. A meu ver, a festa da cidade é no dia15 de Agosto (...). A festa do Beato poderia ser no dia 09 de Junho lá na Matriz e festa da cidade no dia 15 de Agosto, com mais pompas e circunstâncias (...). São Pedro é mais que a festa da Padroeira. Então dia 09 de Junho têm a Festa da cidade e 29 de Junho São Pedro e 15 de Agosto a Festa da Padroeira (...).

O carnaval não poderia deixar de faltar. Quando eu falo em carnaval, é o Bloco da Jaraguá, que sai todo ano, e o Bloco da Lama que todo mundo proíbe. É no último dia do carnaval (...). A gente vai ao rio, enche a canoa com uma quantidade boa e traz para a praia. Daí a gente passa a lama, cada um com a sua sacolinha de plástico (...).

Única coisa que eu acho estar demorando muito é a restauração do Hotel Anchieta, que também é um marco na cidade (...) lá é um local belíssimo, que não pode acabar. Outra coisa que não está sendo conservada, quer dizer, não presta mais, é o Coimbra (...). Antigamente a Porta do Céu também (...). A questão das quadrilhas também, que não deixam cair essa tradição, todas as escolas fazem (...).

Das mudanças, para mim horrível ficou a Praça dos Imigrantes sem o edifício. Poderiam ter conservado o prédio. Igual em São Matheus. Não tem o esqueleto da igreja do Padre Anchieta? Ta lá! A prefeitura está guardando ela. Para fazer o marco da Imigração italiana, não havia necessidade de fazer a demolição. Poderiam fazer uma restauração. Porque quando demoliram, ainda tinha um pedaço de uma parte do salão onde era o depósito, a parte de uma porta ainda (...) na década de 90 [Refere-se a data da demolição]. Isso me dói. Outra coisa que me dói também é quando vem o pessoal de fora, relacionado ao patrimônio e diz: “Não pode fazer isso aqui. Por que vocês não questionam o porquê que não pode? Onde está escrito que não pode? Daí quando você vê, já demoliram tudo. Colocaram bananeira em tudinho, daí... Por que está tampando a visão da igreja? Não é perder a visão da igreja, a meu ver, sabe o que é? se for cortar, não vai cortar pouco, vai cortar tudo. Me dá uma explicação?! Por que não pode? (...). Quando vejo que a coisa é consciente...mas quando destrói, eu fico “p” da vida. Entendeu? A construção mesmo da prefeitura, para mim é um marco (...).

Em relação ao crescimento, se crescer para a melhor, acho que deve crescer, mas dependendo do crescimento, temos que ver os benefícios e malefícios.

Primeira coisa, eu buscaria a identificação de cada evento que tem dentro da cidade. Então, seria uma designação específica para aquele tipo de coisa e não tirar de A e colocar para B (...). Teriam que ser conservadas e permanecerem, sempre dando estrutura, sempre dando uma reciclagem para que as pessoas continuassem a fazer aquele mesmo trabalho (...). Porque senão, você perde a cultura e perde a identificação do grupo.

Salvar? Eu começaria pelo mais velho. Então ta; esse prédio aqui tem cem anos e a família que mora aqui tem duzentos. Esses dois vão ser conservados. Não poderão ser mexidos (...). Melhorias poderão ser feitas, mas não poderão agredir ao seu prédio, ao seu patrimônio a sua família (...). É uma geração eterna que está aqui dentro, então não será mexida (...). Tem que saber delegar o que é prioridade ao município e o que não é prioridade (...). Mas antes de demolir, eu vou fazer o que? Vou fotografar detalhe por detalhe e vou salvar em fotos (...).
O local mais antigo? O Porto de Cima é o marco, porque ali nasceu à cidade, atrás da igreja. Era para ser ao contrário, nascer na frente. As casas da frente são mais novas que as de trás, mais antigas, mais velhas. As da frente tiveram poucas casas, depois da vinda dos jesuítas, por volta de 1929 (...) O colégio, foi construído com os jesuítas em 1929, e como era um colégio, ele foi_____ para hospital. Eles fizeram uma adaptação. A fachada dele está acoplada ao colégio (...) para trás já é uma coisa mais nova do hospital (...). Agora o hospital pode ficar lá [Refere-se a movimentação do local] mas ele poderia ter sido construído um pouco para cá, como o PA, a Prefeitura... um local mais tranqüilo (...). Não requer aumentar, porque não atrapalha em nada. Fazer mais um movimento, em nível de arquitetura, em nível de tampar a fachada, não chega a tanto. Até colocar dois pavimentos, não abala tanto a estrutura.
Eu não sou a favor da construção de prédios novos na região do Porto de Cima, ou constrói-se no estilo do prédio dos Frades (...). Não é um prédio tão alto: são dois andares. Assim, a arquitetura dele é bonita, moderna, mas que não chamou muito a atenção (...)
O hotel Anchieta é muito bonito, tem uma visão panorâmica e maravilhosa, pela arquitetura dele.
Eu acho que Anchieta tem melhorado bastante, em vista de anos anteriores, não tenho o que reclamar, a gente tem segurança ainda hoje. Claro que não se dorme mais de janela aberta como antes, mas tem segurança (...). A própria saúde nossa também é boa (...). A infra-estrutura nossa está melhorando. O que nós não temos ainda é uma visão, hoje, de diversão (...). Eu acho que a cidade está boa do jeito que está.
Qualidades [de Anchieta] - Ainda é o fator amizade, é o maior de todos os benefícios que a cidade tem (...).
Defeito [de Anchieta] Não saber acolher direito aos outros. A forma do acolhimento não é igual a da amizade, nós não temos nada para acolhermos as pessoas aqui na Cidade. Nós não temos um hotel bom (...). A cidade em si, a sede, não tem hospitalidade (...). As pessoas querem que os outros fiquem, mas não querem acolher (...).
Eu acho que Anchieta não dá para andar junto com as outras cidades, porque as cidades são bem mais ambiciosas que Anchieta (...).
O lugar que eu levaria [um forasteiro] para conhecer é o primeiro posto de abastecimento da cidade, que ninguém leva lá, O Coimbra. Levaria nessa igreja Batista de Nova Bethânia, onde ninguém conhece (...), e levaria para conhecer o mangue de Anchieta (...), a OTG da Petrobrás e a Igreja de Nossa Senhora da Penha (...).

Sr Everton
A história que eu conheço de Anchieta, foi da década de 40 para cá. Na época existia do outro lado do rio, um "elemento" que tinha o apelido de mano. Ele era descendente de índio e vivia nas encostas do terreno da cidade. Ele falava pouco, mas muita gente o conhecia. Ele era um pouco mais velho que eu. E depois dele vieram outros, como o Siciliano, que viviam contando histórias de pescadores e caçadores, que deixaram umas lembranças boas aqui. Anchieta viveu aquela parte histórica antes da guerra, usando o rio como um meio para o transporte de mercadorias (...). Isso depois das entradas dos imigrantes italianos, alemães e portugueses. Entravam pelo rio velejando. Passando por Jabaquara, Alfredo Chaves e subia a Serra do ..... O rio era a via de acesso para o interior. Os transportes eram feitos por barcos pequenos, pranchas e canoas grandes (...).

Eles traziam muitas laranjas e açúcar. Produtos da lavoura. E descarregavam no porto de Anchieta. Na área do mercado. E depois veio o trem de ferro que era o meio de transporte da usina de açúcar em Jabaquara (...). Produção de açúcar e cachaça (...). Acabou a linha do trem, mas atualmente existe uma sobra em Itapemirim. A história de Anchieta resume-se na caminhada dos imigrantes para as lavouras e a agricultura. E os pescadores com as fábricas das salgadeiras (...). De trinta anos para cá que apareceram os frigoríficos e a pesca foi mais divulgada, melhorando a vida do pessoal da região. A pesca sempre foi uma prática em Anchieta, desde os tempos dos índios. Depois que os jesuítas foram embora, a população diminuiu. Era uma base de 6.000 habitantes. Depois não atingiu a marca de 1.000. Quem comandava o Brasil naquela época eram praticamente os fazendeiros e os comerciantes. Os pescadores não tinham o seu valor. Isso começou a mudar depois da segunda guerra mundial (...). O centro naquela época era Anchieta, por causa da orla marítima. A população entrava por aqui e Itapemirim. Tem que ser muito bem registrado o caso dos jesuítas. Eles tomaram conta do município e esclareceram muitas coisas relacionadas ao interior. O padre que nasceu aqui trouxe muita coisa para cá. É o caso do colégio, da comarca. Ele construiu o prédio das irmãs sozinho e deixou as Carmelitas aí. Vieram muitas professoras para cá. Havia alunos até do Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas a maioria era do Espírito Santo (...). Pelo fato de ser uma escola marítima, Anchieta não ficou atrás das outras cidades. O desenvolvimento cultural foi amplo, mas o industrial não. Nessa época não havia administradores para continuar. Isso ocorreu no período entre a década de trinta e sessenta. Uma época muito boa, onde Anchieta saiu do marasmo. Lugar de lazer para mim era a praia ou ir para o interior. A igreja era um ponto de encontro. Tinha o salão da prefeitura antiga, onde hoje é a Casa da Cultura. Uma época houve um baile na prefeitura, com a participação de uma miss. Ela estava em um avião, mas esse avião apresentou um defeito e caiu no rio. Com aquilo promoveram esse baile e a repercussão foi grande. Isso ocorreu antes da guerra. Até pouco tempo havia o marco onde o avião caiu. Fica próximo a uma ilha, seguindo o Porto de Cima.

Meu pai foi lavrador, depois marceneiro. Depois ele saiu do interior e veio para a cidade, continuou trabalhando com marcenaria e comprou um barco de pesca. E mais para frente virou açougueiro. Nós morávamos na Cidade Antiga, próximo a Casa da Cultura. O percurso que nós fazíamos todos os dias era praticamente Porto de Cima até São Martins. Como não havia água encanada, o Coimbra abastecia a população de Anchieta. E as lavadeiras iam até São Martins para lavarem as roupas (...).

Na praia do Quitiba Clube havia um poço, que a prefeitura poderia conservar. Foi um marco de abastecimento de água da cidade. Meus descendentes são negros, brancos e índios.

Dona Mulata

Meu pai era de Campos (estado do Rio). Veio morar em Boa Vista, município de Itapemirim. Formando um rapaz, ele veio acompanhando uma empresa de antigamente que explorava areia no litoral. Areia monazítica, né! Então meu pai parou em Ubu. E em Ubu ele casou com a minha mãe. Minha mãe chamava-se Rosa Alves. Moramos muito tempo em Ubu. Quando a gente veio morar em Anchieta, o meu pai já trabalhava aqui em Anchieta como motorista aqui da usina. Usina que fornecia energia para a cidade. Porque a cidade era de lampião. A energia era de lampião. (...) Nesse tempo eu já tinha 12 ou 13 anos de idade. Morava em Ubu, terminei minha 4ª série. (...). A professora chamava Amélia (...), ótima professora. Então, ela conversava com meu pai:

"- Você não pode deixar essas meninas aqui não porque elas têm que estudar, são muito inteligentes." (tanto eu como as minhas irmãs) "Muito inteligentes. Bota essas meninas no colégio. Leva para Anchieta"

Então, meu pai já trabalhava aqui na usina, comprou dois barracos (...). Usina para fornecer energia para a cidade. E era tocada... era a óleo... a lenha...1932, mais ou menos... 32, 33... por

aí assim. Foi quando a gente veio de Ubú para estudar em Anchieta (...) morar e nunca mais saí. (risos) E estou até hoje (...).
Então ele [seu pai] aí comprou os dois barracozinhos daqueles que tinham antigamente. Os barracos eram tudo palha e estuque. Ele comprou dois e estendeu uma casa melhor para a gente. Mas era de palha também. E nós começamos a estudar no Maria Matos pra fazer a 5ª série. O Maria Mattos começou lá nos padres, lá no centro. Ali não era colégio não. Começou lá onde é a residência dos padres (...) do lado da igreja. Lá eu fiz minha 5ª série. (...) enquanto terminavam colégio. Porque eles estavam construindo o colégio pra passar pra cá. (...). A gente já estava aqui nesta rua mesmo. Aqui chamava-se Rua do Brejo (...). A casa toda coberta de palha. Não era casa de telha não (...). Era tipo essa daqui [referindo-se a uma fotografia antiga ilustrativa de casas de estuque com cobertura de palha] (...) e tinha a cobertura em palha e as paredes de estuque e barro. Entendeu?
[local de trabalho do pai] Era na usina ali onde mora o filho de Antônio Prego (...) onde é a serraria hoje. Ali que era a usina (...) não existe mais (...).
Depois meu pai saiu. Não ficou mais na usina não. Meu pai saiu e foi embora para Linhares. Quando meu pai foi para Linhares, a gente já estudava no Maria Mattos e já estava cursando o 2° grau. Já estava no primeiro ano normal rural Maria Mattos. Dom Helvécio foi quem se interessou por essa escola para beneficiar o município inteiro. Dom Helvécio Gomes de Oliveira. Ele até colocou o nome da escola o nome da mãe dele: Maria Mattos (...).
Minha mãe era doméstica. Era lavadeira, né! (...) Cuidava da casa, lavava roupa... para fora, para outras pessoas... e trabalhava em casa.
[locais que freqüentavam] Jabaquara. A gente morou muito em Jabaquara também (...). Porque meu pai depois foi trabalhar também em Jabaquara (...) naquela usina que tinha lá. E hoje tem a chaminé. Até hoje! (...) ele era mecânico, meu pai. Então o pessoal das redondezas chamava ele para montar engenho... para consertar qualquer coisa que estava quebrada. (...). Ele era ferreiro mecânico. (...) Um ferreiro muito bom. Ele fazia foice, fazia enxada, fazia até agulha, meu pai (...). Meu pai não ficou morando com os pais, não. Ele saiu pelo mundo pra trabalhar e morava nas casas dos outros, ta entendendo? Ele era inteligente. Ele trabalhou com um tal de Artur Melo. (...) Eu não sei quem é, mas muita gente hoje dia diz que Artur Melo é o avô de Fernando Collor de Melo. [risos]
[*locais que freqüentava*] Quando morava em Ubu, eu freqüentava a igreja católica. Em Ubu eu já era mocinha. E antigamente tinha uma pombinha chamada Divino Espírito Santo (...) [os foliões] saíam de um lugar para o outro para angariar ... (como é que se chama? Esmola, não?) (...). Então eles saíam de uma localidade pra outra. Vinham lá de Pedra Mulata (...), de Viana (...) até chegar a Ubu. Quando estavam em Guarapari, mandava-se avisar a Ubu que eles iam chegar (...). Tinha já uma casa aguardando a chegada deles com almoço (...) pra receber esse divino Espírito Santo (...) e nós, mocinhas, íamos buscar... esperar a chagada dos foliões (...) e depois levava pra igreja. (...) Tinha a igrejinha lá em Ubu. E a padroeira da igreja chamava Santa Terezinha. Depois demoliram a igreja (...), terminaram com tudo e fizeram a igreja cá embaixo (...). E mudaram o padroeiro. O padroeiro hoje em dia em Ubu é Santo Inácio de Loyola (...).
[*depois que veio para Anchieta*] Eu não sei se depois eu fui morar em Ubu outra vez (...). Meu irmão mais velho era rapaz e eu já era mocinha. (...) Então nós fazíamos o carnaval, nós mesmos. Te aquela marcha assim (...):

Meu periquitinho verde
Meu periquitinho verde tira a sorte, por favor.
Eu quero resolver esse caso de amor.
Se eu não caso nesse caso eu vou morrer.

(...). Isso nós cantávamos no carnaval em Ubu (...). Botava a criançada na rua, enfeitava tudo de verde, amarelo e branco (...) eram tocados violão, cavaquinho e pandeiro... e nós cantando na rua, fazendo carnaval (...).
[*carnaval em Anchieta*] Aqui já existia. Já tinha o carnaval animadíssimo. Aqui tinha uma rivalidade: do hotel Bezerra [onde tem um forte que vai pra igreja, no Banestes] pra cá chamavam-se caçadores (...) e pra lá, era democratas (...). Democratas usavam branco e preto, caçadores, verde e branco, verde e amarelo (...) camisa verde, calça branca... fantasia de carnaval. Então tinha aquela rivalidade. [Do lado de cá] era o pessoal dos pobres, né! E lá embaixo era o pessoal rico. Naquele tempo tinha graça. Agora não tem graça mais porque ninguém faz mais o carnaval como era. Podia continuar, fazer como era: aquela rivalidade ainda. Mas quem fazia bem o carnaval já morreu. Quem gostava de carnaval já morreu e a juventude hoje não sabe contar nada (...). Só querem funk, funk, funk (...) não querem mais dançar o carnaval direito. Aí mandam buscar banda de fora. Só querem funk e outros negócios mais. Nós que gostávamos de carnaval vamos lá apreciar (...), mas não aprecia quase nada. A gente vai lá, fica um pouquinho e vai embora porque já não tem mais aquela graça (...).
[sobre a antiga rivalidade] O pessoal de baixo vinha e mexia com o pessoal aqui de cima. Porque um queria ser melhor do que o outro (...). Faziam os carros alegóricos. (...) e então [os democratas] achavam que os pescadores não tinham capacidade de fazer. (...) Não teve uma vez que os astronautas foram à lua? (...). Fizeram no carnaval (...). Foi uma beleza. Muito aplaudido. Gente, gente, gente na rua! (...).
O restante do ano era mais festa na igreja... igreja, futebol, festa religiosa... aqui em Anchieta. (...) igreja da Assunção. (...). O pessoal miúdo ia tudo pra igreja (...). Miúdo que eu falo é o pessoal do lado de cá, o pessoal mais pobre. Era o que mais freqüentava igreja (...). Acho que o pessoal de cá tinha mais devoção, era mais católico (...). Quando a gente estudava no Maria Mattos a gente tinha que ir a missa quase todo dia. Aos domingos a gente tinha que freqüentar a missa. Ai de quem não freqüentasse a missa. E quem era diretora do Maria Mattos era a madre Ester. Ela era uma diretora e tanto. Médica, sabia trabalhar, sabia corrigir e punir quem precisava ser punido. (...) A gente chegava na igreja com o uniforme do colégio: sapato preto, meia preta e comprida ainda (feito urubu), blusa branca, manga comprida, gravatinha e a saia azul marinho. Não tinha homem no colégio, não (...).
Devia ter um ou outro [que não era católico], mas o colégio não aceitava, não. Nem quem não era católico e nem filho de mãe que "pula a cerca" (risos) (...).
Tinha mais de 400 alunos de internato. Nós éramos externas [moravam fora do colégio, na cidade], mas o colégio era um colégio interno (...). Então, [vinha gente de] Iconha, Rio Novo, Guarapari, Vitória, Itapemirim (...).
Meu pai pagava o nosso colégio com o trabalho que ele fazia (...). Então eles descontavam. Quando meu pai numa ocasião não pagou, a irmã não nos quis no colégio. Depois ele nos levou novamente no colégio. (...)
Eu me casei com 27 anos de idade (...).
Antigamente se usavam poços pra tirar água. Tinham diversos poços: poço dos Reis, poço da Penha, (Hoje é tudo rua. Os poços viraram rua), poço dos Padres, poço do Caju, poço do Caxambu e poço da Almesqueira. E ainda tinha o poço do Chico Pedreiro (no terreno de Chico Pedreiro) (...). Lembrei porque era onde as lavadeiras lavavam roupas também para o colégio. As roupas internato eram lavadas aí. As mulheres pegavam água aí para poderem lavar a roupas do colégio (...). E tinha também... tinha não, tem ainda um córrego chamado São Martim (...) onde as mulheres lavavam as roupas do colégio também (...).
[saudade] Existia na cidade estrada de ferro (...) que vinha lá de Matilde, município de Alfredo Chaves (...). Ia até lá embaixo no mercado de peixe, trazendo café. E trazia passageiros também (...). [As locomotivas chamavam-se] Maria Pretinha e Maria fumaça (...).

Trazia cana, muita cana (...). Quando a usina estava acabando, pegou fogo no canavial (...). Meu pai vinha às vezes, trazendo a máquina também (...) de Jabaquara para cá (...). Então [a locomotiva] trazia café. Depois quando subia levava cal, né! (...). Porque aqui existiam as caieiras, que faziam cal (...).

[sobre a importância de guardar as lembranças da cidade] Eu acho [importante] (...). Guardar na memória, escrevendo, deixando alguma coisa escrita para os que vão renascer, não é? Existiam também na cidade os navios. Esses navios saíam de Anchieta para São Mateus, para Itapemirim e para Vitória também. Um chamava-se Santa Maria, outro chamava-se Divalda... Quando chegava a época de carnaval, levava para Piúma os tocadores. Porque aqui tinha uma banda musical (...) eles iam tocar lá em Piúma. Lá em Piúma fazia-se muito carnaval. Iam de Santa Maria. Uma vez eu fui também. E quando eu fui para Vitória também (a primeira vez que eu fui pra Vitória) eu fui de Santa Maria. Fui de navio. Vomitei como uma danada. [risos] (...)

Existia também o rio Benevente. Ele era navegável. Hoje em dia não é mais (...). Então tinha uma lancha que chamava PEJODIB. Naquele tempo a gente ia na PEJODIB para Jabaquara. E o prefeito naquele tempo chamava-se Pedro José. Então botou o nome da lancha PE-JO-DIB. O nome dele era Pedro José Abdib (...). Pegou as radicais, né! (...)

[locais que não podem ser destruídos] O bote da pracinha aqui em frente. O bote foi feito por seu Moacir Assad quando ele foi prefeito (...). Não queria que fosse demolido porque foi meu compadre que fez.

A igreja de São Pedro também. Aquela igrejinha foi fundada pelo Padre Alfredo. E nós carregamos pedra para a construção daquela igreja (...).

[sobre outras coisas] Tem a nossa Igreja Matriz que é a principal do lugar, né! Não pode acabar. Os bancos também não podem acabar. As escolas: o coronel Gomes de Oliveira não pode acabar também. Aquilo é coisa que fica na memória da gente (...). Tem o nome do pai de Dom Helvécio. Ele era coronel (...). E a [escola] de cá também, o colégio Maria Mattos, onde eu estudei. Acho que não deveria acabar nunca (...).

O cemitério também tem que ficar. Não pode acabar com o cemitério não. Porque tem o primeiro cemitério, tem o segundo, encostado, e tem o terceiro já (...) lá no morro da Igreja [Matriz] (...).

Minha casa também não pode acabar não. Criei meus filhos tudo aqui nesta casa (...) não era essa, era outra, mas o terreno é o mesmo (...).

[sobre o porquê de a igreja matriz ter sido construída no alto do morro] Eu não sei por que (...) foi no tempo do Padre José de Anchieta, quando ele morava aí (...). Ele pegou os índios para ajudar a fazer... carregar pedra... agora por que foi feita lá... não sei não. [faz referência à montanha] Do lado da igreja tinha cadeia, cemitério, tudo tinha ali (...). Então, os índios que ajudavam a carregar pedra para fazer a igreja matriz, que se chama Nossa Senhora da Assunção. E essa nossa Senhora, que está lá até hoje, veio de Portugal. Isso é patrimônio da cidade. Não pode tirar não. Tem que ficar para a eternidade. [risos]

[Alterações urbanísticas] As mudanças, não vou dizer que foram ruins não. Por que antigamente as ruas aqui eram areais. Hoje as ruas são asfaltadas e a ponte que ficava do outro lado, era uma ponte de madeira, depois teve outra que foi uma mudança muito boa. Hoje em dia tem esgoto na cidade, só que aqui não passa ainda. Eu acho que à medida que vai mudando de vida, a sociedade vai melhorando também. Não pode ficar só com ruas de chão, areia, tem que melhorar. Tem que ter um melhoramento, de acordo com os dirigentes da cidade também, das pessoas que dirigem a cidade, como o prefeito. Eu acho que tem de continuar crescendo [referindo-se ao crescimento da cidade] (...) devendo continuar guardando a lembrança de como ela era (...). Brigar com o povo para não destruir nada de antiguidade (...) [risos]. O local mais antigo da cidade é onde a cidade começou (...). Começou

de lá para cá. Eu tenho essa impressão. Porque ali onde tem uma praça na frente (...) nas casas lá de baixo, os quintais dão todos na praia (...).

Aquela rua do correio, até lá em frente ao hotel do Sr. Oliveira eram umas casas, tudo casa, e o quintal das casas davam na praia, entendeu? (...) A frente era para o lado da rua (...). O Porto de Cima é mais para baixo, mas aquelas casas ali antigas, eu me lembro bem (...). Abertura de ruas eu me lembro, mas pro lado de cá. Para o lado de lá eu quase não ia e não abriram muitas ruas para lá. Abriram a Rua do Maranhão. Abriram mais ruas, mas eu não estou lembrando o nome delas.

Conservar o antigo seria bom (...) mas querem modificar, fazer prédios novos, então vão demolindo e fazendo prédios novos do jeito que eles querem fazer (...). Eu ando pouco por ai, não vejo nada. [risos] não vejo nada bonito não (...) não está tudo feio, mas não está tudo bonito, bonito, bonito não. Ó, um prédio para mim que deveria ser conservado, é aquele prédio que era um clube carnavalesco, do outro lado. Está lá: um monte de mendigo que entra e sai. Está acabando o prédio. Anchieta não tem clube nenhum (...) época de carnaval nós íamos lá (...) ou quando faziam alguma reunião, chamávamos párea participar e a gente ia, mas deveriam conservar aquele prédio (...) não quiseram conservar (...) então deveriam fazer uma casa de detenção lá, uma cadeia, para prender os bandidos de hoje. [risos]

Não sei explicar no momento o que esta faltando, lojas já tem, supermercado já tem.

O que tem de melhor? [Em Anchieta]. Eu poderia dizer que é a educação, mas ultimamente a educação não está como deveria ser. Eu não acho nada de melhor em Anchieta. Porque a bandidagem está dentro de Anchieta, as drogas estão dentro de Anchieta (...). Qualidade deveria ter, mas está muito difícil (...). Anchieta é muito boa de se viver mas ultimamente (...). Aqui era um lugar calmo, todo mundo se conhecia, hoje em dia eu não conheço quase ninguém. Eu só conheço um pessoal da minha época (...).

Eu acho que agora Anchieta está crescendo (...) firmas chegando, o progresso aí, animação, o pessoal empolgado, eu acho que em outros lugares já tem muitas coisas que Anchieta não tem (...). Não vamos comparar Anchieta com o Rio de Janeiro, Anchieta com Vitória (...).

A igreja Matriz e o colégio também (...) [lugar que ela apresentaria a um turista] (...).

Dona Dulcinéia

A minha avó materna era índia e o meu avô português (...). Meus avós paternos já tem uma parte africana e outra síria. E o meu marido é descendente de alemão. O avô dele veio da Alemanha (...). O meu pai é daqui do interior e minha mãe é da ponta dos castelhanos (...). O meu avô veio e casou-se com minha avó. Depois tiveram a minha mãe que é filha única, depois foram embora para Mariana e nunca mais voltaram. O meu avô era policial. Veio para cá a serviço. No século passado, porque a minha mãe é de 1899 e meu pai de 1898. Meu pai, primeiro trabalhava no interior, na roça e depois ele veio para cá. Ele tinha um barco que aportava aqui nessa praça, que era um prédio na época [Faz referência a Praça dos Imigrantes] (...). Infelizmente compraram e a prefeitura deixou demolir. Infelizmente, mas tudo bem. O navio aportava ali e ele tinha uma prancha que ele pegava a mercadoria para vender lá em Alfredo Chaves. Esse rio não era assoreado. Não tinha carro e nem estrada. Então ele ia assim até Alfredo Chaves (...). O rio era onde é a ponte. Depois o rio foi assoreando e o navio não entrava mais aqui. Meu pai tinha um bote e meus irmãos uma balsa. Ele atravessava as pessoas no bote. Na madrugada às vezes nós estávamos dormindo e escutávamos alguém gritando: "- Chico Eduardo". O nome do meu pai era Francisco Eduardo. Daí saía ele na chuva para atravessar quem chegasse do outro lado para cá e meus irmãos atravessavam os carros (...). Depois ele virou açougueiro e em seguida aposentou (...). Essa mudança foi devido à ponte. Em 1952 construíram a ponte, na gestão do prefeito Marciel Barros. Era uma ponte de madeira. Quando construíram essa nova, deveriam ter deixado antiga para turismo. O pessoal ia ali tirar fotos (...). Eu fui professora e depois gerente escolar, já na faculdade (...).

Quando você constrói uma casa, a prefeitura pede dois metros de afastamento. Para o hospital deveria ser a mesma coisa (...) mas não, eles trouxeram tudo para cima do muro. A gente via isso e deixava. Covardia nossa. Minha mãe como era filha única, a única obrigação dela era cuidar das bonecas, mas depois que ela casou, teve 15 filhos e foi dona de casa. Ela fazia doce para vender. Na época da guerra, que veio o exército para cá ela lavava as roupas do batalhão. Lavava e engomava as roupas dos padres (...). Eu estudei primeiro no Coronel Gomes de Oliveira, e depois no Maria Mattos. Fui fazer os quatro anos de magistério (...). Nós costumávamos freqüentar a igreja. Na esquina era uma salão de baile. Quem comprou reformou o prédio inteiro e manteve a fachada do jeito que era (...) Em frente à praça tinha um bar (Bar Bita) e ao lado o salão de dança. Dançávamos muito bolero e samba naquela época (...). A melhor coisa na vida é dançar. Eu me lembro desde os oito anos de uma música de carnaval.

> *Maria, cuidado com a sua fantasia*
> *na sexta - feira vai ter colchete de*
> *pressão. Para se enganar não custa*
> *não.Mas se o azar te perseguir e isso*
> *acontecer no meio do salão, a macacada*
> *vai pocar de risos e as suas lágrimas*
> *vão rolar no chão.*

(...) eu lembro, parece que eu estou vendo a gente entrando ali (...). E nós íamos também a Piúma, tinham uns navios que aportavam lá e às vezes tinha baile. Minha mãe e meu pai nos levavam. Depois meus irmãos ficaram grandes e nos levavam.

Para Minas nós íamos de trem. Saíamos de Vitória, íamos até Nova Era onde fazíamos a baldeação e pegávamos outro trem até Belo Horizonte (...). A Maria Fumaça passava lá no Porto de Cima. Na rua em frente ao hospital (...).

A única coisa que minha mãe dizia é que o piso da igreja era para baixo (...).

Ali onde tem aquela praça central era um monte de casas (...). Depois da Casa da Cultura tem uma escadaria, descendo a igreja. Até lá nessa escadaria eram só casas antigas (...). O nome da rua é presidente Getulio Vargas (...). As nossas portas eram grandes. As nossas janelas eram de duas bandas. E não tinham castanheiras (...). As festas eram todas nessa rua antigamente. A festa de Assunção, da CEM. Eles enfeitavam a rua toda com bambu e flor de papel (...). Quando subíamos a escadaria e passava em frente ao Coronel Gomes. Eu acho que a posição da rua fazia sombra na parede. A gente dava um carreirão. Como nós corríamos das nossas sombras. Na ocasião não havia esse muro em cima da escada. Depois que fizeram (...). A gente morava lá no morro. Pra cima da igreja. Não tem a Matriz? Depois tem a Capela da Penha. Por ali que a gente morava (...). Nós morávamos sempre nessa área. Depois fomos em frente a praia e depois para cá. Acho que viemos em 49 (...). Nós íamos lavar roupa lá onde sobe para o cemitério. Lá atrás. Ou então depois da ponte. No Quitiba. Tinha um poço de água doce. Ou na estrada que vai a Jabaquara. Depois da Praça São Pedro (...).

O carnaval era muito animado. Hoje não tem carnaval. O pessoal vai à praia e liga o som. Como então conseguimos chamar o turista? Anchieta era para ser uma cidade turística e não a cidade industrial que eles estão querendo (...). Anchieta tinha que ser de turismo. Como era antigamente. E voltado para a agricultura, porque Anchieta tem um bom potencial agrícola (...). Aqui não tem mais a linha caipira (...). Aqui tem que ser uma cidade de turismo e agricultura. Mas tem que incentivar o turismo (...). Eu acho importante guardar essas lembranças da Festa do Divino e do carnaval. Devemos ajudar as pessoas que gostam de organizar essas festas. Incentivar, dando mais materiais (...).

O primeiro que eu preservaria é esse aqui da nossa esquina, que eu chamo de Nicolau (...). A outra é a casa da Maria José que é bem antiga também. O Bar do Mudo (...) O prédio do

supermercado do Ilquinha (...). Onde era o Coimbra. Era um poço, uma nascente. Aquele lugar tem que ser preservado. Fazer alguma coisa para continuar bonitinho. A água de beber nós pegávamos ali. Mas depois tamparam e o pessoal parou de pegar água dali. Deveriam preservar aquele poço do Quitiba. Não deixar ninguém construir casa perto dele. Porque é uma área doce e um poço muito antigo. A própria armação dele (...). Fora a Quitiba, o resto fica aqui no Porto de Cima. A ultima casa de Dona Rosinha, na Saad. Indo nessa rua. De esquina. Tem um prédio que foi construído depois. Mas antes tem uma casa antiga de janelões. Daqui dessa área é a mais antiga. Tinha que ser preservado (...). O Hotel Anchieta também. Mas tem que tirar aquela piscina ali da frente que não tem nada a ver. Ele é o mais antigo. Feito pelo Dom Helvécio (...). O Coronel Gomes também. Não podem tirar aquele prédio dali. Foi construído pelos pais de Dom Helvécio. Se não foi pelos pais, foi por ele mesmo (...). E lá embaixo. Na subida da igreja, onde tem uma Lan House. Aquela casa tem que ser preservada. O Maria Mattos tem que ser preservada. É uma escola bem antiga (...).

Dentre as mudanças que aconteceram, as que mais me chamaram a atenção foram: a prefeitura. Era pequena e o bairro não comporta o trafego de carros. O ruim foi o aumento do hospital. Principalmente aquela parede que encostaram na rua. Os hospitais ao invés de aumentarem ele aqui, deveriam ter construído em um lugar mais espaçoso. Onde tivesse um melhor estacionamento para carro. O necrotério mais reservado e não encostado na rua. O que melhorou foi a peixaria (...).

Eu acho que a cidade tem que continuar crescendo, mas não com invasões (...). Eles estão abandonando e ficando só invasão (...)

Pode crescer, mas tem que guardar, preservar e ser protegida (...) Eu acho que para isso acontecer tem que ter planejamento (...) Tem que ter mais vigilância (...)

O local mais antigo da cidade é o Porto de Cima. Falando em preservar, lá do outro lado, na ponta da pedra, havia um clube. Quitiba Clube. A prefeitura tinha que desapropriar ou comprar e fazer ali um centro de cultura ou outra coisa (...). Poderiam construir prédios novos na região do Porto de Cima. Mas no máximo, três ou quatro andares e não aqueles edifícios altos. Porque tira a visão do antigo e passa a vir uma coisa mais moderna (...).

Lá onde é o Banco do Brasil, tem uma casa de esquina. Ao lado é uma Igreja Batista (...). Aquela casa deveria ser preservada (...). A Casa da Cultura eu acho bonita (...).

O que falta em Anchieta? A prefeitura se conscientizar e gastar mais verbas com o embelezamento da cidade. Ela está um pouco abandonada (...).

Eu acho a maior qualidade, apesar dos pesares, o povo de Anchieta acolhedor. Os turistas chegam, saem satisfeitos e você não ouve ninguém falando mal. O maior defeito foi a construção desta nova ponte (...). Ela está muito no fundo da cidade. Eles deveriam fazê-la por trás do Quitiba Clube. Devido ao trânsito. Os comerciantes não deixaram, porque a rota do comercio é por ali (...).

O que torna Anchieta uma cidade peculiar, a meu ver? Primeiro, a igreja. Porque Anchieta é uma cidade antiga. Depois, no passado, foi o Maria Mattos. As pessoas vinham de outros estados para estudar. E maneira como um convive com o outro (...).

Sinceramente, não acho Anchieta parecida com lugar nenhum (...).

Eu levaria as pessoas para conhecerem a beira-rio, a Matriz, o colégio das irmãs, levaria na Penha, aonde existe uma vista linda de Anchieta, a Praça de São Pedro (...) a Praia dos Castelhanos, e o Coimbra.

Dona Ângela

Toda a minha família é de Anchieta. Meu pai era funcionário público. Trabalhava nos Correios. Minha mãe era “do lar”. Eles moravam aqui no Porto de Cima. Eu trabalhava no

fórum. Trabalhei como funcionária pública por 25 anos. No Tribunal de Justiça. Eu era atendente. Eu freqüentava muito a igreja. A Matriz. Meus avós? Não me lembro muito (...).
Eu freqüentava muito o Quitíba Clube. Baile de carnaval. A igreja eu freqüento até hoje. Eu sempre morei no Porto de Cima, mas não só nessa casa. Os carnavais de Anchieta eram todos lá. Eu sinto saudade do clube, que eu freqüentava muito. Seria importante guardar essas lembranças (...). O Maria Mattos foi um grande colégio e agora não existe mais. Não é como antes. Antigamente eram as irmãs que cuidavam, e agora não tem mais. A construção da ponte foi um grande marco para cá. Antigamente só atravessávamos de balsa e bote. Agora com essa ponte melhorou muito. Eu acho que a cidade tem que continuar crescendo. Tem muitas coisas boas para serem guardadas aqui. O local mais antigo? Acho que é a Matriz, porque tem muito tempo. Dizem que foi feita pelos índios. No tempo do Padre Anchieta. Eu conheço a Matriz desde criança (...). Para mim o mais antigo é o Porto de Cima (...). O Edifício Nicolau, acho muito bonito, mas maltratado. Demolir não. Tem que conservar. Não sou a favor de demolições.
Eu acho boa a construção de prédios novos porque melhora o Porto de Cima. O bairro melhora (...). Eu acho que tem de ser prédios altos. Se você quiser alugar ou comprar uma casa ou um apartamento aqui, não tem. Todas as casas são antigas. Eu acho que uns prédios novos seriam bons (...). Eu construiria um prédio onde tem terrenos baldios. Sem precisar demolir os antigos. Demoliria casas novas.
Um lugar agradável? Prédios bonitos? Eu acho que por aqui não existem prédios bonitos. O único prédio que eu acho bonito está muito acabado. É o Nicolau Carone. É um prédio bonito porque é antigo (...).
(...) O maior elogio? São as escolas. O prefeito está construindo muitas escolas boas aqui em Anchieta. Outra coisa é a Câmara Municipal. Acho muito bonita. A prefeitura também.
(...). Eu não viveria em outro lugar, porque gosto daqui. É calmo, tranqüilo. Por enquanto. Para mim, melhor do que Anchieta não existe (...).
O que faz de Anchieta uma cidade? Aqui tem bancos (...).
Se eu fosse um guia, levaria na Matriz. Nas ruínas. Dizem que são muito bonitas. A praia do Castelhano.

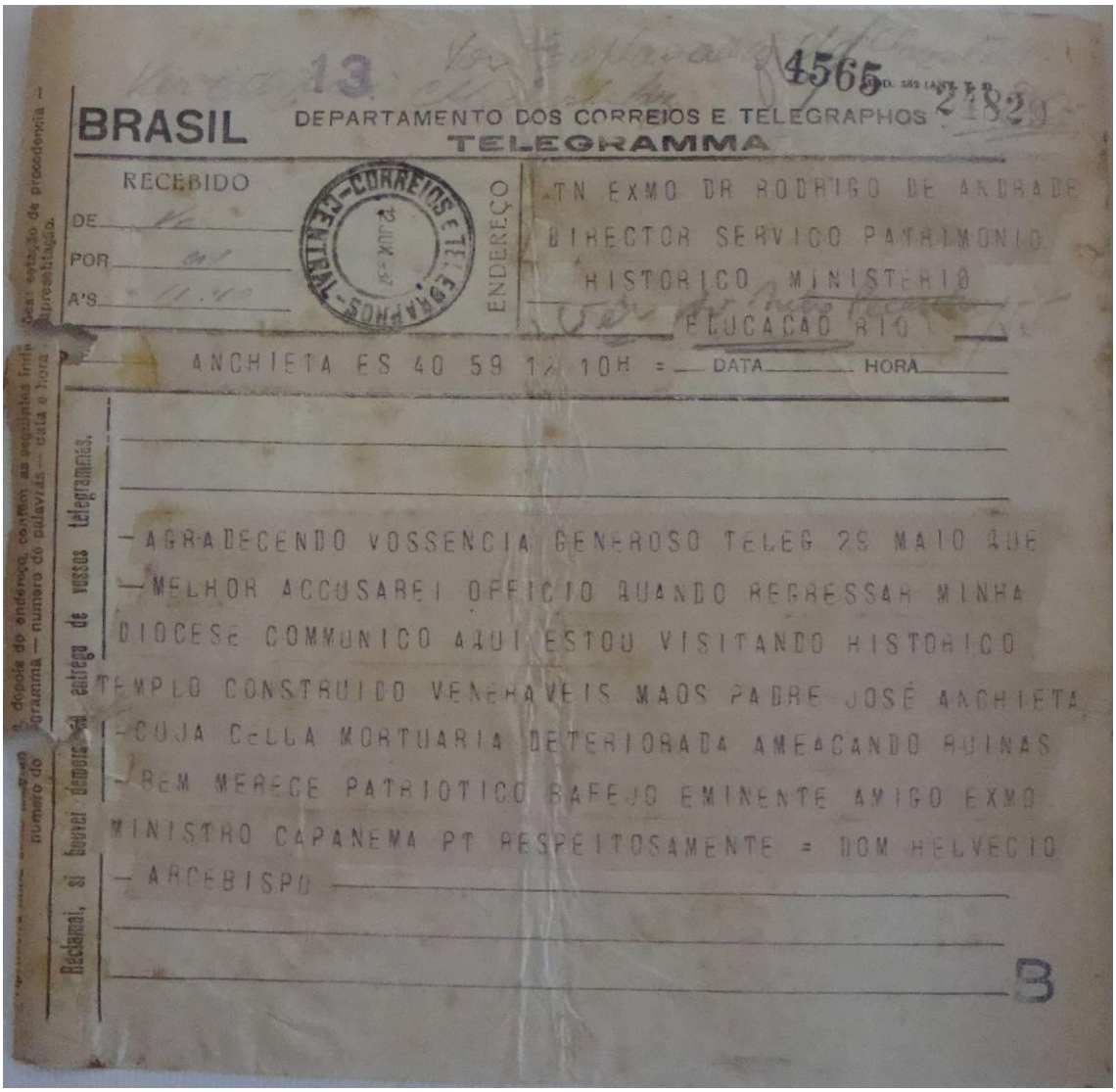
Sr José Luis
A maior qualidade de Anchieta é a receptividade em relação aos turistas. Conversar com as pessoas mais antigas e ver as boas lembranças que elas trazem do passado e a boa disposição de querer passar isso. Acho isso um ponto muito positivo em Anchieta, porque para mim o passado é muito mais importante que o presente. E o futuro eu não conheço. Então preservo o passado. Qualquer pessoa que chegar a Anchieta e pedir uma informação, além da informação, se ele tiver tempo, vai dizer sobre o passado de Anchieta. Principalmente os mais antigos, que fazem questão de falar da origem deles. Eu acho isso importante. Se a pessoa perguntar: o que tem em Anchieta? Nós temos o Mercado Municipal, a Igreja Matriz, a Casa de Cultura. Então, ele é receptivo ao turista e gosta de dar informações corretas. O maior defeito: é que no futuro, uma explosão demográfica vai acontecer. Com a construção de usinas, exploração de petróleo, gás. Anchieta não tem estrutura física para suportar essa explosão demográfica. Não temos uma rede hospitalar adequada, não temos uma rede de hotelaria adequada. Meu medo é a construção de bolsões de pobreza na periferia de Anchieta. Eu não saio de casa depois das 8 horas da noite (...) porque tenho medo dos bolsões de pobreza com a explosão demográfica que vai chegar. Essa explosão não é compatível com a preservação. Seria compatível se eles dessem preliminares com pelo menos dois anos de antecedência. Deveriam projetar a cidade para receber uma quantidade de pessoas. Agora, se isso acontecer sem você ter um lugar adequado para mantê-las, será tudo bagunçado. Não haverá saneamento, não haverá infra-estrutura (...). Hoje, ou você é funcionário da prefeitura,

ou você é funcionário da Samarco ou você é pescador (...). Se as indústrias não viessem para cá, o que dominaria é a mineração, prefeitura e pesca. Nunca houve um estudo de peixes em Anchieta. Hoje a prefeitura está fazendo um monitoramento pesqueiro aqui. Hoje Anchieta está em quarto lugar de desembarque de pescado (...). Na nossa colônia, são 800 associados (...) nós não somos valorizados como pescadores pelas pessoas na cidade (...).

O que torna Anchieta diferente das outras cidades eu não sei responder. Mas o que a torna semelhante, são: o carisma e a história. Principalmente a história. O que faz Anchieta ser procurada, não são as praias e sim a história daqui. O padre Anchieta, o fundador da cidade. É uma característica muito forte, mas você tem que preservar o que ele deixou. Se destruirmos o que ele deixou (os casarios, as entidades) você vai perder a identidade do Beato Anchieta. Os casarios foram criados com a colonização. Então Anchieta deixou a Igreja. Não se sabe ainda a veracidade das ruínas. O Padre Anchieta não ficou em Anchieta. Ele apenas morreu aqui em Anchieta. Ficava em São Paulo. A igreja foi ele quem construiu. Não sei dizer o porquê de ser construída lá em cima. Segundo os padres (...), as ruínas que tem lá em cima. Chamadas de Ruínas jesuíticas e as outras chamadas de Ruínas do Rio Salinas. O plano mais alto seria uma igreja. Pela posição dos portais. A nascente e o poente do sol (...) isso quem disse foi um historiador (...). Pelo pouco que conheço, ali seria um casario italiano. Aquilo não tem nada a ver com construção jesuítica. Acho que é de outra época. Eu acredito que não tem nada a ver com a cidade. Tem a ver só pelo fato de que todo casario que foi construído, é por causa da vinda dos imigrantes: o Casario do Quarentena, o casario perto do Quitiba. Tudo o que aconteceu em Anchieta, acho que foi depois da chegada da imigração italiana. Antes seriam os índios e os Padres. Com a imigração italiana é que Anchieta expandiu-se (...). Reritiba quer dizer o que? Coqueiro, concha. Então, deveria ser a cidade dos coqueiros, a cidade dos coqueiros de conchas. Depois passou a se chamar Benevente, com a imigração italiana. Depois passou a se chamar Anchieta, com inicio da canonização do Padre (...). Antes, eu não tenho nem idéia do que seria isso aqui. Era um pouco de aterro, pelo que meu pai dizia para a gente. Existia essa casa, mais outra ali no canto, a igreja, a Capelinha e os dois galpões de desembarque das coisas que vinham de Alfredo Chaves. Com a imigração italiana aconteceu a construção de casas (...). Antes não havia cidade. Era simplesmente uma aldeia. Isso ocorreu depois da construção do porto (...). Então por isso que eu preservo antes de 70. O porto não acabou. Lá ainda existe um casario, que decaiu bastante devido ao assoreamento do rio. O café caiu. O nosso rio é muito sinuoso. Então, era tudo plantação de arroz. Os grandes produtores de gado chegaram paralelamente e abriram retas. Com essa reta, o rio criou muita velocidade. Por causa disso o assoreamento. Os navios não subiam mais. Então, como escoar uma produção se você não tem como descer um barco? (...). Se eu fosse um guia turístico, mostraria: a Igreja, a Casa de Cultura, o colégio das irmãs, o casario de quarentena, da imigração italiana, que fica depois do cemitério. Lá atrás. Mostraria também o Poço do Coimbra, que fica na descida da igreja, o Poço do Quitiba, o poço do outro lado do rio, as ruínas e um passeio de barco. Falaria sobre o meio ambiente, fauna, flora. O que foi o rio ontem? O que é hoje? O que será amanhã? Mostraria não só para os turistas, como para o próprio pessoal de Anchieta.

ANEXO

Correspondências entre os responsáveis pela Igreja de Nossa Senhora da Assunção e os envolvidos nas políticas de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional



13 4565 24829

BRASIL DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAPHOS

TELEGRAMMA

RECEBIDO

DE

POR

A'S

CORREIOS E TELEGRAPHOS - CENTRAL

ENDEREÇO

TN EXMO DR RODRIGO DE ANDRADE
DIRECTOR SERVICO PATRIMONIO
HISTORICO MINISTERIO
EDUCACAO RIO

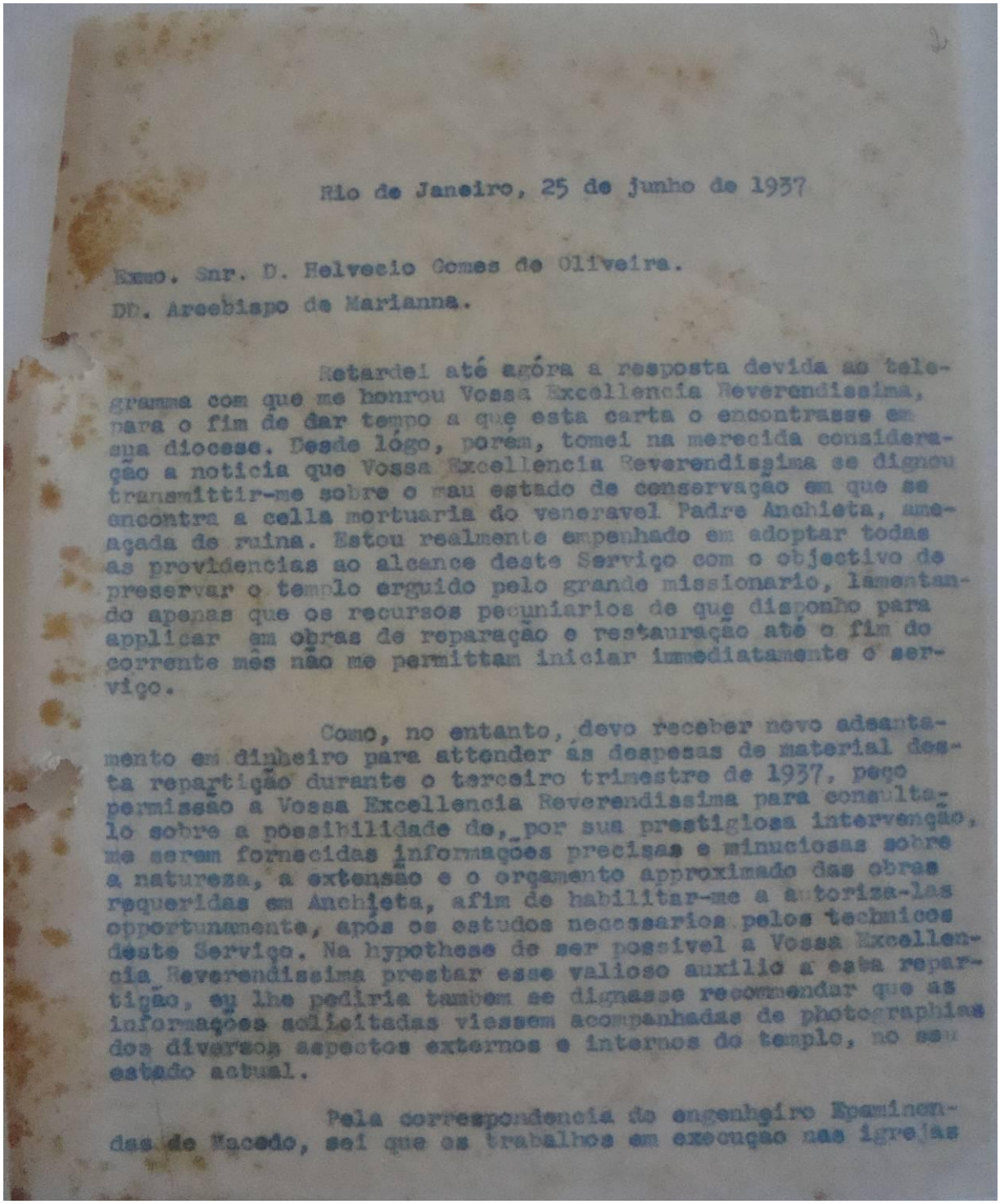
ANCHIETA ES 40 59 12 10H = DATA HORA

— AGRADECENDO VOSSENCIA GENEROSO TELEG 29 MAIO QUE
— MELHOR ACCUSAREI OFFICIO QUANDO REGRESSAR MINHA
DIOCESE COMMUNICO AQUI ESTOU VISITANDO HISTORICO
TEMPLO CONSTRUIDO VENERAVEIS MAOS PADRE JOSÉ ANCHIETA
— CUJA CELLA MORTUARIA DETERIORADA AMEACANDO RUINAS
— BEM MERECE PATRIOTICO BAFEJO EMINENTE AMIGO EXMO
MINISTRO CAPANEMA PT RESPEITOSAMENTE = DOM HELVECIO
— ARCEBISPO

B

Reclamai, si houver demora na entrega de vossos telegrammas.

Telegrama de Dom Helvécio a Rodrigo M. F. de Andrade
Fonte: Arquivo Central do IPHAN-RJ/ Série Obras



Rio de Janeiro, 25 de junho de 1937

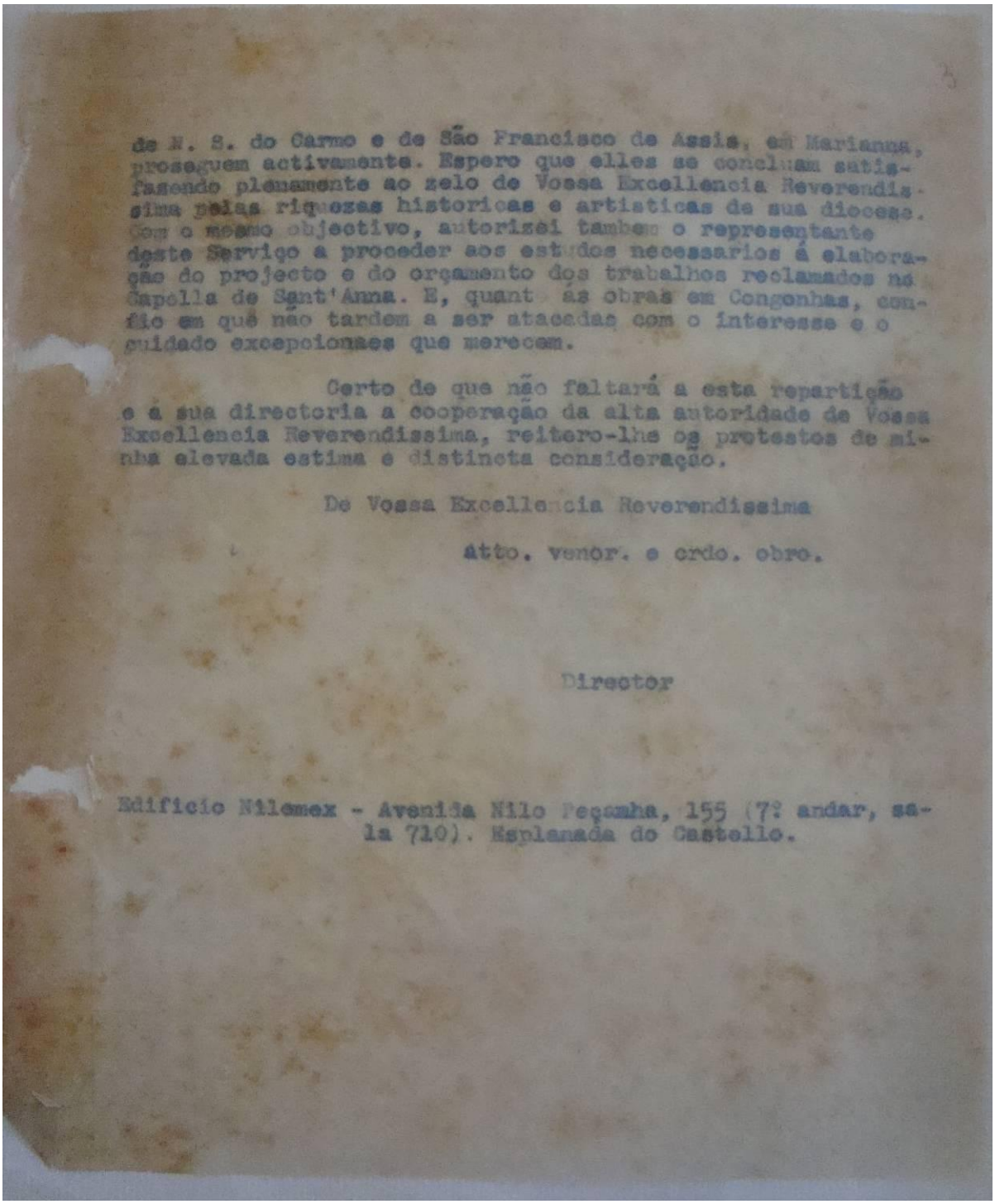
Exmo. Snr. D. Helvecio Gomes de Oliveira.
DD. Arcebispo de Marianna.

Retardei até agóra a resposta devida ao telegramma com que me honrou Vossa Excellencia Reverendissima, para o fim de dar tempo a que esta carta o encontrasse em sua diocese. Desde lógo, porém, tomei na merecida consideração a noticia que Vossa Excellencia Reverendissima se dignou transmittir-me sobre o mau estado de conservação em que se encontra a cella mortuaria do veneravel Padre Anchieta, ameaçada de ruina. Estou realmente empenhado em adoptar todas as providencias ao alcance deste Serviço com o objectivo de preservar o templo erguido pelo grande missionario, lamentando apenas que os recursos pecuniarios de que disponho para applicar em obras de reparação e restauração até o fim do corrente mês não me permittam iniciar immediatamente o serviço.

Como, no entanto, devo receber novo adeantamento em dinheiro para attender ás despesas de material desta repartição durante o terceiro trimestre de 1937, peço permissão a Vossa Excellencia Reverendissima para consulta-lo sobre a possibilidade de, por sua prestigiosa intervenção, me serem fornecidas informações precisas e minuciosas sobre a natureza, a extensão e o orçamento approximado das obras requeridas em Anchieta, afim de habilitar-me a autoriza-las opportunamente, após os estudos necessarios pelos technicos deste Serviço. Na hypothese de ser possivel a Vossa Excellencia Reverendissima prestar esse valioso auxilio a esta repartição, eu lhe pediria tambem se dignasse recommendar que as informações solicitadas viessem acompanhadas de photographias dos diversos aspectos externos e internos do templo, no seu estado actual.

Pela correspondencia do engenheiro Epaminondas de Macedo, sei que os trabalhos em execução nas igrejas

Cata de Rodrigo M. F. de Andrade a Dom Helvécio – folha 1/2
Fonte: Arquivo Central do IPHAN-RJ/ Série Obras



de N. S. do Carmo e de São Francisco de Assis, em Marianna, proseguem activamente. Espero que elles se concluam satisfazendo plenamente ao zelo de Vossa Excellencia Reverendissima pelas riquezas historicas e artisticas de sua diocese. Com o mesmo objectivo, autorizei tambem o representante deste Serviço a proceder aos estudos necessarios á elaboração do projecto e do orçamento dos trabalhos reclamados na Capella de Sant'Anna. E, quant ás obras em Congonhas, confio em que não tardem a ser atacadas com o interesse e o cuidado excepcionaes que merecem.

Certo de que não faltará a esta repartição e á sua directoria a cooperação da alta autoridade de Vossa Excellencia Reverendissima, reitero-lhe os protestos de minha elevada estima e distincta consideração.

De Vossa Excellencia Reverendissima

Atto. venor. e crdo. obro.

Director

Edificio Nilomex - Avenida Nilo Peçanha, 155 (7º andar, sala 710). Esplanada do Castello.

Cata de Rodrigo M. F. de Andrade a Dom Helvécio – folha 2/2
Fonte: Arquivo Central do IPHAN-RJ/ Série Obras